

GUSTAVO PIMENTA DE PÁDUA ZOLINI

**A INFLEXÃO DO CONCEITO GENTRIFICAÇÃO EM CONJUNTOS
URBANOS PATRIMONIAIS EM CIDADES DE PEQUENO PORTE.**

OS CASOS MINEIROS DE SÃO THOMÉ DAS LETRAS E TIRADENTES

Belo Horizonte
Escola de Arquitetura da UFMG
2007

GUSTAVO PIMENTA DE PÁDUA ZOLINI

**A INFLEXÃO DO CONCEITO GENTRIFICAÇÃO EM CONJUNTOS
URBANOS PATRIMONIAIS EM CIDADES DE PEQUENO PORTE.**

OS CASOS MINEIROS DE SÃO THOMÉ DAS LETRAS E TIRADENTES

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado da Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial para a obtenção de título de Mestre em Arquitetura.

Área de concentração: Análise Crítica e Histórica da Arquitetura

Orientadora: Dr^a. Celina Borges Lemos

Belo Horizonte
Escola de Arquitetura da UFMG
2007

FICHA CATALOGRÁFICA

Z86i Zolini, Gustavo Pimenta de Pádua
A inflexão do conceito gentrificação em conjuntos urbanos patrimoniais em cidades de pequeno porte : os casos mineiros de São Thomé das Letras e Tiradentes / Gustavo Pimenta de Pádua Zolini - 2007. 181 f. : il.

Orientadora: Celina Borges Lemos
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Arquitetura.

1. Gentrificação 2. Cidades históricas – Mudança social – Preservação 3. São Thomé das Letras (MG) – Patrimônio cultural 4. Tiradentes (MG) – Patrimônio cultural I. Lemos, Celina Borges II. Universidade Federal de Minas Gerais. Escola de Arquitetura III. Título

CDD : 350.85

Dissertação defendida junto ao Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Minas Gerais e _____ em 25 de outubro de 2007, pela banca examinadora constituída pelos seguintes professores:

Professora Dr^a. Celina Borges Lemos – EA/UFMG

Professora Dr^a. Fernanda Borges de Moraes – EA/UFMG

Professora Dr^a. Cristina Meneguello – Departamento de História – IFCH/UNICAMP

A Deus, que sempre me guiou;
para meus pais, Flávio e Leda; e meus irmãos, Flávia e Guilherme,
pela torcida e carinho incondicionais;
para minha amada Clarissa,
por sua doçura, inteligência e companheirismo.

AGRADECIMENTOS

Aos meus sobrinhos Larissa e João, pelos seus sorrisos, brincadeiras, admiração e carinho.

À minha orientadora Dr^a. Celina Borges Lemos, pela sua amizade, sabedoria, paciência, dedicação e pelos conselhos.

Aos demais professores do programa de pós-graduação da EA/UFMG, pelo conhecimento adquirido.

À Renata Albuquerque, pelos conselhos, auxílio, eficiência, honestidade e simpatia em várias consultas à secretaria do núcleo de pós-graduação, e aos funcionários da biblioteca da EA/UFMG, especialmente à Juliana, à Moema e ao Marco.

Ao meu cunhado e irmão Alessandro Caldonazzo Gomes, pelas palavras de apoio e sua amizade.

Ao meu tio e padrinho João de Deus Pimenta, e à sua esposa Telma Teixeira, por suas eternas cumplicidades e crenças em meu crescimento intelectual.

Ao Rodrigo, meu primo, que também foi meu primeiro amigo em Belo Horizonte.

Ao meu tio Hécio Ribeiro Pimenta (*in memoriam*), pelas pescarias, risadas e ensinamentos.

Ao meu primo Vitor, à sua esposa Renata e à bela Clarinha, pelos momentos familiares e alegres que passei ao visitá-los.

Ao meu primo Murilo, pela sua acolhida, amizade e ajuda nos momentos de minha mudança para Belo Horizonte.

Ao amigo e colega de trabalho André de Sousa Miranda, pelo companheirismo, apoio e indicação para integrar-me ao Centro de Memória de Nova Lima.

Aos amigos e colegas de estágio docência, Amair Saturnino e Breno Silva, pelas polêmicas, pelos conhecimentos compartilhados e pelas ótimas conversas de boteco.

Aos amigos Caroline Semionato e Régis Figueiredo pelo apoio e companheirismo em minha chegada a Belo Horizonte.

Aos amigos de Varginha, especialmente Thalita e Elisandra, Sr. Rubens e D. Nice, pela cumplicidade e torcida sempre.

Aos novos amigos de Nova Lima, Aléxia, Elaine, Jaime, Júnia, Karla, Marcos, Maria, Mariana, à pequena Sofia e ao Paulo que acompanharam grande parte de minha pesquisa.

Aos novos amigos do grupo Fanuel, pelas orações e fortalecimento na fé em Jesus Cristo.

Aos entrevistados Olinto Rodrigues dos Santos Filho e Rogério de Almeida, pela suas contribuições inestimáveis à minha pesquisa.

Aos professores Carla Alfonsina e Francisco José Cardoso, à vereadora de São Thomé das Letras Ana Maria Sigaud e ao IEPHA-MG, pela disponibilização de materiais para meus estudos.

Ao Sr. Walter e à D. Ione, à Camila e ao Homero, à Cassiana, ao Fred e ao pequeno Pedro, à avó Senhorinha, à tia Herzila e à tia Iaiá, que com carinho acolheram-me em sua família.

Às professoras Dr^a. Cristina Meneguello e Dr^a. Fernanda Borges de Moraes pelas relevantes contribuições.

RESUMO

Esta dissertação perscruta o conceito **gentrificação**, a fim de que o entendimento da possível inflexão do termo, em áreas patrimoniais de cidades de pequeno porte, proporcione o elucidar de estratégias ou elementos inerentes à composição da paisagem cultural, que resistam ao desenvolvimento de uma substituição sociocultural agressiva em conjuntos urbanos tombados nessas cidades. No desenvolvimento do estudo, foi realizada pesquisa e análise de teorias e críticas ao fenômeno, que buscaram compreender o conceito. Observam-se também relatos de estudos de caso sobre a identificação de **gentrificação** em várias cidades do mundo, e o perscrutar das paisagens culturais das cidades São Thomé das Letras e Tiradentes, que abarcam características individuais e alterações potencialmente repletas de aspectos gentrificadores. Dessa maneira, dados empíricos foram extraídos e analisados sob o julgo do conceito de **gentrificação** ratificado. Nas discussões, há a constatação que o conceito não pode mais ser considerado um fenômeno, mas sim uma transformação urbana contemporânea, e que sua definição conceitual não é consensual, podendo ser considerada caótica. Isto porque, envolto pela paisagem cultural de cada sítio histórico, o caráter gentrificador apresenta algumas características comuns. Porém, com diferentes relevâncias, além de nem sempre se conformar com os mesmos elementos nas cidades afetadas. Essa condição de se particularizar permite afirmar que a inflexão não gera digressão do conceito. Concluiu-se, por fim, que a **gentrificação** pode ser evitada em conjuntos urbanos patrimoniais por meio da revalorização de elementos imateriais, e que a inflexão desse conceito nas áreas históricas de cidades de pequeno porte é possível, observando-se suas vicissitudes, gerando derivações particulares do conceito estudado.

Palavras-chave: gentrificação; preservação; inflexão; conjuntos urbanos históricos; cidades de pequeno porte.

ABSTRACT

This study researches the concept **gentrification** in order that the understanding of its possible inflection in patrimonial areas of small cities may shed light on strategies or elements that compose cultural landscapes which can resist the development of an aggressive social and cultural substitution in preserved urban areas in those cities. In this study, research and analysis of critique and theories to the phenomenon were made in order to understand the concept. It also shows case studies on the identification of **gentrification** in some cities of the world as well as research on cultural landscapes of the cities São Tomé das Letras and Tiradentes, which accumulate individual characteristics and changes that are potentially full of “gentrifier” aspects. Therefore, it can be said that empirical information was extracted and analyzed from the point of view of **gentrification**. Discussions indicate that concept cannot be considered a phenomenon anymore, but, rather, a contemporary urban transformation. Besides, this study indicates that the definition of the concept is not consensual and can be considered chaotic. It is so because, comprised by the cultural landscape of each historical site, the “gentrifier” character presents some common characteristics in spite of their different relevance. Furthermore, it does not always comprise the same elements of the cities they belong to. This condition of presenting unique characteristics allows us to say that inflection does not generate a distortion of the concept **gentrification**. To conclude, it may be said that **gentrification** can be prevented in patrimonial urban settings by valuing non-materialistic elements and that the inflection of this concept in historical areas of small cities is possible by observing their vicissitudes. Thus, derivations of the concept can be generated.

Key words: gentrification; preservation; inflection; historic urban settings; small cities.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1	Desenho de Eisner sobre gentrificação.....	40
FIGURA 2	Caracterização das ondas de formação da gentrificação clássica.....	43
FIGURA 3	Quadro conceitual da gentrificação segundo Mathieu van Criekingen.....	48
FIGURA 4	Alterações no quadro conceitual de Mathieu van Criekingen.....	50
FIGURA 5	Esquema dos três principais elementos da paisagem cultural.....	58
FIGURA 6	Foto histórica do adro de São Thomé das Letras.....	62
FIGURA 7	Foto histórica: vista da Igreja Matriz de São Thomé das Letras.....	62
FIGURA 8	Foto histórica: vista geral de São Thomé das Letras.....	63
FIGURA 9	Mapa rodoviário: localização de São Thomé das Letras.....	64
FIGURA 10	Esquema da malha viária de São Thomé das Letras.....	65
FIGURA 11	Casario na rua Armando Vilela.....	66
FIGURA 12	Igreja Matriz.....	66
FIGURA 13	Mapa do perímetro de tombamento em São Thomé das Letras.....	66
FIGURA 14	Casario no entorno da praça.....	66
FIGURA 15	Casario no entorno da praça.....	66
FIGURA 16	Casario na rua Armando Vilela.....	67
FIGURA 17	Casario no entorno da praça.....	67
FIGURA 18	Mapa do perímetro de tombamento em São Thomé das Letras.....	67
FIGURA 19	Casario no entorno da praça.....	67
FIGURA 20	Igreja Matriz.....	67
FIGURA 21	Capela de Nossa Senhora do Rosário.....	68
FIGURA 22	Capela de Nossa Senhora do Rosário.....	68
FIGURA 23	Mapa do perímetro de tombamento em São Thomé das Letras.....	68
FIGURA 24	Cidade de São Thomé cercada por entulhos de pedra.....	70
FIGURA 25	Vista geral de São Thomé das Letras com marcação da área tombada.....	71
FIGURA 26	Igreja Matriz de São Thomé das Letras em 1982.....	81
FIGURA 27	Igreja Matriz de São Thomé das Letras em 1993.....	82
FIGURA 28	Igreja Matriz de São Thomé das Letras em 2004.....	82
FIGURA 29	Igreja Matriz de São Thomé das Letras em 2006.....	83

FIGURA 30	Praça à frente da Igreja Matriz e casario do entorno no ano de 1984.....	84
FIGURA 31	Praça à frente da Igreja Matriz e casario do entorno no ano de 1984.....	84
FIGURA 32	Praça à frente da Igreja Matriz em 1993.....	85
FIGURA 33	Praça à frente da Igreja Matriz em 2004.....	85
FIGURA 34	Praça à frente da Igreja Matriz em 2006.....	86
FIGURA 35	Praça à frente da Igreja Matriz em 2006 (procissão de velório).....	86
FIGURA 36	Casario do entorno da praça em 1984.....	87
FIGURA 37	Praça à frente da Igreja Matriz e casario do entorno no ano de 1984.....	88
FIGURA 38	Casario do entorno da praça em 1993.....	88
FIGURA 39	Casario do entorno da praça em 1993.....	89
FIGURA 40	Casario do entorno da praça em 1993.....	89
FIGURA 41	Casario do entorno da praça em 2005.....	90
FIGURA 42	Casario do entorno da praça em 2006.....	90
FIGURA 43	Casario do entorno da praça em 2006.....	91
FIGURA 44	Passo ainda existente na Rua Armando Vilela. Foto tirada em 1984.....	92
FIGURA 45	Passo ainda existente na Rua Armando Vilela. Foto tirada em 1993.....	92
FIGURA 46	Passo ainda existente na Rua Armando Vilela. Foto tirada em 2004.....	93
FIGURA 47	Passo ainda existente na Rua Armando Vilela. Foto tirada em 2005.....	93
FIGURA 48	Trecho da Rua Armando Vilela. Foto tirada em 1993.....	94
FIGURA 49	Trecho da Rua Armando Vilela, local da feira dos <i>Hippies</i> em 2005.....	95
FIGURA 50	Passo ainda existente na Pça. Getúlio Vargas. Foto tirada em 1984.....	96
FIGURA 51	Passo ainda existente na Pça. Getúlio Vargas. Foto tirada em 1993.....	96
FIGURA 52	Passo ainda existente na Pça. Getúlio Vargas. Foto tirada em 2006.....	97
FIGURA 53	Vista geral da rua atrás da Igreja Matriz. Foto tirada em 1993.....	98
FIGURA 54	Vista geral da rua atrás da Igreja Matriz. Foto tirada em 2006.....	98
FIGURA 55	Vista da rua entre a Igreja Matriz e a gruta de São Thomé em 1993.....	99
FIGURA 56	Vista da rua entre a Igreja Matriz e a gruta de São Thomé em 2005.....	99
FIGURA 57	Vista da Igreja de Nossa Senhora do Rosário. Foto tirada em 1984.....	100
FIGURA 58	Igreja de Nossa Senhora do Rosário, com seus anexos em 2004.....	100
FIGURA 59	Vista do cemitério com suas sepulturas. Foto tirada em 1984.....	101
FIGURA 60	Vista do cemitério com suas sepulturas. Foto tirada em 2004.....	102

FIGURA 61	Rua aos fundos da Igreja Matriz 1984.....	103
FIGURA 62	Rua aos fundos da Igreja Matriz 1993.....	103
FIGURA 63	Rua aos fundos da Igreja Matriz 2004.....	104
FIGURA 64	Rua aos fundos da Igreja Matriz 2005.....	104
FIGURA 65	Rua aos fundos da Igreja Matriz 2006.....	105
FIGURA 66	Mapa da Estrada Real.....	111
FIGURA 67	Gravura da Vila de São José, feita por Rugendas, no ano de 1824.....	113
FIGURA 68	Mapa rodoviário: localização de Tiradentes.....	114
FIGURA 69	Mapa da malha viária de Tiradentes com a área tombada demarcada.....	114
FIGURA 70	Núcleo histórico tombado pelo SPHAN (IPHAN) em 1938.....	115
FIGURA 71	Largo das Forras em 1940.....	118
FIGURA 72	Foto aérea do núcleo histórico tombado, tirada em 1970.....	119
FIGURA 73	Mapa da malha viária de Tiradentes no século XVIII.....	120
FIGURA 74	Mapa da malha viária de Tiradentes em 1980.....	120
FIGURA 75	Foto da vista geral do núcleo urbano, tirada em 1923.....	122
FIGURA 76	Foto da capela de São Francisco de Paula na década de 1950.....	123
FIGURA 77	Imagem de Tiradentes: Capela do Bom Jesus.....	124
FIGURA 78	Imagem de Tiradentes: Monumento a Tiradentes.....	124
FIGURA 79	Mapa do núcleo histórico tombado pelo SPHAN (IPHAN) em 1938.....	124
FIGURA 80	Imagem de Tiradentes: Esquina dos Quatro Cantos.....	124
FIGURA 81	Imagem de Tiradentes: Shopping na rua Ministro Gabriel Passos.....	124
FIGURA 82	Imagem de Tiradentes: Capela Nossa Senhora das Mercês.....	125
FIGURA 83	Imagem de Tiradentes: Largo do Sol.....	125
FIGURA 84	Imagem de Tiradentes: Capela de São Francisco de Paula.....	125
FIGURA 85	Imagem de Tiradentes: Chafariz São José.....	125
FIGURA 86	Mapa do núcleo histórico tombado pelo SPHAN (IPHAN).....	125
FIGURA 87	Imagem de Tiradentes: Rua Direita.....	125
FIGURA 88	Foto de um casarão na rua Direita, com publicidade de venda.....	126
FIGURA 89	Largo do Sol, capela de São João Evangelista e a casa do Pe. Toledo.....	130
FIGURA 90	Rua Direita em direção à rua da Câmara em 1979.....	131
FIGURA 91	Rua Direita em direção à rua da Câmara em 2007.....	131

FIGURA 92	Rua Direita em direção ao Largo das Forras em 1979.....	132
FIGURA 93	Rua Direita em direção ao Largo das Forras em 2007.....	133
FIGURA 94	Rua Direita em direção ao Largo das Forras em 2007 (vista noturna).....	133
FIGURA 95	Vista da Matriz do início da rua da Câmara em 1942.....	134
FIGURA 96	Vista da Matriz do início da rua da Câmara em 2007.....	135
FIGURA 97	Vista da Matriz do início da rua da Câmara em 2007 (vista noturna).....	135
FIGURA 98	Vista do Chafariz em 1980.....	136
FIGURA 99	Vista do Chafariz em 2007.....	137
FIGURA 100	Vista da Matriz a partir do Chafariz na década de 1960.....	137
FIGURA 101	Vista da Matriz a partir do Chafariz em 2007.....	138
FIGURA 102	Rua Ministro Gabriel Passos em 1979.....	139
FIGURA 103	Rua Ministro Gabriel Passos em 1979.....	139
FIGURA 104	Rua Ministro Gabriel Passos em 2007.....	140
FIGURA 105	Mini shopping na rua Ministro Gabriel Passos em 2007.....	140
FIGURA 106	Vista da Capela de São Francisco de Paula em 1979.....	141
FIGURA 107	Vista da Capela de São Francisco de Paula em 2007.....	141
FIGURA 108	Igreja Nossa Senhora do Rosário dos Pretos em 1979.....	142
FIGURA 109	Igreja Nossa Senhora do Rosário dos Pretos em 2007.....	143
FIGURA 110	Largo das Mercês em 1979.....	144
FIGURA 111	Largo das Mercês em 2007.....	144
FIGURA 112	Rua Pe. Toledo em 1950.....	145
FIGURA 113	Rua Pe. Toledo em 2007.....	146
FIGURA 114	Largo do Sol em 1984.....	147
FIGURA 115	Largo do Sol em 2007.....	147
FIGURA 116	Procissão na Capela da Santíssima Trindade em 1937.....	148
FIGURA 117	Capela da Santíssima Trindade em 2007.....	148
FIGURA 118	Casas no entorno da Capela da Santíssima Trindade em 2007.....	149
FIGURA 119	Rua Resende Costa e ao fundo o Largo das Forras na década de 1950.....	150
FIGURA 120	Largo das Forras e, ao fundo, a rua Resende Costa em 2007.....	150
FIGURA 121	Igreja Matriz de Santo Antônio em 1950.....	151
FIGURA 122	Igreja Matriz de Santo Antônio em 2007.....	152

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APP	- Área de Preservação Permanente
BID	- Banco Interamericano de Desenvolvimento
COMPHAST	- Conselho do Patrimônio Cultural de São Thomé das Letras
COMTUR	- Conselho Municipal de Turismo
DPHAN	- Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
EA/UFMG	- Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais
EUBIOSE	- Sociedade Teosófica Brasileira
FIG.	- Figura / figuras
IBGE	- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMS	- Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
ICOMOS	- International Council on Monuments and Sites
IEPHA/MG	- Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais
IGA	- Instituto de Geociências Aplicadas
INAH	- Instituto Nacional de Antropologia e História (México)
IPHAN	- Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
ONU	- Organização das Nações Unidas
PUC-MG	- Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais
SPHAN	- Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
UEP	- Unidade Executora de Projeto
UNESCO	- United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization

SUMÁRIO

1.0	INTRODUÇÃO.....	14
2.0	DO PATRIMÔNIO URBANO AO CULTURAL E SEUS NOVOS DESAFIOS....	19
3.0	GENTRIFICAÇÃO.....	40
3.1	A gênese do conceito.....	41
3.2	A gentrificação nos processos recentes de regeneração urbana.....	46
4.0	A PAISAGEM CULTURAL DE SÃO THOMÉ DAS LETRAS	
	Uma cidade edificada pedra por pedra.....	60
4.1	Contexto histórico de nascimento do povoado.....	60
4.2	Descrição da cidade.....	63
4.3	A história dos tombamentos.....	72
4.4	A paisagem cultural e aspectos de gentrificação.....	74
5.0	A PAISAGEM CULTURAL DE TIRADENTES	
	A configuração artística dos espaços públicos materializados entre a pedra e o ouro... 109	
5.1	Contexto histórico de nascimento do povoado.....	109
5.2	Descrição da cidade.....	113
5.3	A paisagem cultural e aspectos de gentrificação.....	127
6.0	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	159
	REFERÊNCIAS.....	162
	APÊNDICE A – ENTREVISTA DE OLINTO RODRIGUES DOS SANTOS FILHO.....	168
	APÊNDICE B – ENTREVISTA DE ROGÉRIO DE ALMEIDA.....	172
	ANEXO – FILMOGRAFIA SOBRE SÃO THOMÉ DAS LETRAS.....	DVD

[...] O Grande Khan já estava folheando em seu Atlas os mapas das ameaçadoras cidades que surgem nos pesadelos e nas maldições: Enoch, Babilônia, Yahoo, Butua, Brave New World.

Disse:

-É tudo inútil, se o último porto só pode ser a cidade infernal, que está lá no fundo e que nos suga num vórtice cada vez mais estreito.

E Pólo:

-O inferno dos vivos não é algo que será; se existe, é aquele que já está aqui, o inferno no qual vivemos todos os dias, que formamos estando juntos. Existem duas maneiras de não sofrer. A primeira é fácil para a maioria das pessoas: aceitar o inferno e tornar-se parte deste até o ponto de deixar de percebê-lo. A segunda é arriscada e exige atenção e aprendizagem contínuas: tentar saber reconhecer quem e o que, no meio do inferno, não é inferno, e preservá-lo, e abrir espaço (CALVINO, 1999, p. 150).

1.0 INTRODUÇÃO

A cidade, desde sua constituição, configurou-se como a mais complexa manifestação dos anseios, necessidades, crenças, virtudes, malícias, valores e poderes que a humanidade já construiu. O espaço que ela encerra, ou encerrava, já que teve sua influência ampliada, situa, caracteriza e referencia toda uma comunidade no confronto com seus iguais e com o “outro”. Como bem cita Mumford: “Inicia-se este livro com uma cidade que era, simbolicamente, um mundo: encerra-se com um mundo que se tornou, em muitos aspectos práticos, uma cidade.” (MUMFORD, 1982, prefácio)

Mesmo nos períodos em que a estrutura urbana das cidades esteve próxima da falência, como no império merovíngio (PIRENNE, [19--?]), suas cinzas nunca foram espalhadas, esperando que uma nova cidade nascesse das mesmas, como o ressurgir de uma Fênix. Aliás, nessa época, mesmo que na Europa as cidades estivessem agonizando, o mundo árabe e suas cidades resplandeciam riqueza e vida em suas vias estreitas de circulação.

Não distante desses fatos, no século XV, em pleno Renascimento, as discussões sobre os valores republicanos da antiguidade clássica são retomadas, e a cidade é novamente compreendida como a união de dois corpos, a *urbe* e a *pólis*. O primeiro, a manifestação física do espaço em sua arquitetura e desenho urbano. O segundo, seu corpo político, onde o cidadão construía civicamente o sentido de unidade das cidades. Nesse período, Alberti irá enaltecer a importância da perenidade dos edifícios e das ruínas clássicas para se edificar uma arquitetura humanista (CHOAY, 2001). A partir deste momento, nasce uma preocupação que seria constante aos dois corpos da cidade, e participaria da conformação do espaço urbano até os dias atuais: a função memorial.

No entanto, em um primeiro momento, as atenções em relação à memória coletiva são direcionadas aos monumentos, que depois viriam a ser expandidas nos anos pós-revolução industrial, por meio dos monumentos históricos. Mas qual seria a diferença entre eles?

Segundo Alois Riegl (1858-1905), pode-se afirmar que o monumento é uma criação deliberada, cuja destinação foi pensada *a priori*, enquanto o monumento histórico tem seu valor impresso *a posteriori* na obra arquitetônica pelo olhar do historiador e do erudito, ao ser eleito no meio da grande massa arquitetônica que constitui a cidade, por compor exemplo de valor excepcional e expressiva representatividade (CHOAY, 2001). Além disto, o monumento

presentifica o passado, enquanto o monumento histórico apenas se desloca parcialmente em seu significado, estando eternamente assentado em tempo já decorrido.

Não obstante, em meados do século XIX, outra categoria de bem patrimonial começa a ser discutida nos textos de John Ruskin (1819-1900) e William Morris (1834-1896). Essa categoria era chamada por ambos de “arquitetura doméstica”, e foi posteriormente reconhecida como “menor” ou “não-monumental”, onde valores¹ de sacrifício, verdade, força, beleza, vida, recordação e obediência eram encontrados. Muito embora seus princípios tenham sido encarados como passadistas, em uma sociedade que se embevecia com a velocidade das transformações tecnológicas, e também por causa de sua postura extremamente conservadora e moralista, foi Ruskin quem anunciou o patrimônio não-monumental e imaterial pela primeira vez na arquitetura. Esses bens não-monumentais, monumentais (monumentos e monumentos históricos), e imateriais são, prioritariamente em regra, defendidos ao se preservar núcleos urbanos históricos que se configurem como depoimentos do desenvolvimento artístico-cultural das sociedades.

Porém, novos problemas se apresentaram com as ações de preservação de núcleos urbanos, em curso nas últimas décadas do século XX. Uma situação comum para a revitalização da paisagem patrimonial era o soerguer econômico dos conjuntos históricos por meio do turismo ou investimentos em requalificações urbanas. Mas essa revitalização quase sempre se configura como uma hipervalorização, que com o passar dos anos transforma o espaço urbano em resultado de um processo de gentrificação², eliminando assim, a cultura autóctone, e conseqüentemente, bens materiais e imateriais que originalmente conformaram estes núcleos.

Atualmente, o conceito de gentrificação, nascido na geografia e estudado em metrópoles, é utilizado como qualificador de espaços históricos, baseado em um juízo de valor que se pauta no estereótipo da elitização do espaço, ou na retomada dos centros por uma nova classe média, sem observar outros parâmetros importantes desse mesmo conceito.

Sendo o Brasil, e especialmente o estado de Minas Gerais, detentor de inúmeros sítios históricos de pequeno porte, torna-se importante, devido a esse uso indiscriminado do termo gentrificação, enunciar a seguinte pergunta: Pode um conceito originado em metrópoles ser adotado em núcleos patrimoniais de cidades de pequeno porte?

¹ Estes valores foram enunciados por Ruskin como sendo as sete lâmpadas da arquitetura.

² Termo derivado do inglês *gentrification*, que em uma análise superficial pode-se afirmar significar elitização do espaço urbano.

São importantes ainda outros questionamentos: A inflexão do conceito gera digressão do mesmo quando aplicado em pequenas áreas de preservação histórica? Quais elementos componentes da paisagem cultural mostram-se resistentes ao avanço de uma possível gentrificação?

Para alcançar respostas a essas questões, far-se-á necessário perscrutar o conceito de gentrificação e, de posse do entendimento construído, realizar análise empírica de duas cidades que possuem núcleos tombados, e que apresentam alterações culturais relevantes nos mesmos, durante o último quartel do século XX. Nesse intento, um dos núcleos observados situa-se na cidade de São Thomé das Letras, onde existe a descaracterização de um conjunto urbano tombado como patrimônio histórico do estado de Minas Gerais. Assim, para entender qual processo foi desenvolvido na área “protegida” e porque foi desencadeado, principalmente após o seu tombamento, a dissertação buscará analisar e avaliar a paisagem cultural da cidade, com o olhar a procura de traços gentrificadores.

A outra localidade de pequeno porte analisada será a cidade de Tiradentes. Essa, por sua vez, reconhecida pelo senso comum de estudiosos como um local histórico onde um processo de gentrificação se encontra alojado. No entanto, interessa saber se tal fato pode ser confirmado, e até que ponto existiu inflexão ou se ocorreu digressão do conceito para que o mesmo fosse atribuído à paisagem cultural da cidade.

O objetivo mais abrangente da dissertação é encontrar um real entendimento do desenvolvimento do fenômeno, ou transformação urbana, chamada gentrificação, nos conjuntos urbanos históricos, em cidades de pequeno porte. Nesse aspecto, pretende-se também equacionar qual o grau de inflexão ou digressão sofrido pelo conceito ao ser deslocado de um sítio metropolitano para as pequenas cidades. Além disso, determinam-se como objetivos específicos verificar a eficácia na utilização dos parâmetros de gentrificação, como orientação, no perscrutar de paisagens culturais de áreas patrimoniais sujeitas à sua ação e identificar, caso existam, quais elementos patrimoniais são refratários ao mesmo. Isso ajudará a desenvolver, no futuro, metodologias de revalorização patrimonial sem que se impulse inadvertidamente a referida transformação urbana.

Assim, para alcançar esses objetivos, estruturou-se a dissertação da seguinte maneira. O segundo capítulo do estudo tem por finalidade caracterizar o contexto histórico em que o problema da gentrificação foi identificado, em meio a outros desafios enfrentados pelas iniciativas de preservação de conjuntos urbanos. Para isso, o exame de discursos críticos sobre as revitalizações estratégicas ocorridas nas últimas décadas do século XX, juntamente com a

pesquisa de reflexões teóricas a respeito da preservação patrimonial na mesma época, levam a compreender elementos singulares neste panorama, que coexistem com a gentrificação. Esses elementos são a inflação patrimonial resultante da ficção narcisista, o urbanismo de redes e a subversão da cultura em favor da economia, transformando-se em objeto de consumo. Nesse intento, são analisados discursos de Ruskin, Camillo Sitte (1843-1903), Françoise Choay, entre outros pensadores da área de preservação patrimonial. No âmbito do urbanismo, as discussões nesse campo de saber, apresentadas como contestações ao modelo de intervenções do planejamento estratégico, apóiam-se nos textos de Otília Arantes, Peter Hall e Clarissa Moreira, que constituem importante contraponto ao ato de preservação histórica por meio de revitalizações urbanas e para a introdução do conceito gentrificação no debate. Além disso, a definição de conceitos culturais de paisagem cultural e cultura do cotidiano torna-se necessária, visto que eles são ligados diretamente ao questionamento e aos objetos analisados na pesquisa. Para isso, o estudo recorreu à geografia, por meio dos textos de Augustin Berque e Milton Santos.

No terceiro capítulo, é feita uma discussão para direcionar as reflexões sobre o fenômeno de gentrificação, onde serão perscrutados os estudos de Neil Smith, Peter Williams, Robert A. Beauregard, Jean M. Griffith, e observados os dados empíricos analisados em pesquisas de Patrice Melé, Mathieu van Criekingen, Raffaele Cattedra e Maurizio Memoli, entre outros, no intuito de ampliar a compreensão sobre essa transformação urbana contemporânea. Também é particularmente importante perscrutar a ação de consolidação da paisagem cultural e da memória, a fim de contrapô-la nos interstícios do texto às situações indesejadas no entendimento teórico e empírico do fenômeno pesquisado. Assim, utiliza-se como referência considerações de Olivier Dollfus, Aldo Rossi e Henry-Pierre Jeudy (este último citado nas discussões dos quarto e quinto capítulos).

Após a etapa de retificação de conceituações, foi feita coleta de dados empíricos, observando cidades que possuem áreas patrimoniais tombadas e que se encaixam no perfil de “pequeno porte”. Suas análises compuseram respectivamente o quarto e quinto capítulos, onde os últimos subitens abrigam as discussões individuais da paisagem cultural e aspectos gentrificadores presentes nas cidades.

Foram adotados como procedimentos de pesquisa a realização de um conjunto de ações, entre elas: levantamento fotográfico, seleção de documentários, informativos históricos, reportagens, relatórios técnicos, iconografia cartográfica, documentos referentes às cidades, trabalhos de monografia e dissertações que vieram ao encontro do objetivo do estudo, e que

constituem material qualitativo para uma sólida base empírica da dissertação. Além disso, uma abordagem atenta a depoimentos e entrevistas foi muito importante, a fim de apreender relações simbólicas e imateriais sutis, para se desenhar um quadro da paisagem cultural de ambas as cidades, que se constitua confiável e se transformasse em substrato para apoio das conclusões.

Por fim, as considerações finais do trabalho são apresentadas como resultado do entrecruzar dos conceitos consolidados nos segundo e terceiro capítulos e dos dados empíricos extraídos da análise das cidades, priorizando os subitens de discussão presentes no quarto e quinto capítulos.

2.0 DO PATRIMÔNIO URBANO AO CULTURAL E SEUS NOVOS DESAFIOS

O desenvolver da idéia e da importância do patrimônio histórico, bem como o nascer dessa nomenclatura, segundo Choay (2001), começa a partir da definição das noções das diferenças do que seriam monumento e monumento histórico. A construção destes sentidos aconteceu ao longo de muito tempo, desde os fins da idade média, por volta de 1420, após o exílio de Avignon (1305-1377), e logo depois do Grande Cisma³ (1379-1417), quando o papa volta para uma Roma devastada (CHOAY, 2001), ainda sobre a influência do saber de humanistas da segunda metade do trecento, e continua até hoje. Ao longo desse período, muitos movimentos intelectuais, políticos, econômicos e pensadores de vanguarda contribuíram para o enriquecimento e esclarecimento do que seria realmente um patrimônio histórico da humanidade. Longe de ignorar importantes momentos na formação deste conceito, parece de suma importância ater-se em princípio, aos anos após a década de 1850, período em que Ruskin questiona-se sobre a natureza da arquitetura, buscando a gênese do conceito de patrimônio urbano, embora esta nomenclatura só venha a ser utilizada por Gustavo Giovanonni (1873-1947) no início do século XX.

Para Ruskin a arquitetura é o único caminho para se conservar viva uma ligação do homem com a identidade que faz parte de nosso ser.

As idéias de Ruskin enriqueceram o conceito de monumento histórico, fazendo que nele entrasse, de pleno direito, a arquitetura doméstica. Além disso, criticando aqueles que se interessavam exclusivamente pela “riqueza isolada dos palácios”, sonha também com a continuidade da malha formada pelas residências mais humildes: ele é o primeiro, logo seguido por Morris, a incluir os “Conjuntos Urbanos”, da mesma forma que os edifícios isolados, no campo da herança histórica a ser preservada (CHOAY, 2001, p. 141).

Porém Ruskin defende a malha urbana, não pelos seus monumentos ou edificações, mas pela conservação do modo de vida da cidade pré-industrial. Defende a postura de que a cidade é um depósito das memórias da humanidade. Nesse sentido, Ruskin pode ser retomado como um autor contemporâneo, ao procurar o valor da arquitetura justamente no “imaterial”. Para ele, o valor do trabalho é que irá doar nobreza às obras arquitetônicas.

³ Choay se refere ao fato da Igreja Católica ter nesse período dois papados - um em Roma e o outro na França. O termo Grande Cisma, também pode dizer respeito à divisão da Religião Católica em Ocidental e Oriental (grego-ortodoxa) que teria ocorrido por volta de 1054.

Dentro da linha de raciocínio de que a malha urbana é um patrimônio histórico, em 1889, Sitte vem contribuir com a discussão anteriormente citada, adotando uma visão mais histórica do objeto em questão.

Este estudo não tem como objetivo promover a aplicação da chamada beleza pinturesca dos conjuntos urbanos antigos no contexto das propostas modernas, pois, sobretudo neste âmbito, faz jus o ditado “a necessidade é mestra.[...]”

[...] Porém, esta convicção não nos deve impedir de investigar minuciosamente todos os motivos pinturescos das cidades antigas, estabelecendo um paralelo entre eles e as condições modernas, para que assim possamos esclarecer os aspectos artísticos desta questão, bem como identificar com precisão o que ainda pode ser resgatado, em nosso benefício, das belezas dos conjuntos urbanos antigos, conservando-as ao menos como patrimônio (SITTE, 1992, p. 29-30).

Sitte (1992) suscita a discussão sobre a beleza da cidade, o que não é uma condenação moral da civilização contemporânea como faz Ruskin. Sua crítica adota argumentações técnicas, econômicas e sociais da transformação ocorrida na cidade após a revolução industrial. A imagem plástica das praças antigas deveria ser defendida e salva da “modernização” dos novos traçados urbanos. Dentro deste aspecto, Sitte pode ser considerado um pioneiro na preservação de “cascos” urbanos históricos.

A partir das observações de Ruskin, Sitte e outros, o italiano Gustavo Giovannoni constitui a base de toda indagação atual sobre o destino das antigas malhas urbanas (CHOAY, 2001). Foi Giovannoni quem primeiro atribui simultaneamente um valor de uso e um valor museal aos conjuntos urbanos antigos, e funda a doutrina de conservação e restauração do patrimônio urbano.

Desta forma, além de defender a imagem das malhas antigas, ele resgata o valor social e atual que Ruskin apontava em suas teorias. Além disto, retoma a metodologia de intervenção que Camillo Boito⁴(1836-1914) adotava na prática de restauro, estendendo-as ao urbanismo (CHOAY, 2001). Foi também Giovannoni que desenvolveu, em 1913, o conceito de “arquitetura menor” que substituiu o termo de “arquitetura doméstica”, abrangendo assim o conjunto urbano antigo com suas edificações não monumentais.

A partir de 1960, segundo Choay (2001), iniciou-se uma inflação patrimonial, impulsionada por um comportamento narcisista da sociedade⁵, que pelos objetos e obras do passado visava agora criar uma identidade humana. “O patrimônio histórico parece fazer hoje o papel de um

⁴ Arquiteto e restaurador que sintetiza as idéias de Ruskin e Viollet le Duc, a partir do confronto das duas doutrinas antagônicas.

⁵ Este assunto será retomado neste capítulo ao centrar atenção no final do século XX, quando esse sentimento narcisista alcançou seu apogeu.

vasto espelho no qual nós, membros das sociedades humanas do fim do século XX, contemplaríamos a nossa própria imagem.” (CHOAY, 2001, p. 240)

Seguindo este crescimento na importância do tema patrimônio, acontece, em 1964, o 2º Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos dos Monumentos Históricos, onde é confeccionada a Carta de Veneza. Nessa carta, o ART 1º a confirma os princípios de Giovannoni.

ART 1º-A noção de monumento histórico compreende a criação arquitetônica isolada, bem como o sítio urbano ou rural que dá testemunho de uma civilização particular, de uma evolução significativa ou de um acontecimento histórico. Estende-se não só às grandes criações, mas também às obras modestas, que tenham adquirido, com o tempo, uma significação cultural (CARTA DE VENEZA, 1964, ART 1º).

O segundo congresso é um marco para a *United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization-UNESCO*⁶, pois a partir dele, a questão patrimonial alcança o mundo, atravessando as fronteiras da Europa. Além disto, cria-se o *International Council on Monuments and Sites-ICOMOS*⁷, conselho que irá unificar as preocupações mundiais com o patrimônio arquitetônico.

Esse mesmo conselho, posteriormente, no ano de 1986, redigiu a “Carta Internacional de Salvaguarda das Cidades Históricas”, ou Carta de Washington, com o objetivo de complementar a Carta de Veneza. A partir da Carta de Washington, toda cidade passa a ser considerada histórica e, portanto, as ações de preservação devem ser aplicadas aos elementos considerados relevantes para a defesa da memória das variadas expressões culturais intrínsecas às cidades, e que estejam ameaçadas por um urbanismo direcionado ao crescimento industrial, amplamente difundido no mundo. Os princípios da Carta de Veneza eram confrontados, assim, com os novos problemas gerados na contemporaneidade da década de 1980, e fez-se necessária a definição de métodos e instrumentos de ação próprios para esta especificidade.

Mas já na década de 1970, a efervescência no ambiente internacional, onde se debatiam princípios e teorias para a preservação do patrimônio cultural no mundo, tornou essas questões mais fortes. Por meio do “Compromisso de Brasília”, em 1970, o Brasil entra definitivamente na discussão dos problemas do patrimônio cultural (LEMOS, 1981). O

⁶ Organização Educacional, Científica e Cultural das Nações Unidas.

⁷ Conselho Internacional dos Monumentos e Sítios

DPHAN⁸, órgão federal responsável pela proteção do patrimônio nacional, muda seu nome para IPHAN e segue à frente dos trabalhos de preservação.

Além disto, foi necessário instituir órgãos estaduais e municipais destinados a complementar a ação nacional do IPHAN. Um exemplo foi a criação, em 1971 do IEPHA/MG⁹, que tem atuação relevante pelas várias obras arquitetônicas, conjuntos urbanos, elementos artísticos e culturais preservados e ainda presentes em Minas Gerais.

Nessa mesma década, a partir da Declaração de Estocolmo, em 1972, a UNESCO amplia ainda mais sua abrangência ao entender que o meio ambiente natural também deve ser alvo de proteção patrimonial. Além disto, também o conceito de patrimônio cultural, defendido pela UNESCO na Recomendação de Paris, em 1972, apresenta-se mais apurado e abarca tanto o objeto, o monumento excepcional, o conjunto urbano e o “exemplar menor” que reflitam valores de uma cultura, como os “lugares notáveis”, onde os valores excepcionais etnológico, estético, histórico ou antropológico possam ser reconhecidos.

Mais adiante, os bens imateriais também seriam englobados (DECLARAÇÃO DO MÉXICO, 1985). Isto acontece porque o conceito “cultura” é ampliado pela antropologia, passando a ser considerado como toda a manifestação do homem que venha a gerar identidade, além dos espaços fisicamente alterados por sua atuação e vivência, isto é, o ecúmeno. Assim, as línguas, mitos, crenças, saberes, estórias, festas, folclores, poemas, culinária, entre outros, unem-se à arquitetura, ao ambiente natural, aos bens móveis, sítios espeleológicos, arqueológicos e à paisagem urbana. Desse modo, percebe-se que o patrimônio cultural é a paisagem cultural herdada de nossos antepassados, essencial para a construção de nossa identidade e cosmogonia. Sobre o conceito de paisagem cultural, o geógrafo Augustin Berque afirma:

Entendo aqui a geografia cultural como o estudo do *sentido* (global e unitário) que uma sociedade dá à sua relação com o espaço e com a natureza, relação que a paisagem exprime concretamente [...]

[...] A paisagem é uma *marca*, pois expressa uma civilização, mas é também uma *matriz* porque participa dos esquemas de percepção, de concepção e de ação – ou seja, da cultura – que canalizam, em um certo sentido, a relação de uma sociedade com o espaço e com a natureza e, portanto, a paisagem do seu ecúmeno. E assim, sucessivamente, por infinitos laços de co-determinação (BERQUE In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny, 2004, p. 84 -85).

⁸ O Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) foi criado em 1937; em 1946 passa a denominar-se Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (DPHAN); e, em 1970, foi transformado em Instituto (IPHAN).

⁹ Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais.

Portanto, em linhas gerais, esse era o cenário conceitual no mundo ocidental e, mais especificamente no Brasil, até os anos finais do século XX. A importância dessa descrição é situar corretamente a discussão que será abordada na continuação deste capítulo, onde se analisam duas questões relevantes para a preservação patrimonial, sendo elas: a inflação patrimonial e os processos de substituição sociocultural. Pode-se, então, centrar atenção nos fatores que se desenrolaram no último quartel do século passado, diretamente ligados a essas duas questões, o que direciona a uma observação dos processos de revitalização urbana.

Mas antes é preciso definir qual é o “atual formato” das revitalizações. Para isso, é imperativo situar primeiro sua gênese, junto com as críticas que a acompanham. Atualmente, a estratégia adotada na maior parte dos casos de revitalização para a viabilização financeira é a parceria entre os poderes público e privado, por causa da falta de verbas alegada pelos administradores públicos. Mas essa é uma justificativa bem mais forte em países periféricos como o Brasil, onde muitas outras questões necessitam de atenção e são prioridades orçamentárias.

No entanto, ao se olhar com mais atenção a trajetória dessa tendência às parcerias, surge uma curiosidade. Essa associação não nasceu em países que possuem dificuldades financeiras, mas nos Estados Unidos. Isto ocorreu porque, devido ao enfraquecimento do sistema de *planning* nas grandes cidades do país na década de 1970, novos projetos de intervenção adotaram a cultura como a “bandeira” do reviver ou da retomada dos centros urbanos. Assim, o que foi usado como fomento de conhecimento para manifestações contrárias à política de governo na década de 1960, foi depois absorvido pelo mercado como estratégia de propaganda (ARANTES, 2000).

Para esclarecer a questão, observa-se um trecho do livro “Cidades do Amanhã”, analisado também por Arantes:

Houve um momento na década de 70, em que o movimento urbanístico começou a plantar bananeira e a virar do avesso; pareceu mesmo, por vezes, durante os anos 80, estar a beira da autodestruição. O planejamento convencional, a utilização de planos e regulamentos para guiar o uso do solo pareciam cada vez mais desacreditados. Em vez disso o planejamento deixou de controlar o crescimento urbano e passou a encorajá-lo por todos os meios possíveis e imagináveis. Cidades, a nova mensagem soou em alto e bom som, eram máquinas de produzir riqueza; o primeiro e principal objetivo do planejamento devia ser o de azeitar a máquina. O planejador foi-se confundindo cada vez mais com seu tradicional adversário, o empreendedor; o guarda-caça transforma-se em caçador furtivo (HALL, 1995, p. 407).

Criou-se, dessa maneira, a figura do planejador-empendedor, que precisava agora de uma ferramenta eficaz, que seria apresentada como panacéia dos males causados pela depreciação

dos centros urbanos das grandes cidades. Essa ferramenta foi a revitalização urbana em suas várias roupagens: reutilização; reabilitação; requalificação; entre outras. Em resumo, a “cultura”¹⁰, por meio da estratégia da revitalização, passou a ser essencial para a união dos interesses entre as esferas públicas e privadas. Esta estratégia se tornou senso comum nas políticas públicas e prioridade para a reconstituição dos valores de cidadania e, porque não, do nacionalismo. Assim, a “cultura” possibilitava um aumento no valor de troca (compra e venda) do espaço favorecido pelo empreendimento urbanístico, incluindo seus arredores. Essa “cultura”, ao se juntar com a esfera de investimento privado na forma de patrimônio, assumiu, para o bem ou para o mal, a lógica do mercado, sendo o patrimônio recuperado apenas para a população que historicamente nunca tinha sido excluída, mantendo a estratificação originária do sistema hegemônico (ARANTES, 2000).

Assim, apesar de ter suas formas e espetáculos de vivência (mas quais?) retomados em nome de uma memória e valores cognitivos,¹¹ a área revitalizada joga essa mesma memória à deriva, entre ondas de avaliações mercadológicas, onde uma simples mudança de modismo poderia arrastar todo esse patrimônio a um novo naufrágio, embora muito se lute para mantê-lo vivo até hoje. Dessa forma, criou-se um ciclo vicioso, onde o poder público se vê impelido a legislar a favor de interesses privados e particulares em nome da defesa da “cultura”, que serviu como fachada para o fortalecimento de uma economia voltada para o consumo, que transformou o próprio patrimônio em mercadoria negociável (ARANTES, 2000).

Não obstante, apesar da afirmação de um novo posicionamento dos planejadores, Peter Hall lembra que o sentido de atuação dos planejadores na cidade não se altera. Levando em consideração uma relação de equilíbrio entre avanço econômico e bem estar da população, os urbanistas mantiveram-se coerentes aos seus propósitos. Em uma época de plena expansão econômica, a atuação do planejador ou urbanista foi a de conter o avanço do poder dos investidores, que não encontravam limites de ação nas cidades, e a qualquer custo buscavam seu lucro, já que não abarcavam conhecimento teórico suficiente – nem sequer interesse – para avaliações coesas sobre o desenvolvimento da cidade, que poderiam ser feitas por estudiosos. A incapacidade crítica associada ao desejo do lucro legitima a atitude dos urbanistas voltados para a realização de ações orientadoras e por vezes leis restritivas a que se dedicavam a elaborar, a fim de combater a situação supracitada, objetivando equilibrar o crescimento econômico com o desenvolvimento social. Com a mudança do quadro

¹⁰ Anotou-se a palavra cultura entre aspas, por entender que nesse momento ela havia sido desvirtuada em seu significado. Refiro-me à cultura produzida para ser consumida e não ao fomento a uma cultura legítima.

¹¹ Este era um dos discursos politicamente sedutores, defendido pelos planejadores-empresendedores.

econômico, a crise financeira coloca o planejador novamente na busca do equilíbrio, porém tencionando a balança para o outro lado. Se em momento anterior os investidores eram cerceados, agora se promoviam mecanismos facilitadores para os investimentos financeiros, necessários para uma sustentação da empregabilidade da grande massa de trabalhadores, carentes de oportunidades.

Essas são duas das principais exposições sobre o posicionamento da atuação de profissionais urbanistas na segunda metade do século XX. A primeira condena a submissão e subversão dos conceitos de defesa aos mais desamparados na disputa territorial da cidade, e a segunda afirma a coerência no posicionamento dos planejadores estratégicos, que buscavam um equilíbrio socioeconômico. Independente da postura dos atores, o resultado foi a adoção da cultura como novo investimento mercadológico, que iria influenciar não só os Estados Unidos.

Ao observar, do outro lado do Atlântico, a Europa Ocidental percebeu as grandes vantagens desta nova fórmula e absorveu-a com devidas adaptações, mas ainda com o mote principal da espetacularização da “cultura”, que traria lucros para toda a sociedade (ARANTES, 1993). Assim a “cultura” tornou-se o novo produto a alimentar o sistema capitalista, como se outro ciclo econômico tivesse se formado. Ciclos como o alimentado pelas estradas de ferro, já extinto, ou o alavancado pela indústria dos automóveis (ARANTES, 2000).

Dessa maneira, pregou-se que essas intervenções urbanas, chamadas de planejamento estratégico, poderiam ser realmente benéficas para os habitantes da cidade. Mas, na verdade, esse planejamento tinha se convertido em planos de disputa entre grandes centros que incorporaram características dos processos de globalização¹², e que lutavam por verbas internacionais escassas, provenientes de financiamentos de megaeventos como Olimpíadas e feiras internacionais relacionadas a vários tipos de serviços modernos e de produtos tecnológicos de ponta. A partir desta descrição da gênese do atual formato das revitalizações urbanas, podemos fazer algumas outras perguntas. Se existe disputa, alguém sai perdendo? Seria justo alicerçarmos a economia mundial no fato de que sempre existirão beneficiados e não contemplados? Se este é um novo ciclo econômico, o que acontecerá com o patrimônio histórico (arrolado no meio da “cultura”) quando esse ciclo se encerrar?

Não é um mero exercício de futurologia refletir sobre essas perguntas, que são extraídas das críticas de Arantes, que enxerga todo esse alastrar (desde sua origem) da idéia de cidade-

¹² Na década de 1970 os principais centros urbanos do mundo capitalista já se apresentavam conectados por redes de comunicação e interesses. Mais especificamente Nova York, Londres e Tóquio.

empreendimento americana, como uma grande difusão de processos de gentrificação estratégica. Esses questionamentos ajudam a situar melhor a posição dos processos de revitalização dos sítios urbanos históricos, além de provocar a inquietação necessária para se continuar avançando na questão de sua preservação.

Mas não existe então um modo de utilizar instrumentos hegemônicos de maneira contra-hegemônica? Talvez a revitalização alcance uma alternativa à gentrificação, se esta não for encarada como um fim e sim como parte de um processo amplo de revalorização cultural, que venham a incluir as relações imateriais no espaço imbricado. O fato de não ser tratado como uma mercadoria bastaria para livrar o patrimônio da gentrificação? Seria a gentrificação, em sua totalidade, prejudicial ao patrimônio cultural?

Deslocando-se do conceito amplo de cultura, o patrimônio arquitetônico e urbano possui particularidades que exigem observação mais próxima e cuidadosa. Choay tece importantes reflexões a esse respeito. Para a autora, a valorização dos centros antigos ou bairros considerados como patrimônio, combate em primeiro momento a banalização, porém, em um segundo momento, esse valor patrimonial torna-se instrumento para sua própria banalização (CHOAY, 2000). Isto acontece porque existe uma invasão de elementos externos que desejam se aproveitar do fluxo turístico, e se instalam como formas exógenas no tecido urbano. Cita-se como exemplo, grandes redes de hotéis que se instalam nas frágeis tramas das ruas e praças histórica, ou lojas de “artesanato” que não refletem a cultura local, mas apenas o desejo de expandir redes mercadológicas. Na cidade de Bruges, exemplo usado pela autora, os bordados “artesanais”¹³ de Hong Kong invadiram as lojas, rivalizando com os produtos tradicionalmente arraigados à história local.

Mas algumas cidades e núcleos patrimoniais resistem a essa invasão. Isso acontece pela junção de fatores como suas dimensões, a morfologia, suas atividades, tradições conservadas, uma economia sólida ou pela sabedoria de governantes (CHOAY, 2000). Pode-se, então, elencar alguns desses fatores e reerguê-los, por meio de planos de ações, em locais carentes dos mesmos. Parece uma solução simples, mas muitas vezes o ambiente urbano já está tão transfigurado que se torna refratário a essas idéias. Não obstante, uma educação patrimonial apresenta-se como o principal e talvez o primeiro passo para se buscar uma revitalização correta de espaços históricos degradados. Por meio dela, pelo menos as tradições e a sabedoria crítica podem ser fortalecidas ou resgatadas como senso comum. Com isso, o

¹³ Assim como no caso da palavra cultura, artesanais não está investido de seu real significado, por isso o uso das aspas.

patrimônio imaterial se estrutura e tende a criar barreiras à exploração meramente comercial dos centros preservados, apesar da própria imaterialidade poder ser vitimada pela sedução da lógica de mercado.

Assim, hoje se identifica uma importante encruzilhada na questão da preservação de núcleos urbanos históricos. Se eles não se fazem economicamente ou socialmente atrativos, são esvaziados da vivência urbana e se transformam em galerias de museu a céu aberto, com suas obras em processo de degradação; um destino similar ao de Zora¹⁴, uma das cidades que compõem o livro “As Cidades Invisíveis” (CALVINO, 1999). No entanto, se são engajados ao sistema capitalista apenas por sua visão econômica, correm o risco, quase sempre subdimensionado, de se tornarem áreas de uma nociva gentrificação.

Esse problema está posto e deve ser amplamente discutido em todos os níveis de atuação dos órgãos de defesa do patrimônio cultural, principalmente a UNESCO. A essa organização registra-se o esforço exemplar no intuito de cada vez mais entender o significado do valor da cultura para uma realidade contemporânea e capitalista, e as várias abordagens conceituais sobre o que é patrimônio cultural da humanidade. Pode-se, inclusive, falar de uma tendência em se usar conceitos de consenso mundial de maneira contra-hegemônica. Exemplificando, encontra-se a defesa da diversidade cultural, tida como uma política imperativa frente a uma globalização, que se mostra próxima a uma homogeneização cultural imposta unilateralmente por países dominantes do sistema capitalista, que se dedicam à intenção de abrir novos mercados de consumo (WERTHEIN, 2003). Aliás, é importante falar que essa discussão havia sido levantada pela UNESCO, em 1986, na Conferência de Brundtland, quando todas essas manobras de gentrificação e globalização estavam em processo de fortalecimento. Isto mostra o quão ativa é a UNESCO nos debates e fóruns internacionais, já que financeiramente não possui autonomia para auxiliar, a preservação de todos os sítios patrimoniais por ela tombados.

O problema financeiro é um dos fatores que possibilita, apesar de muitos esforços, que o patrimônio urbano seja submetido a uma vontade mercadológica como se fosse produto a ser vendido ou exposto. Outro fator é a multiplicidade de características que esse patrimônio apresenta ao ser identificado nos vários cenários culturais do mundo. Em algumas cidades ele é essencial para a economia, em outras é apenas um elemento de prestígio; em outros casos aparece em cidades totalmente imersas em crise e ainda em outras onde a prosperidade está

¹⁴ “Mas foi inútil a minha viagem para visitar a cidade: obrigada a permanecer imóvel e imutável para facilitar a memorização, Zora definhou, desfez-se e sumiu. Foi esquecida pelo mundo.” (CALVINO, 1999, p. 20)

em pleno vigor (CHOAY, 2000). Sendo assim, estipular uma regra geral como ação é quase insensatez. Cabe ao governo local investigar até que ponto os processos de revitalização e todos seus possíveis vínculos de financiamento poderão ferir a aura histórica, memorial e cognitiva do espaço a ser protegido.

Porém, mesmo sob olhares cautelosos, muitas revitalizações se transformaram em áreas de gentrificação, e a utilização do patrimônio histórico e arquitetônico foi lançada como uma nova frente econômica mundial para o desenvolvimento do turismo. Se o mercado mundial havia eleito como a “bola da vez” estruturas arquitetônicas valorizadas por um sentimento pró-urbano crescente, escolha traduzida na maior parte dos países em intervenções nos bens arquitetonicamente considerados históricos e gentrificáveis, coube às linhas de pensamento contrário alinharem-se no mesmo campo onde um enfrentamento seria travado, enquanto paralelamente algumas propostas são lançadas a estudos e debates.

Um bom exemplo pode ser visto no Brasil. Por iniciativa da UNESCO, do BID¹⁵ e do governo federal brasileiro, viabilizou-se o programa **Monumenta**,¹⁶ que visa ampliar e sustentar as ações de preservação em um país carente de verbas como o Brasil. O programa procura conjugar recuperação e preservação do patrimônio histórico com o desenvolvimento socioeconômico, atuando em conjuntos urbanos protegidos pelo IPHAN, promovendo obras de restauração e consolidação dos bens tombados dessas cidades. Além disso, promove atividades de capacitação de mão-de-obra especializada em restauro, formação de agentes locais de cultura e turismo, promoção de atividades econômicas e programas educativos. Para acompanhar e conduzir as ações do programa, são criadas equipes de técnicos do município ou do estado, que são de certa maneira fruidores da cultura local, em conjunto com o IPHAN. Essas equipes compõem a Unidade Executora de Projeto-UEP, que recebe orientações da Unidade Central de Gerenciamento, sediada no Ministério da Cultura. Outro elemento importante foi a criação do **Fundo de Preservação**, que possibilita ao **Monumenta** receber ajuda financeira dos municípios, convênios, aluguéis e arrendamentos dos imóveis históricos, além de doações particulares¹⁷.

Dessa maneira, se associaram as esferas pública e privada no intento de proteger bens representativos das etnias, regiões e épocas da história brasileira. Mas como o **Monumenta** não se direcionaria para um processo de gentrificação? A recente inclusão da preocupação

¹⁵ Banco Interamericano de Desenvolvimento

¹⁶ Os esforços para se conceber e implementar o programa **Monumenta** foram iniciados em 1996.

¹⁷ Informações do site oficial do IPHAN. Disponível em: <<http://www.monumenta.gov.br/programa/index.php?p=19404&more=1&c=1&pb=1>>. Acesso em: 15 mar. 2007.

com áreas habitacionais, e não só com o comércio e a “cultura” (MOREIRA, 2004), pode ser uma forte defesa contra a elitização de locais históricos das cidades. Além disso, a cultura do cotidiano vivenciado também conquistou seu espaço na ótica preservacionista. Outro ponto que diferencia o programa é não se limitar às obras de restauro, e também prever incentivos à atividade econômica e à produção cultural autóctone (TADDEI NETO, 2003).

Mas o que seria essa cultura do cotidiano? Podemos entender este cotidiano como a cultura local, com suas particularidades e interações. Milton Santos (1997) perscruta um conceito análogo chamado de “ordem local”, onde a razão é orgânica, oposta a uma “ordem global”, onde a razão é organizacional.

Portanto, nesta “ordem global” o espaço se “desterritorializa”, colocando-o externo ao cotidiano, que é, por sua vez, regido pela “ordem local”.

A ordem global é “desterritorializada”, no sentido de que separa o centro da ação e a sede da ação. Seu “espaço”, movediço e inconstante, é formado de pontos, cuja existência funcional é dependente de fatores externos. A ordem local, que “reterritorializa”, é a do espaço banal, espaço irreduzível (T. Santos, 1994. p 75) porque reúne numa mesma lógica interna todos os seus elementos: homens, empresas, instituições, formas sociais e jurídicas e formas geográficas. O cotidiano imediato, localmente vivido, traço de união de todos esses dados, é a garantia de comunicação.

Cada lugar é, ao mesmo tempo, objeto de uma razão global e de uma razão local, convivendo dialeticamente (SANTOS, 1997, p. 272-273).

Dessa maneira percebe-se que a cultura do cotidiano está diretamente ligada à noção de identidade, sustentada por uma rede de comunicação onde podem se formar e fortalecer conceitos, crenças, mitos e espaços compartilhados por uma mesma sociedade.

Assim, o **Monumenta** também busca integrar essa rede de comunicação, e assumir um diálogo com a localidade em que se insere, e é influenciado principalmente pela postura e ideais da equipe que o coordena. Em uma análise superficial,¹⁸ guardar este potencial para particularizar-se, ajuda ao programa atender às vicissitudes *in loco* e a se conectar à chamada “ordem local”; mas também aumenta o risco de se distanciar de seu objetivo por uma simples avaliação ou decisão de seus coordenadores locais, mesmo que eles estejam bem intencionados.

Essas iniciativas mostram uma preocupação de escapar do estigma da gentrificação, principalmente porque o programa prevê um monitoramento nos 20 anos que se seguem à

¹⁸ O objeto de estudo desta dissertação não é o **Monumenta** ou as políticas públicas que o cercam.

conclusão das obras de revitalização, a fim de criticar e colher material para o estudo e aprimoramento do processo instaurado (TADDEI NETO, 2003).

No entanto, existem sinais que indicam deficiências nesses controles e métodos que visam burlar uma hipervalorização do patrimônio. No projeto de revitalização do “Bairro do Recife”¹⁹, as zonas de amortecimento ou *buffer lines*, começam a ser atingidas por investimentos vultuosos como *shoppings* ou prédios de muitos andares,²⁰ comprometendo assim a primeira função dessas áreas. Pode-se observar, novamente, a lógica capitalista se impondo, como se a elitização do espaço construído fosse inevitável.²¹

No entanto, esses sinais podem ser fatos isolados, e só um distanciamento temporal poderá afirmar com certeza o quão eficiente é o **Monumenta**, embora este exemplo não seja diretamente ligado ao mesmo. Não seria otimismo acreditar ser este um norte para orientar os projetos de recuperação, rumo a uma preservação consciente e sem manipulações autoritárias de setores econômicos. Mas supondo que se alcance esse tão esperado resultado, resta também esclarecer algo mais.

Onde estaria o limite para se diferenciar revitalização e gentrificação? Por meio do olhar crítico de Arantes, não existe diferença entre um conceito e outro. Mas essa é uma visão severa, embora muito necessária no desenvolvimento das discussões contemporâneas de reocupações de centros urbanos antigos. Talvez hoje não exista um limite claro entre revitalização e gentrificação, principalmente quando a ação de intervenção encontra-se em andamento. No entanto, essa diferenciação deve ser pesquisada, levada ao debate e explicitada. vetado

Nessa linha de pensamento, buscando um limite para controlar a gentrificação, Choay (2000) fala de uma ferramenta ainda em desenvolvimento, a conservação estratégica, que não deve ser confundida com o planejamento estratégico já citado neste capítulo. A conservação estratégica nada mais é que um controle mais rígido do fluxo de visitantes em determinados sítios históricos (CHOAY, 2000). Em alguns lugares, chega-se ao extremo de vetar a entrada de turistas, como na caverna de Lascaux ou nos túmulos do Vale dos Reis no Egito, criando-se paralelamente um simulacro²² para as visitas. A linha de raciocínio dessa estratégia é que,

¹⁹ Este projeto foi iniciado em 1993, portanto fora do programa **Monumenta**, porém usou parâmetros similares, inclusive com o envolvimento do BID e preocupação com áreas habitacionais.

²⁰ Informações retiradas de palestra proferida pelo Dr. Sylvio Sanchetti, na EAUFMG, em 13 de abril de 2005.

²¹ Deve-se ressaltar que, apesar de apontar no texto o capitalismo como sistema hegemônico, a gentrificação e o planejamento estratégico foram amplamente utilizados por governos ditos de “esquerda”; sendo o governo Mitterrand da França, um dos maiores difusores destas ações de urbanismo (ARANTES, 1993).

²² Estes simulacros são cópias idênticas dos sítios arqueológicos que passam a ser vetados à visitação pública.

ao se controlar o fluxo de visitantes, pode-se também minimizar a gentrificação. Ao criar padrões rígidos à exploração turística, a visão de um veio infinito de lucros almejada por alguns setores econômicos, representados pelo *establishment*,²³ envolvidos neste processo, poderia ser enfraquecida.

No entanto, como se portar em ambientes que não são somente destinados à visitação? Lugares em que a vivência e os acontecimentos cotidianos também são atrações turísticas, e onde as atividades urbanas são essenciais para a formação de um quadro est tico do qual o usuário do espaço deseja participar e fruir.

A arquitetura é a única, entre as artes maiores, cujo uso faz parte de sua essência e mant m uma relação complexa com suas finalidades est tica e simbólica, mais difícil de apreender no caso dos edifícios históricos que se tornaram órfãos da destinação prática que lhes deu origem (CHOAY, 2001, p. 230-231).

Visto através deste prisma, o turista nunca poderá vivenciar esse patrimônio de uma forma verdadeira, pois o próprio patrimônio   parte representativa de um todo que se conforma para além de uma simples imagem. Mesmo que o uso do edifício seja mantido, o “como se usa” ainda é alterado pela evolução temporal. Uma casa do século XVIII ainda pode ser uma casa nos tempos atuais, mas o lar jamais será o mesmo. As inter-relações de moradores com os vários espaços da residência transformam-se continuamente. Se um quarto no passado fora local de repouso, no presente ele muitas vezes significa, além de espaço de descanso, um local de lazer ou convívio. Mesmo as catedrais tiveram seus cultos modificados, o que conseqüentemente mudou a percepção do local pelos usuários. A espetacularização do patrimônio como um “retorno ao passado” pode ser encarada como mais uma promessa de marketing feita aos leigos que não têm referências claras ou informações corretas sobre a obra alvo de seu fruir.

Pode parecer então que, ao combater essa espetacularização, minimiza-se a gentrificação. Porém, combater esse espetáculo patrimonial atingiria uma das mais fortes indústrias mundiais, a do turismo, que é a principal economia de muitas cidades no mundo, e que oferece muitos postos de trabalho diretos e indiretos. No entanto, esse mesmo turismo é reconhecido e comprovado como um potencial agente destrutivo do patrimônio histórico e cultural. Novamente a encruzilhada da vitalidade econômica das cidades se apresenta. Mas não se deve fugir desse impasse, e sim deixar claro as prioridades que estão arraigadas em

²³ Termo que significa “elite governante”, amplamente usado por O lia Arantes.

propostas perenes e não em justificativas efêmeras.²⁴ A máquina do turismo deve ser controlada sob pena de se perder a consciência de nossa identidade coletiva.

Além disto, existem ainda pensamentos diretamente conflitantes, e que são um dos maiores problemas da preservação patrimonial no mundo. Ao ser perguntado sobre qual seria o futuro dos centros históricos das cidades antigas, Rem Koolhaas afirma o seguinte:

Penso que seu destino será na verdade obscuro. Uma cidade como Amsterdam está se destruindo literalmente ao manter-se no estado atual. É uma enorme armadilha para turistas que se torna insuportável na alta temporada por uma razão e na baixa temporada por outras razões. Nesse sentido, as cidades pouco conhecidas e feias tem um futuro melhor [...] (KOOLHAAS, 2002, p. 55).

Seu pensamento é coerente, mas está apenas demonstrando sua insatisfação com a situação atual das cidades, que para ele devem se dar ao direito do esquecimento no processo de criação. Reivindica, assim, um tipo de *tabula rasa* (MOREIRA, 2004).

Segundo Clarissa Moreira (2004), Koolhaas afirma que o urbanismo, dito tradicional, tem se esforçado para cultivar sua insatisfação com uma “condição urbana”²⁵ contemporânea, aprimorando suas críticas e colocando seus projetos em choque com a realidade apresentada. Koolhaas afirma ser correto o alinhamento dos urbanistas e arquitetos a esta nova “condição urbana”. Para ele, estamos em uma era em que o urbanismo nega fronteiras e, portanto, podemos concluir que conseqüentemente, nega identidades estanques (MOREIRA, 2004). Esse posicionamento contrário às revitalizações poderia ser visto como uma solução contra as citadas hipervalorizações do espaço. Porém, ele não é oposto ao pensamento da sociedade de consumo, que muitas vezes está por trás de processos de gentrificação, intencionalmente mal conduzidos. Koolhaas se associa a esta visão de mercado e defende, de certa maneira, um esvaziamento no sentido de valorização do espaço enquanto manifestação da memória coletiva. O arquiteto se tornaria um membro espectador das cidades que ele agora denomina como “cidades genéricas”.

Além disso, as urbanidades surgidas, principalmente nos países periféricos, são baseadas na segregação, hierarquização e em alguns casos na produção *in vitro* de uma estética simulada²⁶, procurando reproduzir experiências fixadas no passado, mas vazios em suas vivências e

²⁴ Chamo de perene o valor que o patrimônio arquitetônico tem para a humanidade e de efêmero a justificativa da sustentação econômica via turismo, que em um futuro próximo pode ser modificada ou subvertida.

²⁵ Essa condição urbana é o que alguns teóricos identificam como a dispersão da malha urbana, acompanhada da crescente hierarquização do espaço.

²⁶ Koolhaas não defende a segregação, ele defende a pluralidade e liberdade das cidades. Porém a cidade não se verá livre de um controle, e este sim seria “responsável” por essas urbanidades.

espontaneidade.²⁷ A arquitetura, e todos seus saberes, não seriam mais responsáveis pelos questionamentos sobre estas urbanidades, uma espécie de *tabula rasa* de conceitos. Neste momento pode-se colocar o patrimônio urbanístico e arquitetônico entre dois pensamentos dominantes nas intervenções urbanas contemporâneas: a *tabula rasa* e a revitalização (MOREIRA, 2004), muitas vezes transformada em gentrificação.

Enfim, na tensão criada entre dois pólos “iguais” que se repelem, e que alcançam um resultado similar, enfraquecendo resultados de intervenções urbanas, direcionadas a fortalecerem a preservação cultural, ou ignorando e repudiando qualquer preocupação com a recuperação do patrimônio histórico urbano, sobrevive uma pergunta chave: O que deve ser preservado?

No entanto, a pergunta “o que” lança a conservação urbana em direção à materialidade, que é um dos pontos criticados na visão tradicional de preservação. Centrar atenção no objeto e nas formas abre oportunidade para que a lógica consumista aproprie-se e conduza o processo como mais um alimentador do desnível existente entre as classes sociais estratificadas nessa nova “condição urbana” (MOREIRA, 2004).

Talvez uma aproximação diferente, ou uma abordagem ao objeto por meio de outro viés possa aprimorar a qualidade das decisões a serem tomadas a respeito das revitalizações, ao driblar as segundas intenções já citadas no texto. Intenções que se escondem por trás de projetos que prometem às cidades um engajamento mundial por meio de intervenções monumentais, que alavancam o “marketing urbano”²⁸. Desta maneira, a questão patrimonial precisa sair das discussões da materialidade e se apoiar na seguinte pergunta: Para que devemos preservar? (MOREIRA, 2004) Assim os objetos da preservação passam a ser as urbanidades existentes no espaço que se pretende proteger. Nesse sentido consegue-se alcançar em bons termos os objetivos que a UNESCO tanto defende. Mas para isso, deve-se investir ainda em pesquisa e desenvolvimento de metodologias para coleta de informações²⁹, utilizando não apenas dados frios e estanques.

Enquanto isso, certo é que a melhor maneira de preservar áreas patrimoniais da cidade consiste em não tentar conservá-las de modo museológico ou reavivá-las por meio da hipervalorização turístico-cultural (na maioria das vezes uma cultura não autóctone), e muito

²⁷ O texto diz respeito aos condomínios fechados que imitam os tradicionais subúrbios norte-americanos.

²⁸ Termo nascido no final do século XX, que mostra o vínculo da cidade com a lógica empresarial de produção de riquezas. Um termo, ou melhor, ferramenta para se “vender” a cidade.

²⁹ As informações devem ser permeadas e cruzadas com todo tipo de conhecimento sobre o local.

menos destruindo-as para se edificar o “novo velho”, como se os centros históricos fossem uma casca cenográfica.

Após estas considerações, identificam-se ainda outros problemas que atingem o patrimônio arquitetônico e urbanístico, citados por Choay como outras causas da problemática atual no ato de preservação. Problemas esses que fogem da esfera política e econômica e podem ser considerados fruto do dinamismo tecnológico, associado à visão fragmentada e especialista que envolve o mundo contemporâneo.

Um dos principais elementos identificado pela autora é a lógica “de conexão” e as conseqüências que ela trouxe para a arquitetura em geral. As noções de contexto e articulação dos edifícios não são mais determinadas por limitações geográficas, topográficas, históricas ou urbanas e sim por redes de infra-estrutura³⁰ onde se conecta o edifício, emprestando-lhe uma falsa noção de contextualismo, o que ela chama de “urbanismo de redes” (CHOAY 2000). Na verdade, a obra arquitetônica está fazendo parte da “condição urbana”, tornando-se um objeto ou imagem fragmentada, sem relação com a totalidade urbana em que se insere. As relações de “diálogo” tradicionais são enfraquecidas diante da necessidade de se atender exigências tecnológicas prementes dos usuários das cidades.

Contaminada pela lógica das redes, a arquitetura muda de status e de vocação: os edifícios individuais tendem cada vez mais a ser concebidos como objetos técnicos autônomos, passíveis de ser conectados, enxertados ou ligados a um sistema de infra-estruturas, liberados da relação contextual que caracterizava as obras da arquitetura tradicional (CHOAY, 2001, p. 244).

Mas o que isso tem de relevante para o patrimônio histórico já edificado? O fato é que esse modo de perceber o mundo não fica paralisado em uma área do saber ou da prática projetual. Ele se expande, e sua influência oblitera a percepção do real valor das áreas preservadas pelo fato das pessoas não mais se identificarem com aquela maneira de interagir com o mundo. Outro efeito é que as urbanidades foram, durante muito tempo, esquecidas em sua importância em detrimento do “simples reativar”³¹ de áreas urbanas históricas desvalorizadas. O projeto não se preocupava em qualificar a utilidade do espaço. Ele apenas devia voltar a “funcionar” ao se conectar novamente às redes citadas, revitalizando-se economicamente. Somando-se a isso, o usuário especialista em outros conhecimentos, que não entende mais o mundo de

³⁰ Estas infra-estruturas podem ser identificadas nas redes de abastecimento de água, energia, transporte, esgoto, telefonia e recentemente incrementadas pelas chamadas infovias.

³¹ Usei o termo “simples reativar” em comparação com o simples conectar e ligar de um aparelho eletrodoméstico. Não escrevi a palavra “uso”, pois esta envolve, ou deveria envolver as noções de vivência e urbanidade.

maneira holística, não questiona e nem mesmo percebe a diferença de um local onde se manifestam urbanidades de um espaço estéril.

Seria como se a percepção tátil, que é o meio pelo qual a população apreende a arquitetura e a cidade, segundo Walter Benjamin,³² estivesse entrando em desuso e sofrendo com a falência dos sentidos. Além disto, outra questão é levantada por Choay: a inflação dos bens patrimoniais, resultante de uma imagem narcisista que a sociedade cultivou ao buscar incessantemente sua identidade no patrimônio. Talvez porque depois da primeira metade do século XX o homem sentiu uma crescente vontade de se localizar no espaço e no tempo, e a lógica de consumo não era suficiente para satisfazer esse anseio. Todo esse movimento ela chamou de ficção narcisista (CHOAY, 2000).

A maneira com que se elencou toda a bagagem denominada patrimônio, trouxe como conseqüência um grau de incerteza na avaliação do mesmo. Pode-se afirmar que, em muitos casos, confundiu-se memória e história com outro tipo de juízo, como o de valor ou o ideológico. Para melhor explicar, será interessante utilizar um exemplo um pouco polêmico, mas que demonstra o ponto de vista de Choay. A edificação a ser vislumbrada é a Igreja de São Francisco de Assis, na Pampulha, em Belo Horizonte (MG); uma obra de Oscar Niemeyer.³³

Conhecida por quase todos os arquitetos do mundo, esta igreja foi objeto de um “tombamento preventivo”. Como poderia Lúcio Costa prever que essa igreja seria um berço de urbanidade? Como saber que o usuário da Pampulha não a receberia como um objeto exótico? Existe um valor real ao se tombarem apenas o objeto, como a impressão de uma possível vivência futura? O sentimento de vanguarda legítima um tombamento? Seria mais correto se deixassem a igreja se confrontar com a realidade e, para evitar seu desmanche, fossem usados outros métodos que não o tombamento. Hoje sim podemos avaliá-la sob uma lente histórica.³⁴

Por outro lado, por que também parece tão absurda a afirmação de que a Igreja da Pampulha não deveria ser tombada? Seria apenas juízo de valor? Ao se analisar o contexto em que Choay tece esse raciocínio, pode-se afirmar que tanto sua teoria, quanto o sentimento de indignação com a possibilidade de não se tombarem a Igreja são corretas. Choay é européia e, com certeza, para ela a realidade de aumento descontrolado do patrimônio é problemática, e

³² Essa referência a Walter Benjamin é baseada em leitura de crítica feita por Otília Arantes em seu livro: *O Lugar da Arquitetura Depois dos Modernos*.

³³ Esta breve análise será feita na ótica levantada por Choay para que se esclareça sua posição.

³⁴ Mas não seria o “tombamento preventivo” parte da sua história? Sim, mas é a história do objeto e não das pessoas que a vivenciaram. Como ferramenta, o tombamento fraturou a evolução natural da obra arquitetônica como representante singular de uma época ou sociedade.

possui um sentido. Mas o que ela chama de inflação, para o Brasil é a construção e defesa do pouco que se possui. A população brasileira é carente de referências patrimoniais, ao contrário da Europa. Na particularidade da Igreja da Pampulha, o tombamento preventivo se justifica de maneira simples. Seria como se a mesma fosse um bem natural, onde se identifica uma riqueza, arquitetônica e artística³⁵, a ser preservada de um risco eminente à sua existência futura.³⁶

Também é importante lembrar que a preservação e tombamento não dizem respeito só a obras arquitetônicas. Apesar desse estudo teórico abranger o patrimônio arquitetônico e urbanístico, é impossível falar sobre o assunto sem tocar no tema do ambiente natural, mesmo que superficialmente. Isto porque a cidade não é mais separada do meio natural como se fossem pólos de uma dicotomia. Hoje, o urbano se estende por todo o território mundial (LEFÈBVRE, 1999) e a solução de sua problemática diz respeito a um todo e não só à cidade, unificando assim, em torno da busca de soluções, a preservação do patrimônio material, imaterial e ambiental. Desde as recomendações da UNESCO em Estocolmo (1972) e, dez anos mais tarde em Nairóbi,³⁷ que ambientes naturais são também evocados como essenciais ao patrimônio e por razões claras, preservados por um tipo de “tombamento preventivo”.

No que se refere ao patrimônio urbanístico, a grande contribuição do meio ambiente natural foi a introdução do conceito de biodiversidade³⁸, estrategicamente encampado pela frente de preservação cultural. Essa é a mais nova arma contra a globalização. No entanto, não se esgotou a questão narcisista citada anteriormente. Sobre ela Choay afirma:

[...] é necessário sondar a imagem patrimonial com um olhar crítico ou clínico que nos faça separar e dissociar os materiais heterogêneos com os quais a construímos. É necessário que paremos de confundir as realizações arquitetônicas e urbanas pré-industriais com o conjunto das construções que se lhes sucederam até hoje. Em outras palavras é preciso sair da ficção narcisista (CHOAY, 2001, p. 249).

Nesse ponto, a autora defende o fim do sentimento narcisista da sociedade mundial. Porém deve-se reafirmar que esta realidade é hegemônica na Europa e que, no Brasil, é identificada apenas em casos pontuais, onde as relações socioculturais potencializam um sentimento pró-urbano, que ao inflacionar o conjunto de obras patrimoniais, acaba por banalizar um dos mais

³⁵ Os vários murais de Portinari são bens artísticos aplicados de muito valor e que independem do distanciamento temporal para serem avaliados como patrimônio. Ao seu término, já são obras de arte de qualidade reconhecida.

³⁶ Importante o fato de que Lúcio Costa foi elemento chave no processo, por sua visão de vanguarda.

³⁷ Outra reunião pertinente sobre meio-ambiente foi realizada em 1992, no Rio de Janeiro.

³⁸ A inflexão do termo biodiversidade deu origem ao conceito diversidade cultural, citado anteriormente neste texto.

importantes pontos de apoio que uma comunidade pode possuir. A saber, sua memória e identidade, que estão arraigadas nos ditos “espaços existenciais”³⁹ (SCHULZ, 2001).

Além da quebra do “espelho narcisista”, Choay evoca uma mudança no atual posicionamento histórico do patrimônio, ou melhor, afirma que se deve colocar o patrimônio na posição de um elemento propedêutico, ensinando as dimensões do espaço humano, suas escalas, articulações e contextualização (CHOAY, 2000). Assim, o patrimônio arquitetônico e urbanístico deixaria de ser o resultado de uma época, para ser elemento essencial na formação dos novos espaços, libertando-o do choque atual com as novas tecnologias e com as redes de conexão. No entanto, essa proposta é uma realidade alternativa que pode vir a ser instalada, mas não por exemplos pontuais que venham a contagiar todo seu entorno, nem mesmo por intervenções burocráticas ou autoritárias do Estado. Na análise da autora, essa mudança seria a única maneira de salvar o patrimônio histórico urbano e cultural, dando força à continuidade histórica dos avanços tecnológicos, mas que só pode ser legitimamente implantada pela evolução antropológica decorrente de uma mudança de percepção e fruição do mundo (CHOAY, 2000).

Ao final destas reflexões, pode-se falar de um ponto interessante de intersecção na maioria dos discursos citados neste capítulo.⁴⁰ Esse ponto comum refere-se à valorização da cultura autóctone, presente nos discursos de Moreira (2004), quando a autora reclama a mudança da palavra chave de “o que” para “para que” se deve preservar; no texto de Choay (2000), onde ela fala do valor do patrimônio como elemento propedêutico, resgatando assim a tradição⁴¹ impressa no objeto arquitetônico; ou nas cartas patrimoniais da UNESCO, especialmente após a introdução do conceito de biodiversidade cultural.

Desta maneira, a partir desta afirmação se pode pesquisar instrumentos e conceitos para interagir no espaço urbano e arquitetônico a fim de alcançar sua preservação, tendo como foco as urbanidades que, por sua vez, são frutos e também berços das culturas autóctones, isto é,

³⁹ De acordo com Norberg Schulz, o homem cria sistemas de símbolos para alcançar determinada transcendência; estes mesmos sistemas estruturam a cultura, que por sua vez pode ser dita constituída por sistemas descritivos (filosofia e a ciência) e não-descritivos (arte e religião), onde a arte conserva e comunica a gerações presentes e futuras, significados existenciais experimentados. Estes significados constituem por sua vez “espaços existenciais”, que irão se materializar e se concretizar na arquitetura, orientada por meio do *genius loci*, e onde a mesma arquitetura faz parte tanto dos sistemas simbólicos não-descritivos quanto dos descritivos, tornando-a elemento essencial na paisagem cultural de uma cidade. Isto é, ao mesmo tempo que esta se estrutura fisicamente e tecnicamente na ciência, a mesma só se manifesta se for alimentada pelo sistema simbólico não-descritivo da arte ou religião (crenças).

⁴⁰ Exceto no caso de Arantes. No entanto, sua crítica diz respeito também à sua crença de que a cultura autóctone não tem sido levada em conta nos processos de revitalização.

⁴¹ A tradição pode ser entendida como o trabalho nascido da vivência entre a população e o espaço preservado.

paisagem marca e paisagem matriz na visão de Berque (2004). Dessa maneira, cria-se uma linha de escape dos processos de elitização, ou pelo menos uma forte resistência, enquanto outras observações podem ser feitas, para que novas conclusões possam ser elaboradas.

Outro ponto em comum nos discursos não diz respeito à solução, mas à identificação de um grande problema que atinge a questão de preservação e, no caso específico, a revitalização. Nos textos examinados para a elaboração deste capítulo, verifica-se a preocupação com o domínio da lógica de mercado, que abrange quase a totalidade mundial. Parece unânime que isto sufoca a sustentabilidade patrimonial, ou a falseia no intuito de transformar o valor histórico em uma moeda de troca, ou produto de consumo, levando projetos de revitalização em direção a uma gentrificação.

Assim, o maior problema que atinge os processos de revitalização urbana é a união entre economia e cultura⁴², que objetiva mascarar as intenções de lucro nos projetos de revitalização em detrimento de programas mais sociais. Mesmo levando em conta que, em alguns casos a falta de recursos seja realmente um fator relevante na inviabilidade desses projetos, sendo eles mais sociais ou não.

Depois de apresentar uma síntese dos problemas contemporâneos, pelo qual passam os processos de preservação, pode-se enunciar algumas questões pertinentes. Se a sociedade de consumo apropria-se indevidamente do que nos foi deixado por nossos antepassados, qual seria seu interesse em criar algo relevante para legar ao futuro, que não fosse apenas mero produto para compra e venda (BRANDÃO, 2001)? Até que ponto o direito ao esquecimento, que daria origem ao processo de criação, pode ferir o direito a um referencial histórico e mnemônico?⁴³

Portanto, esse pensamento de priorizar as urbanidades, os usos habitacionais, as culturas autóctones, o cotidiano (a ordem local, que territorializa), e os bens imateriais, parece ser uma das estratégias para se retirar o patrimônio arquitetônico, urbano e cultural da posição de um produto de mercado, à mercê da lógica de consumo.⁴⁴ Também é fato que isso não é a panacéia para todos os males que rodeiam o patrimônio cultural e, em especial, o patrimônio

⁴² Essa terminologia é fictícia, pois a cultura na verdade não pode ser separada da economia, portanto a mesma sempre abarca as relações econômicas do espaço em que se desenvolve. No entanto a finalidade a que se refere a frase é explicitar o uso da “cultura” como elemento de marketing e promoção mercadológica para favorecer o crescimento financeiro de alguns setores da sociedade.

⁴³ Esta dissertação enuncia essas perguntas como elemento provocativo e para reflexão livre do leitor, não existindo intento em respondê-las no corpo de seu texto.

⁴⁴ Essa analogia é recorrente em todos os discursos lidos para este capítulo. Alguns com menos e outros com mais ênfase, como o caso de Arantes.

histórico urbano. Mas não se pode ficar sem ação, esperando uma resposta definitiva à encruzilhada em que se encontra a preservação patrimonial. Há a necessidade de progredir em direção a algum sinal que apague a angústia de se imaginar o beco sem saída desenhado por Arantes. Ou melhor, quase sem saída, pois as perspectivas enxergadas pela autora é a subversão ou eliminação do sistema capitalista (ARANTES, 2000).

3.0 GENTRIFICAÇÃO

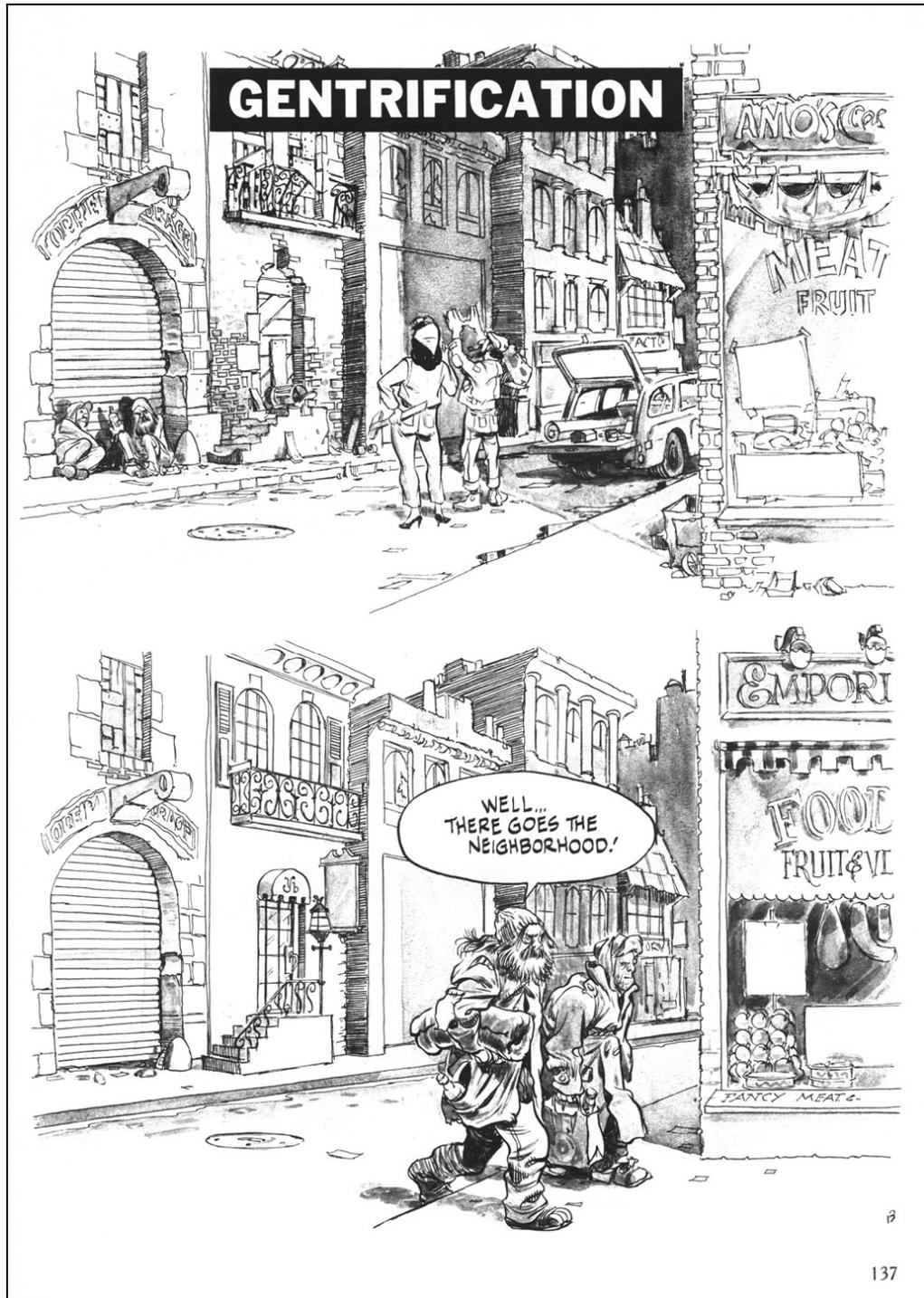


FIGURA 1 – História em quadrinhos desenhada por Will Eisner, retirada do livro coletânea, “Will Eisner’s New York. The Big City”, em que o autor descreve, por meio de desenhos, várias paisagens culturais da megalópole de Nova York.

Fonte: EISNER, Will, 2000, p. 137.

3.1 A gênese do conceito

Considerando que um dos maiores problemas da preservação do patrimônio cultural e, conseqüentemente, do patrimônio arquitetônico enquanto conjunto urbanístico na atualidade é sua hipervalorização, volta-se então para o campo de ação da gentrificação. Porém, deve-se caracterizar com maior propriedade esse fenômeno.

Um após o outro, numerosos bairros operários londrinos foram invadidos pelas classes médias alta e baixa. Locais com casinhas modestas, com dois aposentos no térreo e dois em cima, foram retomadas quando os contratos de aluguel expiraram, e se tornaram elegantes residências de alto preço. Residências vitorianas maiores que tinham mudado de função - ou seja, haviam passado a ser utilizadas como pensões familiares ou sub-locadas - recuperaram um bom nível de status. Esse processo de gentrificação, uma vez começado em um bairro, se estendeu rapidamente até que quase todas as camadas populares que aí moravam originalmente tivessem deixado o lugar e que todas as características sociais tivessem mudado (GLASS apud SMITH In: BIDOU-ZACHARIASEN, 2006, p. 60).

Esse foi o primeiro texto em que se identificou uma mudança na estrutura social urbana com a nomenclatura de gentrificação. Essa definição foi fruto de uma observação pontual e individual, feita por Ruth Glass. No entanto, não seria Glass a maior divulgadora de pesquisas a respeito deste tema. O geógrafo Smith, quem, aliás, cita Glass como marco histórico, é hoje um dos maiores debatedores do tema (BIDOU-ZACHARIASEN, 2006).

Para Smith, a ilha de Manhattan é o local onde se pode observar claramente um processo de gentrificação. Seus estudos definem o que seria uma “gentrificação clássica”, onde todas as características de formação, por ele elencadas e descritas, podem ser observadas. Além disso, o atual quadro de expressão do tecido urbano de alguns bairros de Nova York preenche todas as particularidades de um espaço gentrificado. Não obstante, torna-se relevante diferenciar esses dois pontos. Quais seriam estas características de formação? E quais seriam as particularidades desse espaço?

De acordo com Smith, a formação de locais gentrificados passaria por três etapas, ou melhor, três ondas que caracterizam a construção da gentrificação clássica.⁴⁵ A primeira onda é alavancada por pioneiros, isto é, pessoas de classe média que arriscam ao investir em um local desvalorizado pelo mercado imobiliário, por causa do diferencial favorável do custo do

⁴⁵ Esta gentrificação clássica, para Neil Smith, pode ser caracterizada ao se analisar a evolução da cidade de Nova York, após o período de expansão suburbana, que resultou no declínio e desvalorização dos centros urbanos.

aluguel e das benfeitorias, ou infra-estruturas ali existentes. Geralmente, essa classe social é composta de indivíduos intelectualmente muito bem equipados, mas nem sempre com alto poder aquisitivo. Eles observavam, nas vizinhanças desvalorizadas do centro da cidade, ou bairros pericentrais, a facilidade de encontrar toda infra-estrutura urbana, com custo de aluguéis muito baixos. Não obstante, esses personagens pioneiros não vêem empecilho em adaptar-se a um modelo de vida dito alternativo. Enquadrar-se a um estilo urbano contemporâneo, uma necessidade dessa nova face da classe média (geralmente jovens profissionais, como arquitetos ou artistas), equivalia a estar na vanguarda das linhas de pensamento mundial, isso porque Nova Iorque figura, já antes da década de 1970, como uma capital mundial. No entanto, ainda não era, efetivamente, uma cidade globalizada. Smith intitula essa onda de gentrificação esporádica.

A segunda onda identificada é caracterizada pela participação do mercado imobiliário em acordo com planos de incentivos públicos, ou melhor, financiamentos e facilidades que mudam o caráter dos *gentries*, antes denominados pioneiros. Esse personagem gentrificador não assume tantos riscos, e encontra nos bairros centrais uma perfeita condição para investimentos. Os promotores imobiliários transformam-se nos maiores propulsores do fenômeno, transformando o capital privado no maior apostador da nova configuração urbana.

Por causa do crescente interesse do sistema financeiro nos bairros, antes só desejados pelos pioneiros da primeira onda espontânea de gentrificação, os limites do espaço gentrificável se expandem, e o sistema financeiro passa a investir em áreas até aquele momento não visadas. Assim, a segunda onda toma a forma de um plano de reinvestimento em áreas degradadas, impulsionado pela promessa, depois confirmada, de lucro certo aos investidores privados. Isso pode ser verificado na teoria da renda diferencial ou *rent gap* (SMITH, 2006). Essa renda, configurada pelo desinvestimento durante anos, nas regiões centrais, em detrimento de subúrbios valorizados, criou condições para que, em um momento histórico posterior, um reinvestimento a relativo baixo custo, gerasse uma perfeita oportunidade de lucro por meio da compra de muitos lotes e imóveis de bairros centrais antigos e degradados. Essa onda é identificada pelo autor como sendo a consolidação da gentrificação. O fenômeno não era mais uma anomalia local da cidade, como na onda anterior, mas um componente residencial singular, explorado pelo mercado imobiliário, ofertando a uma nova classe média emergente no quadro internacional, um espaço urbano condizente com seu perfil de jovens executivos, bem sucedidos no novo sistema globalizado da economia, os chamados *yuppies*, assim

denominados no final do século XX. Dessa maneira, a segunda onda alcança o patamar de um elemento reestruturador do centro e regiões próximas a ele.

A terceira onda de gentrificação é denominada pelo termo “generalizada” ou “ampliada”. Isso principalmente por estender significativamente as áreas de atuação em que o efeito gentrificador é percebido, configurando-se como mais que uma expansão geográfica dentro dos limites da megalópole⁴⁶. Nessa terceira fase, ou onda, a gentrificação se caracteriza por moldar todo o entorno e interstícios dos bairros entre as residências gentrificadas (SMITH, 2006). O tecido urbano passa a ser afetado, e ruas comerciais inteiras, parques, restaurantes, mercados, museus, cinemas e todo tipo de imóvel de uso não residencial será valorizado pelas marcas internacionais, corporações ou investidores com os quais a nova classe média se identifica, mudando assim a paisagem urbana e amalgamando uma paisagem cultural onde o gentrificador possa se identificar.

Pode-se dizer que essa terceira onda caracteriza-se por uma gentrificação de consumo, lazer e emprego, em que somente alguém pertencente à nova classe média poderia se referenciar e fruir suas especificidades e especialidades. Um local agora moldado à nova condição globalizada das metrópoles mundiais.

Característica das ondas de formação da “gentrificação clássica”

Primeira onda	<ul style="list-style-type: none">- gentrificação esporádica- impulsionada por pioneiros (arquitetos e artistas)- motivada por aluguéis baixos e boa infra-estrutura- gentrificador de fácil adaptação a modelo alternativo de vida
Segunda onda	<ul style="list-style-type: none">- consolidação da gentrificação- impulsionada por promotores imobiliários e a chamada <i>rent gap</i>- investimentos privados motivados por financiamentos públicos- nova classe média, executivos que não se arriscam
Terceira onda	<ul style="list-style-type: none">- gentrificação generalizada- impulsionada por política municipal- motivada pelo “sucesso da segunda onda” e políticas urbanas- nova classe média e média-alta, atores da globalização

FIGURA 2 – Caracterização das ondas de formação da gentrificação clássica.

Além dessas ondas (FIG. 2), algumas particularidades comuns a todos esses períodos podem ser observadas. A principal seria a presença de uma nova classe média emergente, buscando

⁴⁶ Smith analisa a cidade de Nova York, à qual o termo megalópole se destina.

situar-se espacialmente na cidade. Na primeira onda, essa classe são os artistas pioneiros, que se alinham a um estilo de vida social alternativo, enquanto nas outras, são os chamados *yuppies*, jovens executivos em carreira ascendente, que se orientam por um estilo de vida engajado às tendências da globalização ou mercado de serviços internacionais. Alguns estudiosos levantam outro tipo de classificação para os atores da gentrificação. Inicialmente, eles se comportariam como invasores e, posteriormente, são qualificados como audaciosos; logo, em etapa posterior, são denominados pioneiros e mais preocupados com os riscos de investimentos; e, por último, os *yuppies*, que são a classe média em ascensão (AUTHIER, 2006).

O que se percebe realmente é o conforto crescente para que esta nova classe média venha a investir no espaço em transformação. O movimento espiral de valorização é solidamente construído entre a nova classe média e o espaço do qual ela se apropria. À medida que os investimentos crescem, mais as melhorias urbanas se voltam para adequar os bairros aos novos moradores que, por sua vez, justificam o crescimento dos investimentos, sejam públicos ou privados.

Também se pode verificar a mudança das atividades gerais de um bairro, para um favorecimento de atividades específicas, que satisfazem o nicho de consumidor que prevalece no local e que pagará um preço mais alto por essa diferenciação de serviço. Como exemplo, tem-se o caso de restaurantes especializados, galerias de arte, bares noturnos, teatros e toda uma variedade de equipamentos que possam vender a imagem de renovação urbana e social, e que também pode, em alguns casos, alavancar o interesse turístico.

Na abordagem da terceira onda da gentrificação clássica, verifica-se que o papel político tem relevância maior que nas outras fases, onde o Estado fortalece a administração municipal. As parcerias entre o governo e o capital privado tornam-se norma, e também a injeção de capital na municipalidade por parte do Estado. Apesar dessas parcerias já existirem no fim da década de 70, período próximo da segunda onda na ilha de Manhattan, o enfoque muda radicalmente na fase posterior. Essas parcerias não visam mais resolver problemas econômicos locais ou pontuais. O objetivo maior é alinhar o centro econômico da cidade às tendências do mercado financeiro global, potencializando contrapartidas para o enriquecimento do município e da região beneficiada. Ainda assim, a maior característica econômica e cultural desse processo de gentrificação é a inserção das novas classes sociais no mercado globalizado, principalmente após a primeira onda, como mostra a análise sobre uma região de Nova York.

No momento em que o Lower East Side sofreu o assalto da gentrificação, as obras de arte que saíam desse bairro nos anos oitenta viram sua cotação subir na cena internacional, deixando evidente a imbricação das globalizações econômica e cultural, da qual a gentrificação local era, ao mesmo tempo, o estímulo e a expressão (SMITH In: BIDOUC-ZACHARIASEN, 2006, p. 69).

De acordo com a análise do autor, pode-se chegar à conclusão que por ser uma expressão de relações sociais e econômicas mais amplas, com a ação direta de políticas, a gentrificação em uma cidade, metrópole ou megalópole, refletirá a particular constituição do seu espaço urbano. Além disto, Smith avalia o fenômeno de gentrificação não como um elemento geográfico isolado. Na verdade, a gentrificação é um processo validado também pelas várias manifestações de atuação de capitais globalizados. Corporações, bancos e empresários que não possuem vínculo com a cidade onde o projeto de reforma urbana tem andamento, e que são chamados capitais internacionais, apresentam-se como parceiros, aumentando o número de investidores consideravelmente.

Portanto, não sendo a gentrificação geograficamente isolada, também não o é economicamente, nem socialmente, nem politicamente, muito menos culturalmente.

Há conseqüentemente uma unanimidade na visão que – longe de ser um fenômeno isolado, porém interessantemente pode ser – a gentrificação é a expressão na paisagem urbana de processos sociais mais profundos e da mudança social. Mais além, há provavelmente também uma unanimidade na visão de que a gentrificação, como um processo espacial urbano, contribui para a determinação e a diferenciação das classes sociais (SMITH e WILLIAMS, 1988, p. 11).⁴⁷

Aliás, esse fato fortalece a afirmação de Robert A. Beauregard (1988) de que a gentrificação não é simplesmente uma face da acumulação de capital, e ainda: “[...] *The diversity of gentrification must be recognized, rather than conflating (sic) diverse aspects into a single phenomenon.*” (BEAUREGARD In: SMITH e WILLIAMS, 1998, p. 40). Isto é, “[...] A diversidade da gentrificação deve ser reconhecida, mais que uma mistura de diversos aspectos dentro de um fenômeno único.”, ou, “[...] A diversidade da gentrificação deve ser reconhecida como mais que diversos aspectos contraditórios dentro de um fenômeno único.” Apesar da palavra *conflating* (talvez um neologismo ou um erro de digitação) poder configurar *conflation* ou *conflicting* em uma correção, isto não altera o sentido da análise do texto.

⁴⁷ *There is therefore unanimity in the view that – far from being an isolated phenomenon, however interesting it may be – gentrification is the expression in the urban landscape of deeper social processes and social change. Further, there is probably also unanimity in the view that gentrification, as an urban spatial process, contributes to the social determination and differentiation of class.*

3.2 A gentrificação nos processos recentes de regeneração urbana

Atualmente a diversidade do conceito de gentrificação é reconhecida, muito embora, pouco tem se buscado nos termos de se promover uma diferenciação entre seus vários cenários. O exemplo de gentrificação clássica ainda é o ponto de partida de quase todo estudo ou artigo que faça referência ao fenômeno. Além disso, muitos outros aspectos de regeneração residencial de centros não são avaliados pelo modelo tradicional da gentrificação, como a auto-revitalização pelos moradores locais; ou uma valorização cultural que impulse o turismo e altere a prevalência do uso do solo, empurrando o espaço para uma espécie de gentrificação de consumo; ou o chamado *upgrading* (CRIEKINGEN, 2006).

Esse *upgrading* é a substituição de uma população originária por famílias com uma estabilidade social razoável⁴⁸, em que a faixa etária (35 a 44 anos) é superior à dos jovens bem sucedidos (25 a 34 anos). Essa elevação no potencial de consumo econômico faz parte de uma migração urbana, motivada por um tipo de interesse divergente ao que impulsiona a gentrificação e, em alguns lugares, acontece por influência também de fatores externos, fruto da crescente globalização. No entanto, diferente do envolvimento direto do capital internacional com as dinâmicas de revitalização ou requalificação, que ocorrem na terceira onda da gentrificação, aqui essas revitalizações, ou melhor, restaurações, são feitas de maneira espontânea pelo capital privado, familiar, e que não busca uma nova identidade, mas apenas se inserir em um bairro bem localizado, que não se encontra tão degradado como as áreas centrais. Neste ponto se percebe a inexistência de uma renda diferencial ou a chamada *rent gap*. Desta maneira, o status do lugar é alterado por um grupo que já possui uma posição social definida na cidade, mas que em dado momento exerce o direito de buscar alterar esse posicionamento juntamente com a mudança de sua localização geográfica. Não se trata, portanto, de uma mudança radical de estilo de vida ou da paisagem cultural do bairro.

Não obstante, o posicionamento do fenômeno frente a sua terceira onda leva a crer que hoje a gentrificação generalizada se transformou em um conceito que abarca muito mais cenários urbanos que a visão tradicional. Essa visão ancorava-se em mudanças socioeconômicas refletidas nos padrões residenciais, apesar de não abandonar esse perfil, e mesmo adotá-lo como o mais relevante a ser verificado nessa transformação do espaço urbano. Isto é, a

⁴⁸ Para o autor, famílias de estabilidade social razoável são casais que já possuem uma ocupação não transitória no mercado de trabalho, mais estável, e que já alcançaram um padrão financeiro satisfatório para constituir família com filhos, além de não mais se enquadrarem na faixa etária que caracteriza o indivíduo pioneiro e que arrisca-se em investimentos imobiliários incertos, motivado por um modo alternativo de vida.

substituição de grupos sociais e sua paisagem cultural por um nicho social com seus ocupantes de maior potencial de consumo, ainda é um grande foco de atenção de estudos e uma característica marcante na gentrificação, porém não limita por completo a problemática atualmente investigada.

Segundo Criekingem (2006), inserido em uma gentrificação genérica⁴⁹ pode-se alocar o conceito de gentrificação marginal.⁵⁰ A parcela urbana que manifesta esse tipo de gentrificação mostra uma paisagem de contrastes, com edificações restauradas, terrenos vagos, imóveis abandonados, imóveis valorizados e comércio “da moda”, onde coexistem grupos sociais com baixo poder aquisitivo de origem local, com um grupo novato, em melhor situação econômica. Existe, então, uma troca parcial da população pobre por outra de nível econômico mais alto. No entanto, esses jovens de maior escolaridade que os “nativos” estão longe de ser os clássicos gentrificadores das metrópoles globalizadas do mundo anglo-saxão, os *yuppies*, e muito menos podem ser considerados os novos burgueses ascendentes da cidade. Esses profissionais assumem empregos muitas vezes instáveis e flexíveis em suas estruturas, em setores como os voltados para atividades culturais, sociais, educação, entre outros. Além disto, ocupam uma posição transitória entre a moradia com os pais e a vida fora de casa em uma nova estrutura familiar.

Na minha opinião este tipo de transformação tem um caráter finito. Dito de outro modo, a gentrificação marginal não é um estágio transitório para a chegada de uma gentrificação total a mais ou menos curto prazo. É o contrário do que postula o modelo por etapas clássico, segundo o qual as transformações recentes desses espaços constituem um primeiro estágio num mercado inexorável em direção a um espaço totalmente exclusivo dos *yuppies* de altos salários (CRIEKINGEM In: BIDO-ZACHARIASEN, 2006, p. 103).

Desta maneira, pode-se observar uma parcial independência entre as características inseridas na gentrificação marginal e nas várias ondas de formação do modelo clássico.

No entanto, não existe uma separação total entre os conceitos, pois na raiz de tal efeito marginal encontra-se também a origem da terceira onda da gentrificação clássica, pois ambas se alimentam com a disseminação da idéia de uma requalificação geral, começando pelas residências e alcançando os comércios, passando pelos serviços. O que é essencial para que esses potenciais gentrificadores (jovens estudantes ou recém-formados, ainda não tão bem

⁴⁹ Não seria, de acordo com ele, o mesmo que gentrificação generalizada, que se refere à terceira onda do modelo clássico.

⁵⁰ Conceito elaborado inicialmente por Damaris Rose no artigo: Rose D. "Rethinking gentrification: beyond the uneven development of marxist urban theory" *Environment and Planning D: Society and Space* 2(1), 1984. 47-74

remunerados), possam desenvolver também uma relação identitária com o seu meio, alterando parcialmente sua paisagem urbana.

A seguir, observa-se o quadro conceitual desenvolvido por Criekingem (FIG. 3) ao analisar os bairros centrais de Bruxelas, onde ele define como campo de ação da gentrificação apenas o setor residencial, o que diferencia a sua definição de gentrificação genérica do conceito de gentrificação generalizada definida em análise por Smith.

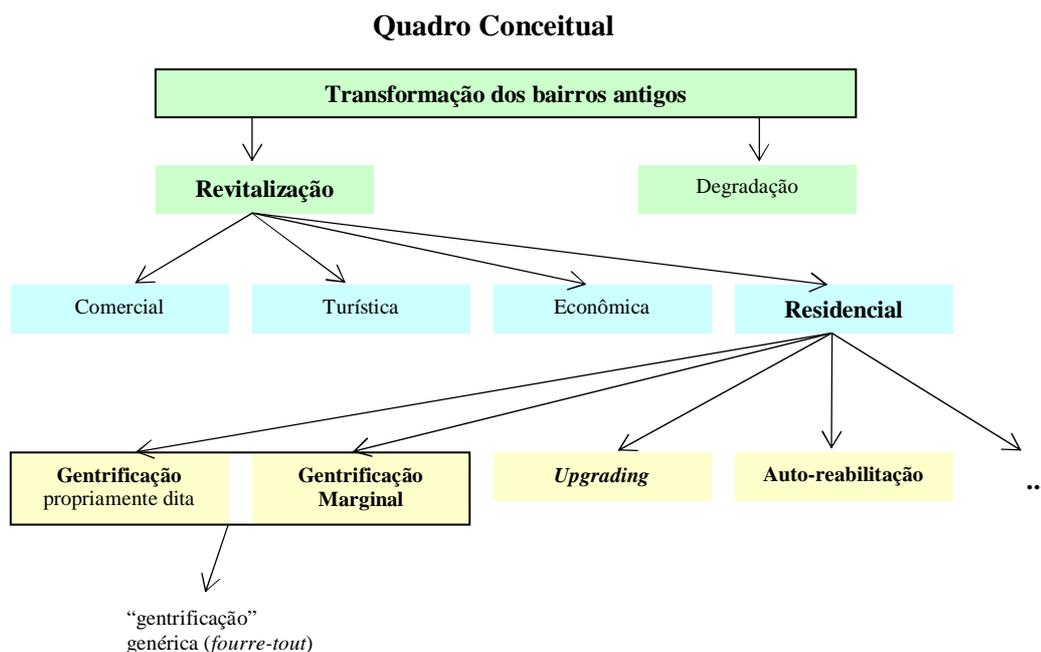


FIGURA 3 – Quadro conceitual segundo Mathieu van Criekingem.

Fonte: CRIEKINGEN, Mathieu van. In: BIDOU-ZACHARIASEN, Catherine. 2006. p 114.

Mas como se pode entender a importância, ou o peso das relações de identidade entre os vários grupos sociais, tidos como atores do conflito existente nos bairros centrais dessas cidades? Apesar do texto centrar atenção nas consequências e causas de cunho econômico, deve-se entender que os motivos que impulsionam uma cidade não são apenas esses.

Pareceu-me então – como ainda hoje me parece – que outras noções, sentimentos e desejos comandaram projetistas e construtores de cidades, que a cidade não havia crescido, como ensinavam os economistas, em obediência a leis quase naturais, mas que era um artefato almejado, um constructo humano em que muitos fatores conscientes e inconscientes desempenham seu papel. O processo parecia ter algo da interação entre consciente e inconsciente que encontramos nos sonhos (RYKWERT, 2004, p. 5).

Por consequência, sendo fenômeno, ou política, ou categoria de uma reestruturação urbana, a gentrificação também não foge a este augúrio. O valor para uma nova classe média da apropriação de uma identidade globalizada ou o transformar da paisagem urbana em favor de

valores não mensuráveis de memória e identidade, para esse novo grupo social, não pode ser desconsiderado. Ou mesmo a importância para os indivíduos que o compõem, em se diferenciarem e posicionarem dentro da cidade. A atração que determinado local, histórico ou não, exerce em um agrupamento de pessoas pode desencadear deslocamentos populacionais como a primeira onda de gentrificação, ou o *upgrading*, ou uma gentrificação marginal. Concomitantemente, esse mesmo deslocamento populacional, ou inserção de nova classe social, irá produzir mudanças no espaço, com a formação de uma identidade social. Essa identidade irá se amalgamar a partir de uma paisagem pré-existente, que seja propícia a se moldar aos anseios dos atores desse fenômeno.

O termo “propícia” é usado aqui em dois sentidos. O primeiro é que como estruturador da memória, o espaço direciona a atuação do fruidor e o moldar do mesmo até limites estabelecidos por esse espaço. O outro é que, como expressão dessa mesma memória, esse espaço possui limites suficientemente amplos ou, em alguns casos, maleáveis aos anseios das novas classes médias. Nas palavras de Halbwachs, essa seria a condição primária para se estabelecer o conceito de memória coletiva:⁵¹

Quando um grupo é inserido numa parte do espaço, ele a transforma à sua imagem, mas, ao mesmo tempo, dobra-se e adapta-se a coisas materiais que resistem a ele. A imagem do meio exterior e das relações estáveis que este mantém com aquele passa para o primeiro plano da idéia que o meio faz de si mesmo (HALBWACHS apud ROSSI, 1995, p. 198).

A partir deste ponto, Rossi irá afirmar que o entendimento de memória coletiva deve ser expandido para toda a cidade. Para ele, a cidade é a “memória coletiva” dos povos, ou melhor, o *locus* da memória. Assim, justifica-se o imbricar deste novo movimento populacional com relações de identidade, principalmente no que se refere a locais onde a arquitetura se qualifica como patrimônio histórico. Retomando o debate sobre gentrificação, pode-se então reestruturar o escopo conceitual, já apresentado anteriormente, formando um novo quadro em que se justapõem as definições de Smith e Criekingen.

Para isso, gentrificação genérica e gentrificação generalizada devem ser entendidas como conceitos indissociáveis, com base na observação já feita de que ambas são ampliações do conceito de gentrificação residencial. A primeira ao abarcar a gentrificação marginal que, por sua vez, envolve não só as residências, mas também parte do comércio e serviços transformados pelos novos moradores. A segunda, por dar condição para que uma

⁵¹ Em um sentido mais genérico, sem a especificidade “novas classes médias”. Ele faz referência ao reconhecimento de uma memória coletiva, onde o espaço adquire, através da interação com seu fruidor, uma identidade específica, partilhada por ambos.

gentrificação marginal possa se instalar, ao difundir o efeito gentrificador em setores não residenciais, possibilitando a transformação da paisagem urbana como um todo, mesmo que não em sua totalidade.

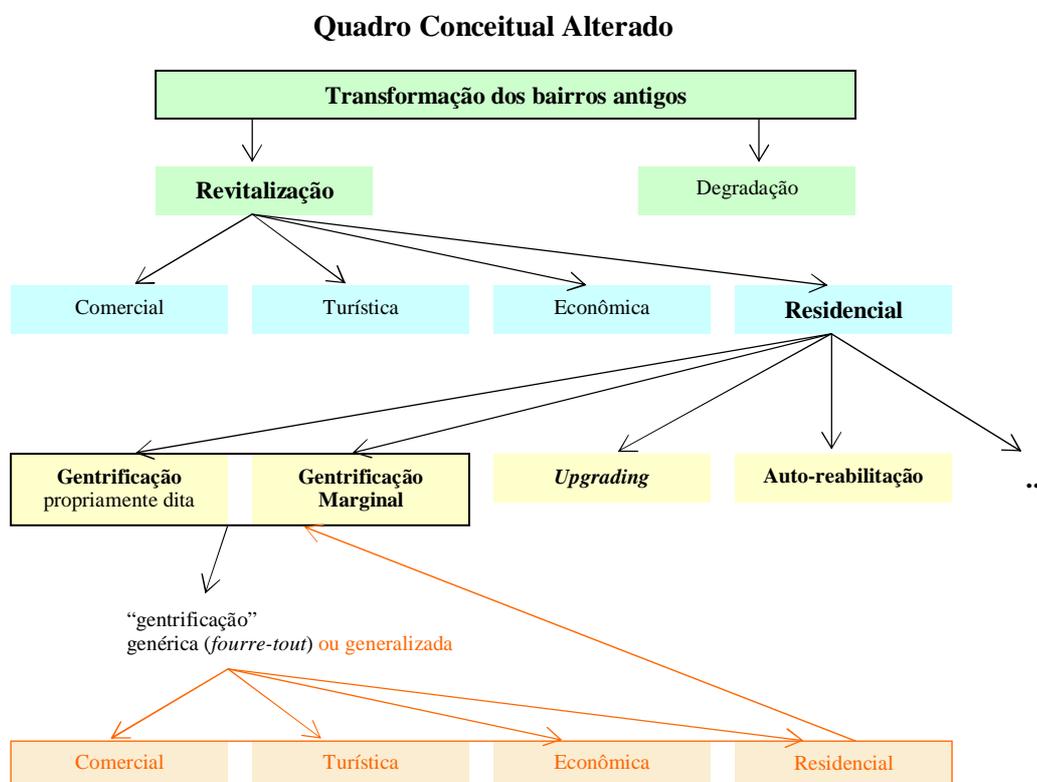


FIGURA 4 – Alterações no quadro conceitual de Mathieu van Criekingen.

Fonte: CRIEKINGEN, Mathieu van. In: BIDOUC-ZACHARIASEN, Catherine. 2006. p 114; com acréscimo do autor.

Pode-se observar então que, após se instalar o processo de gentrificação, um movimento cíclico de realimentação é gerado (FIG. 4). Mas, ainda assim, em concordância com Criekingen, não se pode afirmar que essa situação levaria o espaço a uma gentrificação plena. Por vários motivos, esse ciclo pode girar apenas em favor de uma gentrificação marginal.

Algumas cidades podem não conseguir atrair ou formar o clássico grupo social, da nova classe média globalizada, em que os *yuppies* são atores característicos. Outras grandes cidades não conseguem transformar esses espaços gentrificados em foco de interesse turístico, ou não tem como meta ou prioridade esse setor da economia. Outras ainda não alcançam um posto de cidades economicamente globalizadas. Enfim, esse movimento cíclico pode impulsionar tanto uma nova revitalização residencial, nos moldes de uma gentrificação marginal, ou não, assim como uma requalificação total do espaço urbano. Porém, uma outra questão relevante ainda não foi analisada. Os autores citados têm como campo de observação cidades estáveis e

evoluídas no quadro econômico capitalista do mundo. Smith analisa prioritariamente a megalópole de Nova York, e Criequingem, a capital da Bélgica, Bruxelas.

Sendo assim, apesar de ter como referência as cidades anglo-saxônicas, onde o fenômeno de gentrificação se mostrou mais evidente, é necessário também extrair informações de análises em cidades latino-americanas. Reforçando este argumento, Smith fala sobre a pluralidade de cenários que uma gentrificação pode refletir e como as particularidades das cidades podem alterar esses mesmos cenários, ou melhor, paisagens urbanas. Após uma grande expansão, o fenômeno encontra-se difundido no mundo por meio de políticas que visam tornar cada vez mais competitivas as várias cidades, conectadas por infovias e interessadas em tirar melhor proveito da chamada globalização.

Esta evolução é ao mesmo tempo vertical e horizontal. Por um lado, a gentrificação foi um processo que se propagou por toda a hierarquia das cidades: ela não ocorre somente nas maiores, mas também nos centros mais improváveis, tais como as antigas cidades industriais de Clavelan e Glasgow; em pequenas cidades como Malmö e Grenade; e mesmo nas pequenas cidades comerciais como Lancaster, na Pensilvânia ou Eské Krumlov na República Checa. Por outro lado, o processo se difundiu geograficamente de Tóquio a Tenerife (Garcia, 2001), de São Paulo a Puebla e México (Jones e Varley, 1999), da Cidade do Cabo (Garside, 1993) às ilhas do Caribe (Thomas, 1991), de Xangai a Seul (SMITH In: BIDOU-ZACHARIASEN, 2006, p. 62).

Para um melhor dimensionamento desta expansão⁵², pode-se esboçar um pequeno quadro populacional⁵³ entre as cidades (uma representante de cada categoria) citadas anteriormente no texto. Nova Iorque possui hoje cerca de 8,5 milhões de habitantes, sendo reconhecida por vários teóricos como um paradigma para a análise do fenômeno de gentrificação. A Cidade do México tem aproximadamente 21 milhões de moradores, o que a coloca no posto de cidade mais populosa do mundo, porém com uma economia mais frágil que a americana, sujeita a movimentos populacionais característicos do bloco dos países em desenvolvimento ou periféricos, no qual o Brasil se inclui. Glasgow, na Escócia, que já alcançou perto de 1,1 milhão de habitantes, tem hoje cerca de 630 mil cidadãos. A cidade de Malmö, na Suécia, conta com uma população que gira em torno de 270 mil moradores e a cidade de Lancaster, nos Estados Unidos, somente 57 mil habitantes.

Visto desta maneira, a condição de metrópole não é mais essencial para que o fenômeno de gentrificação possa se instalar, ainda que esse caráter seja relativamente relevante por

⁵² Esta expansão não se refere à terceira onda de formação da gentrificação, aqui podemos falar que esta ampliação é geográfica e além dos limites da cidade, enquanto a ampliação da terceira onda ocorreu nos interstícios do tecido urbano, dentro dos limites das metrópoles.

⁵³ Informações extraídas do site *Wikipédia*. Disponível em: <http://en.wikipedia.org/wiki/Main_Page>. Acesso em: 10 fev. 2007.

desenhar, por meio de suas dinâmicas de mercado imobiliário, uma grande propensão à reapropriação de locais desvalorizados em seus centros, após uma grande expansão urbana além dos bairros pericentrais. Apesar disso, esse histórico diz mais respeito às metrópoles anglo-saxônicas que às latino-americanas, onde a suburbanização não foi tão eloqüente. Essa expansão se justifica pela mudança na divisão do trabalho internacional, associada a uma mudança de função das cidades (SMITH, 1988), o que gerou um fomento à globalização, ao mesmo tempo em que ela própria incentivava essas mudanças.

A nova divisão do trabalho internacional eliminou as fronteiras tradicionais, criando um intercâmbio entre várias regiões do mundo, onde manufaturas poderiam ser elaboradas a menor custo, em função de características locais especiais. Um produto industrial não é mais “construído” em sua totalidade em uma cidade, dentro dos limites de uma unidade fabril. Na verdade, ele é montado em uma sede, e suas peças ou partes são produzidas em locais diversos do mundo; onde a indústria alcance maior benefício, isto é, uma melhor relação de lucro. Assim, as cidades de maior influência são as detentoras do poder administrativo das corporações globalizadas e não mais as cidades líderes da produção industrial no mundo.

Conseqüentemente, a função das cidades se altera cada vez mais para pólos de serviços e centros administrativos. De acordo com Smith, o desenvolvimento de uma nova hierarquia urbana simultaneamente recria uma outra hierarquia de funções urbanas.⁵⁴

Para as cidades internacionais e a maioria das nacionais, é a concentração do dinheiro e da gama dos serviços financeiros, administrativos e profissionais que lubrificam o fluxo do dinheiro; é esta função que define as cidades do capitalismo tardio no alto da nova hierarquia urbana. A situação dos centros regionais e das cidades menores é mais ambígua (SMITH In: SMITH e WILLIAMS, 1988, p. 211).⁵⁵

No entanto, de acordo com análise do mesmo autor, algumas pequenas cidades, após cerca de 15 anos⁵⁶, conseguiram se enquadrar nesse novo perfil de cidade capitalista tardia e, mesmo não sendo consideradas cidades globais, são de alguma forma beneficiadas por essa nova maneira de movimentação do capital financeiro, por meio do incremento do turismo, de centros de estudo, pesquisa ou centros administrativos (SMITH, 1988).

⁵⁴ Apesar de Neil Smith entender a questão da gentrificação a partir de uma posição marxista, aqui verificamos uma preocupação e tendência à uma visão ecológica.

⁵⁵ *For the international and most of the national cities, it is the concentration of money capital and the gamut of financial, administrative and professional services that lubricate the money flow; it is this function that defines the late capitalist cities at the top of the new urban hierarchy. The situation of the regional centers and smaller cities is more ambiguous.*

⁵⁶ O texto de Smith encontrado no livro *De Volta à Cidade*, editado no Brasil em 2006, foi escrito em 2003 para uma edição original francesa.

Sobre as análises de núcleos urbanos latino-americanos, as cidades mexicanas são um grupo de especial interesse, por abarcarem a complexidade de espaços históricos, além de um quadro econômico diferente das cidades onde o modelo clássico de gentrificação se desenvolveu.

Embora alguns teóricos suscitem que a noção de gentrificação, aplicada a muitos centros ou bairros de cidades, pode balizar-se principalmente na análise da mudança de caráter em atividades dos setores de comércio, turismo e lazer, muitas vezes desconectadas das mutações residenciais, Melé (2006) identifica no caso mexicano que a noção de gentrificação deve ser avaliada principalmente à luz das transformações residenciais que estrategicamente refletem a crise do centro das cidades, que estariam acontecendo nos bairros e nos centros comerciais populares.

Ao analisar várias cidades como Monterrey, Guadalajara, Puebla e Cidade do México, Melé chega à conclusão de que, na realidade mexicana, os centros históricos ainda não são grandes atrativos para as classes médias emergentes, por causa dos altos custos de reabilitações que os imóveis alcançam e pelas leis proibitivas instituídas pelo INAH⁵⁷. Aliás, leis que visam principalmente manter uma imagem urbana (MELÉ, 2006), ou a chamada preservação dos cenários urbanos, e não uma paisagem cultural. Nessa segunda hipótese, as ações de preservação também teriam como objetivo investigar e zelar pelas unidades residenciais populares chamadas “vencidades”,⁵⁸ que tiveram seu uso unifamiliar de antigas mansões e sobrados, alterado para uma ocupação popular mais densa. Porém, essa informação não é a única que responde pela leitura de bairros centrais dessas cidades, na tentativa de entendê-los como possíveis espaços permeados por aspectos de gentrificação.

Em todas essas cidades, o trânsito dos centros históricos foi aliviado, abrindo bolsões vazios, onde antes a multidão circulava. Equipamentos urbanos que intensificavam a aglomeração humana no centro e bairros pericentrais foram deslocados. Pontos de ônibus centrais, comércio atacadista e outros dão lugar a novas áreas para apropriação. No entanto, a ocupação dessas áreas não é direcionada por políticas, o que em um país do bloco chamado “em desenvolvimento”, oferece a possibilidade para que atividades ilícitas possam se instalar nesses espaços (MELÉ, 2006). Isso contribui para que os centros continuem a não atrair investidores particulares de grande vulto.

⁵⁷ Instituto Nacional de Antropologia e História; equivale ao IPHAN do Brasil.

⁵⁸ Imóveis antigos, abandonados entre a segunda metade do século XIX e a década de 40 do século XX, pertencentes anteriormente a famílias de posse. Eles foram posteriormente ocupados por classes sociais populares.

Apenas em Puebla pode-se verificar a ação de atores privados em parceria com o governo municipal. Mas esse investimento só aconteceu, em 1982, porque o maior acionista do Banco Bancomer, Manuel Espinoza Iglesias, um dos homens mais ricos do México, ser natural de Puebla e, por motivos pessoais, enxergar o local como área atrativa de investimentos (MELÉ, 2006).

Outro fator que amplia o desinteresse de bancos e empresas particulares é a desconexão de políticas municipais de incentivos com as políticas de preservação do INAH, além das inseguranças próprias do sistema bancário do México. Isto leva à observação de que a preservação patrimonial em si não possui plenas forças para alavancar um processo de gentrificação. Na situação complexa das cidades mexicanas, onde a insegurança em investir em locais estigmatizados é ainda presença marcante, e onde muitos bairros ainda são alternativa para o assentamento da nova classe média, principalmente na Cidade do México, não existe um quadro favorável a uma gentrificação.

Embora muitos serviços, restaurantes, bares e boates tenham se instalado nos centros históricos, as dinâmicas das áreas centrais se mantiveram. Ademais, somente estes signos não podem ser adotados como comprovação de uma gentrificação comercial. Isso porque, ao se analisar as dinâmicas de uso dessas áreas, identificou-se pouca mudança. O tipo de habitação continua sendo popular e a visita de outros cidadãos, com mesmo perfil social, mas de outras áreas que tem por objetivo o abastecimento e o lazer, continua sendo significativa. Além disto, também é no centro que moradores das áreas rurais conseguem satisfazer suas necessidades de compras.

A estabilidade dessas práticas revela a complexidade do funcionamento e das condições de atratividade dos espaços centrais – cujo dinamismo é feito de tradição, de consolidação das representações, e de multiplicidade de funções – e a fragilidade das concepções puramente funcionalistas da cidade. Deslocando os mercados e os “ambulantes”, criaram-se novos pólos de centralidade, reduziu-se o congestionamento (sic) dos centros, mas não se suprimiu esse outro símbolo do “centro popular”: a multidão (MELÉ In: BIDOUE-ZACHARIASEN, 2006, p. 212).

Por esse quadro, podemos entender que a afirmação de que cada cidade apresenta suas particularidades em processos de gentrificação, não abarca apenas o fato consolidado, mas também a análise da aplicação das noções desse fenômeno ao espaço urbano. Além disto, a definição de gentrificação é ainda foco de discussão e com certeza ainda se mostra inexata ou pelo menos não consensual (BIDOUE-ZACHARIASEN, 2006). É necessária uma conjunção de fatores, que possibilitem a formação desse fenômeno e, ainda assim, esses fatores não são regras que possam ser aplicadas a todos os sítios urbanos. Cada cidade apresenta uma

paisagem cultural que irá responder de modo diferente a cada estímulo. No caso das cidades mexicanas, mesmo com o incentivo do poder público, não existe envolvimento massivo de verbas privadas. E mesmo com a presença de uma classe média globalizada nessas cidades, não existe um aparente interesse de reocupação ou reconquista do centro ou bairros pericentrais.

Em seu discurso, Arantes afirma que revitalização, requalificação ou reabilitação são termos usados como eufemismo na intenção de se esconder os reais objetivos de uma mudança urbanística para a revalorização dos centros e substituição das classes sociais populares por outra com maior poder de investimento e consumo (ARANTES, 2000). Deve-se, no entanto, observar que o mesmo texto não faz menção ao termo preservação, e nem mesmo restauração. Assim, muito se depende do norte ao qual os projetos de revitalização são apontados.

Revitaliza-se a economia ou a paisagem cultural; objetiva-se a matéria ou o homem e suas relações com o espaço. Se alguns planejadores usam essas terminologias como eufemismo, não se pode concluir que a totalidade desses conceitos são usados para esconder a implementação e desencadear de um processo gentrificador. Assim, por não apresentar centros gentrificados, as cidades mexicanas analisadas demonstram que o vínculo entre a revalorização patrimonial e a hipervalorização do espaço urbano não podem ser considerados como situações indissociáveis ou, respectivamente, causa e consequência de um só processo.

Ainda sobre as relações de áreas preservadas e centros ameaçados de gentrificação, uma interessante conclusão é apresentada pelos pesquisadores Cattedra e Memoli (2006) ao realizarem um estudo na cidade de Nápoles. Segundo eles, a revalorização simbólica de ambientes ou elementos históricos da cidade não gerou gentrificação, e caberia à condução política posterior direcionar ou não a cidade para esse fenômeno, agora vivendo uma nova ordem local, sem negar seu passado, e associando-se à sua cultura do cotidiano. Mais que não induzir à gentrificação, restabelecer as relações identitárias da cidade contribuiu para que vários grupos sociais se apropriassem ou ambicionassem estabelecer um “domínio” sobre o espaço de patrimônio histórico, mais especificamente sobre as praças, que ocorre concomitantemente entre os vários atores da cidade, com valores e horários de uso diferenciados.

Vista toda essa diversidade de casos, pode-se afirmar que a gentrificação não pode mais ser encarada como fenômeno ou processo a ser aplicado em cenários, ancorado em um juízo de valor. Ao ser alavancado por políticas e atores diversos, a gentrificação hoje deve ser considerada uma categoria de transformação urbana, típica dos reflexos de uma economia e

estratificações culturais cada vez mais globalizadas, que seriam singularidades de uma urbanização contemporânea inserida no sistema capitalista de produção.

Ainda que seja um conceito não consensual, como dito anteriormente, pode-se extrair duas claras posições a respeito da gentrificação. A primeira é a gentrificação clássica e outra a chamada gentrificação marginal. Além disto, podemos dividir as causas da gentrificação em quatro categorias ou fatores. Seriam eles: demográfico; ecológico; sociocultural; e político-econômico (GRIFITH, 1995). Todos têm peso e relevância no desenvolvimento de pesquisas sobre a gentrificação, não se podendo afirmar a completa exclusão de um desses fatores, mas sendo permitido identificar a supremacia de alguns de acordo com a cidade e atores que nela agem, bem como a postura do teórico que realiza a análise. Smith, como pôde ser observado no texto, assume uma visão político-econômica, dentro de uma linha marxista, mas não ignora nenhum dos outros fatores.

Outros teóricos, voltados para uma postura de análise ecológica, anunciam a substituição da hegemonia de cidades industriais em detrimento de um domínio de influência das cidades de serviço, como visto anteriormente neste texto, por meio da valorização dos chamados “empregos de colarinho branco”, que estão amplamente difundidos nesses locais que são centros das decisões de um mundo globalizado. Essa é também uma visão compartilhada por Smith, embora observe isto muito mais como uma causa “menor” que a chamada *rent gap*, para a formação da “nova” estrutura social e econômica e, conseqüentemente, da gentrificação.

Esse quadro reafirma o conceito de gentrificação como um fenômeno caótico (BEAUREGARD, 1988), ou melhor, uma categoria de transformação onde um padrão não pode ser estendido a todas as cidades, embora possa ser tomado como marco referencial. Isso, por sua vez, também justifica o entendimento teórico de uma gentrificação clássica e sua derivação conceitual, gentrificação marginal. Observe-se, então, outras variáveis que podem ser acrescentadas às várias possibilidades apresentadas até este ponto.

Pode-se identificar, por meio da análise de movimentações populacionais, isto é, de uma ótica sociodemográfica, que em muitos exemplos a gentrificação não é, em sua totalidade, uma retomada do centro da cidade pela população anteriormente instalada nos subúrbios. Em alguns estudos, a maior parte da população é originária dos próprios centros, localizados nas proximidades da região revalorizada (GRIFITH, 1995). Isso enfraquece o paradigma da “volta à cidade” defendido por muitos teóricos.

Observa-se ainda, dentro de uma visão sociocultural, o surgir de um “ideal pró-urbano”, que seria o maior alavancador de uma gentrificação. Isso significa que, para muitos moradores, situar-se no centro da cidade é sinônimo de participação em um mundo “em voga” ou “na moda”, que se transformou em um tipo de identidade ou bem de consumo e, ainda, é demonstração de sucesso profissional. Além disto, a mudança de um planejamento modernista⁵⁹ para outra leitura da cidade, considerada pós-modernista, é citada por essa visão sociocultural como um fator relevante de causa para a gentrificação, em que a setorização, ou atenção aos usos desenvolvidos no espaço urbano perderam relevância, favorecendo uma maior atenção às respostas do mercado e relações econômicas da cidade. Porém, o mais importante para essa análise, sem descartar todas as informações já apresentadas, é o fato de o caráter histórico ser considerado, nesse plano de análise sociocultural, como berço de um valor estético e econômico, sujeito ao desejo de posse por grupos sociais que buscam consolidar um determinado nicho cultural.

Dessa maneira, a interação dialética entre núcleos históricos patrimoniais tombados com os novos grupos ou classes sociais resultaria em um conflito de interesses, em que os valores globais pró-urbanos engendrariam uma nova concepção de uso e apropriação do espaço, que muitas vezes não se satisfaz com os limites pouco flexíveis de adaptabilidade, determinados pelo agrupamento urbano e arquitetônico preservado e protegido por lei. Ao serem orientados por uma lógica externa ao cotidiano local, os valores pró-urbanos se transformam em elementos agressivos à cultura. Isso porque não entendem a memória coletiva como uma interação, que resulte em completude entre um espaço limitador e um usuário transformador, elevando o segundo a uma posição protagonista e promotor exclusivo de um novo modelo de produção cultural.

A partir dessas observações, conclui-se que a gentrificação é fomentada e determinada em suas características por uma razão global, incapaz de gerar identidade, mas que dita normas que induzem técnicas para o entendimento espacial do homem em relação ao seu meio urbano (SANTOS, 1997). Essas mesmas normas são instrumento de diálogo com uma razão local, uma cultura do cotidiano, que pode resistir ou não a uma abordagem mais agressiva de elementos exógenos a esta. Valorizar a cultura do cotidiano fortalece a resistência do espaço urbano histórico contra a gentrificação, como verificado em Nápoles ao se ratificar as estruturas simbólicas das regiões históricas. Assim, consolidar continuamente ao longo do tempo o patrimônio imaterial, tornar-se-á a maior defesa para que núcleos históricos

⁵⁹ O termo modernista faz referência ao movimento arquitetônico impulsionado pelos CIAM's

revitalizados não se transformem em locais de gentrificação descaracterizadora, principalmente os que estão explicitamente vinculados a estruturas físicas da cidade, como igrejas, largos, vias públicas, parques, entre outros espaços da cidade.

Não obstante, essa mesma gentrificação só pode ser confirmada se esse diálogo entre ordem global e ordem local alcançar como resultado uma nova noção de identidade, o que configuraria uma submissão dos valores de cultura local, responsáveis pela territorialização do indivíduo, em detrimento de um modelo de vida global, muitas vezes fruto de um fetiche social ou econômico, tornando-se uma fragmentação da paisagem cultural do espaço geográfico que é berço dessas interações.

Essa paisagem cultural, segundo Dollfus, assume a função de “palimpsesto” ao longo da história ao reescrever continuamente em suas estruturas físicas e imaginárias, as impressões de toda uma sociedade ou comunidade a respeito de si próprias (BERQUE, 2004). Segundo o autor, a cultura é um filtro que atua na formação das crenças e também na organização territorial do lugar, configurando um esquema de dupla direção, em que o espaço vivenciado pela população, filtrado pela cultura, gera a sua cosmogonia; e onde a população interagindo com o espaço, passando simultaneamente por essa mesma cultura, resulta em sua organização espacial, traduzida em estilos arquitetônicos, traçados viários, desenho urbano, tipologias construtivas, campos de produção agrícola, regiões de ação econômica extrativistas, entre outros cenários (FIG. 5).

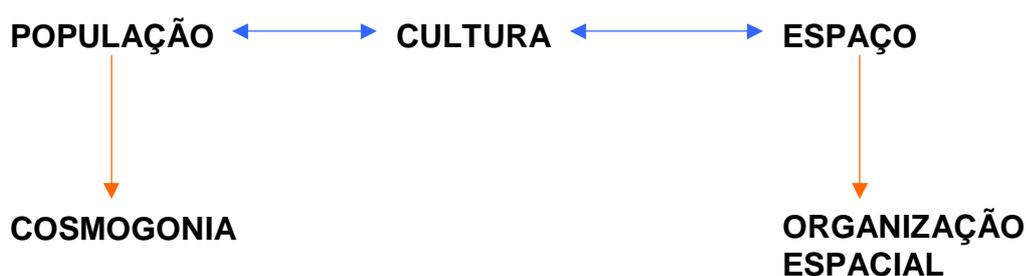


FIGURA 5 – Esquema mostra os três principais elementos estruturadores da paisagem cultural: população; cultura e espaço.

Visto desta maneira, a quebra desta condição de “palimpsesto” é o maior perigo, em um possível resultado da inserção agressiva de elementos exógenos, por meio de uma gentrificação, à cultura do cotidiano, rompendo a relação dialética entre espaço e população, alterando sua estrutura espacial ou cosmogonia que, ao analisarmos centros históricos,

comportam-se, ou deveriam comportar-se principalmente como paisagem matriz para gerações futuras.⁶⁰

No entanto, na atualidade, a gentrificação repete constantemente o diálogo realizado nos traçados urbanos, edificações e interstícios das cidades, que por sua vez é responsável pela transformação perene da cultura e construção ininterrupta da memória coletiva. Pode-se verificar então, que por si só, a gentrificação não deve ser considerada, inexoravelmente danosa ao ambiente urbano. Esta condição depende também “de qual” local esta se desenvolve e age diretamente, e como este diálogo é conduzido pelos vários atores nele envolvidos. Novamente comprova-se a não classificação desta como um fenômeno e sim como uma nova categoria de transformação urbana, que pode ser direcionada por acertos e erros, associados a boas ou más condutas.

⁶⁰ Françoise Choay refere-se ao seu posicionamento não propedêutico, como um dos problemas do patrimônio histórico, (fato citado no segundo capítulo desta dissertação) o que mostra um desequilíbrio entre paisagem matriz e paisagem marca, onde a referência museal da imagem se sobrepõe a uma interação dialética para transformações futuras do espaço físico da cidade. Isto é, a paisagem reflete sua força apenas como marca e não como matriz.

4.0 A PAISAGEM CULTURAL DE SÃO THOMÉ DAS LETRAS

Uma cidade edificada pedra por pedra

[...] Mas a cidade não conta o seu passado, ela o contém como as linhas da mão, escrito nos ângulos das ruas, nas grades das janelas, nos corrimãos das escadas, nas antenas dos pára-raios, nos mastros das bandeiras, cada segmento riscado por arranhões, serradelas, entalhes, esfoladuras. (CALVINO, 1999, p. 14-15).

4.1 Contexto histórico de nascimento do povoado

Em Minas Gerais, ou melhor, na Capitania das Minas Gerais, o período do século XVIII foi caracterizado pela extração aurífera e diamantífera. Na primeira metade do século, o auge dessa atividade promoveu o assentamento de povoados em locais estratégicos para a extração, que exercia uma atração muito grande na população de toda a colônia e também de estrangeiros. Essa situação gerou um “fluxo centrípeta” sobre o solo mineiro (SOUZA, 1978).

Para conformar essa situação, caminhos foram abertos para que víveres e múltiplas mercadorias, como escravos, utensílios e ferramentas pudessem ser escoados, ligando comercialmente Minas Gerais às capitanias de São Paulo e Rio de Janeiro. Ainda existiu um caminho para a Bahia, que esteve sob forte controle, já que essa Capitania era proibida pela metrópole de manter comércio com as “minas”, com exceção da negociação de gado.

Ao longo desses caminhos, pequenas roças e criações foram sendo fixadas com claro intuito de abastecer os viajantes e principalmente os tropeiros em seus pousos. Estes eram personagens marcantes desse período, devido a importância dos muares como meio de transporte de cargas. A partir da segunda metade do mesmo século, a força de atração desses povoados foi declinando junto com as reservas minerais das lavras auríferas. No último quartel do século, a força de atração (força centrípeta) já era inversa, e a população antes fixada em torno da atividade mineradora começou a dissipar. Nesse processo, os pousos e pontos de reabastecimento começaram a ser foco de atenção e desenvolvimento de “nova” atividade econômica, a agricultura e a pecuária, que passaram a absorver a mão-de-obra das minas, já em processo de esgotamento.

Este fluxo centrífugo (SOUZA, 1978) definiu o assentamento de muitos povoados e vilas em Minas a partir da metade do século XVIII. Em particular, no sul de Minas, as atividades de pecuária se intensificaram (ZEMELLA, 1990) e, próximo ao “caminho velho” que levava os tropeiros à Capitania do Rio de Janeiro e São Paulo⁶¹ (antes do “caminho novo”), no último quartel do mesmo século, surgiram plantações de fumo, nas localidades de Baependi, Aiuruoca, Pouso Alto e Carrancas, cidades vizinhas a São Thomé das Letras.

Nesse contexto econômico surgiu São Thomé, por volta do ano de 1770, envolto por lendas que alimentam a imaginação e que possivelmente mascaram a verdadeira gênese da cidade. A mais divulgada remonta à “origem em capelas”⁶² (SOUZA, 1978), que conta a seguinte história:

“João Antão, escravo da Fazenda Campo Alegre, resolveu fugir e se esconder em lugar seguro, após descoberto um caso que tinha com a irmã de seu senhor. Abrigou-se então em uma gruta no alto da serra, alimentando-se de frutos, raízes, caça e pesca.

Certo dia, apareceu ao escravo um senhor de vestes brancas, que lhe escreveu um bilhete, dizendo-lhe que entregando a seu amo, este o perdoaria. Ao ler o bilhete o fazendeiro lhe ordenou que o levasse até a gruta. Lá chegando encontraram em seu interior uma imagem de São Thomé, entalhada em madeira.

Por ser de profunda religiosidade, o capitão João Francisco mandou erguer uma capela onde mais tarde (1785) foi construída a Igreja Matriz.

O senhor de vestes brancas acredita-se que era o próprio São Thomé.

E na entrada da mesma gruta existem pinturas em tons avermelhados semelhantes a “letras”; daí a origem do nome da cidade São Thomé das Letras. Atribuem-se essas “letras” ao santo como prova de sua aparição ou ainda a índios ou até mesmo extraterrenos.” (D’AURIA, 2000, p.237-238).

A história pode ser inverossímil, mas a partir dessa crença pode ter realmente se formado a cidade de São Thomé das Letras, no alto da Serra das Letras, cujo desenho urbano começou com claras influências de uma arquitetura e de um traçado colonial (FIG. 6, 7 e 8).

⁶¹ Ainda existiam dois outros caminhos menos utilizados

⁶² Souza sistematizou em seu livro várias motivações para a gênese das cidades mineiras, e dentre elas, a “origem em capelas” e a “origem em pousos”, que estão entre as mais importantes para o século XVIII e XIX; além da tradicional motivação da extração aurífera ou diamantífera.



FIGURA 6 – Extremidade do adro (quadrado), que depois se transformaria na praça.
Fonte: Câmara de Vereadores de São Thomé das Letras. Fotografia do terceiro quartel do século XX.



FIGURA 7 – Fachada da Igreja Matriz.
Fonte: acervo particular do morador Toninho Garça (proprietário da Pousada dos Anjos). Fotografia da primeira metade do século XX.
OBS: Ao fundo aparece a primeira casa construída (segundo história oral).



FIGURA 8 – Vista geral do vilarejo.

Fonte: acervo particular do morador Toninho Garça (proprietário da Pousada dos Anjos). Fotografia do terceiro quartel do século XX.

4.2 Descrição da cidade

São Thomé das Letras é uma cidade pequena, com cerca de 6310 habitantes⁶³, localizada na Serra das Letras no Sul de Minas. O município possui a altitude máxima de 1.430 metros e a mínima de 927 metros, sendo sua topografia 5% plana, 60% ondulada e 35% montanhosa,⁶⁴ ocupando uma área total de 370,4 Km². Além disso, pode-se afirmar que sua localização em relação aos grandes centros urbanos da região sudeste é equidistante (FIG. 9).

A história documentada da cidade inicia-se com a provisão para a construção de uma capela para adoração de São Thomé por volta do ano de 1770. Nessa época tem início o povoamento do arraial, embora não exista uma razão clara para a ocupação do local (IEPHA, 1985).

⁶³ Dados preliminares do IBGE no ano de 2002

⁶⁴ Dados do IGA (Instituto de Geociências Aplicadas)

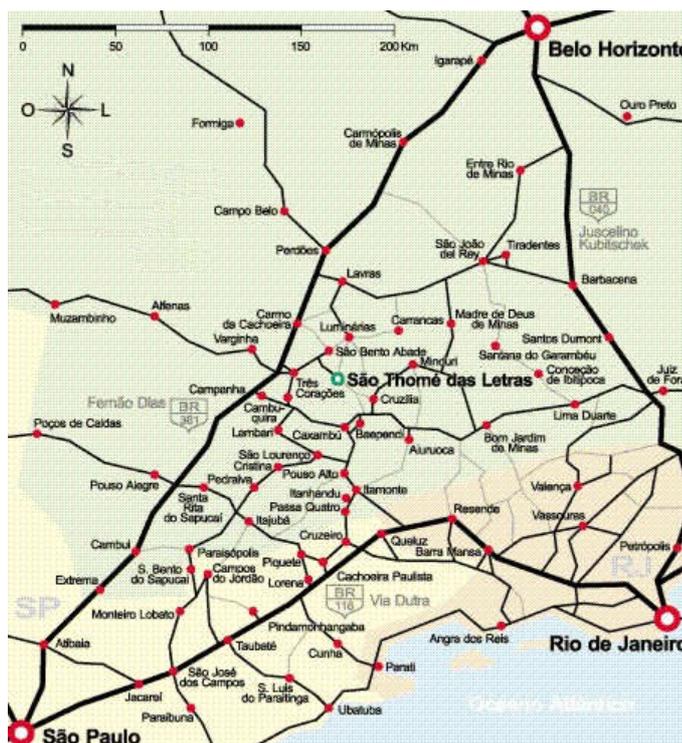


FIGURA 9 – Mapa de rodovias. Localização do município que fica a 334 Km de Belo Horizonte, 355 Km de São Paulo e 330 Km do Rio de Janeiro. Modificado pelo autor para destacar a cidade. Fonte: disponível em: <<http://www.voudemochila.com.br>>. Acesso em: 20 out. 2006.

O povoado foi se desenvolvendo, com uma paróquia instituída e subordinada à freguesia de São João del Rei. Até 1837, contava com apenas 373 habitantes e 75 residências. Já como um distrito, nos anos de 1840 e 1841 passou a pertencer sucessivamente às freguesias de Baependi e Lavras e, um ano depois (1842), voltou a ser considerado distrito de Baependi (IEPHA, 1996). Por volta de 1908, a extração de pedras já era considerada a principal atividade econômica do distrito, sendo a fonte principal de empregos e renda do povoado de São Thomé, propiciando um pequeno aumento, na primeira metade do século XX, em sua população, que em 1950 já contava com 4.424 habitantes (IEPHA, 1996). A cidade conseguiu sua emancipação política em 1962 e hoje conta com a sede municipal e um bairro rural chamado Sobradinho. Bairro que, a exemplo da cidade, cresce em torno de uma capela; a de Nossa Senhora da Guia.

A economia do município é sustentada em sua maior parte pela extração da pedra de São Thomé (pedra mineira), sendo que uma pequena produção agrícola, que abrange milho, banana, batata, laranja, cana e café e uma pequena pecuária de bovinos, galináceos e suínos, além do turismo, complementam essa economia. Em seu centro, como em quase toda pequena cidade, encontra-se a igreja matriz, com sua praça e largo, que são circundados por casario do século XVIII, segundo informações do IEPHA-MG (1996). A igreja e esses exemplares de



FIGURA 11 – Casario na rua Armando Vilela.
Fonte: Gustavo Zolini (2004).



FIGURA 12 – Igreja Matriz.
Fonte: Gustavo Zolini (2006).

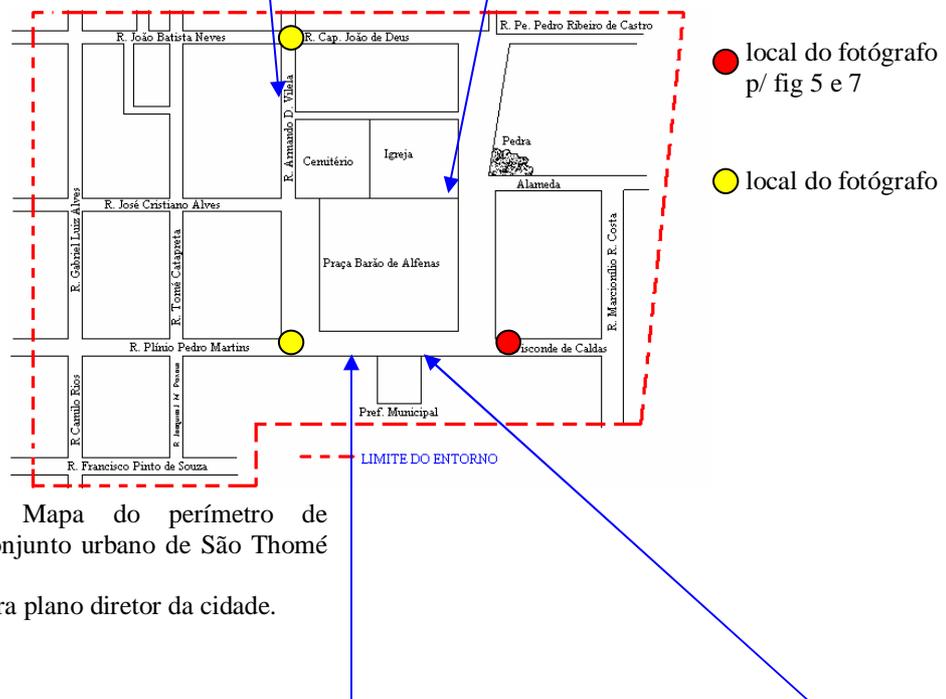


FIGURA 13 – Mapa do perímetro de tombamento do conjunto urbano de São Thomé das Letras.
Fonte: proposta para plano diretor da cidade.

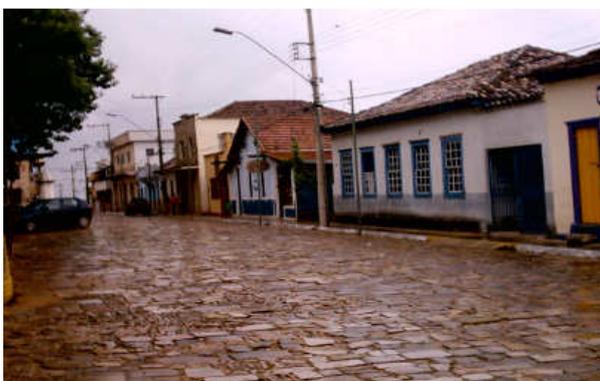


FIGURA 14 – Casario no entorno da praça.
Fonte: Gustavo Zolini (2004).



FIGURA 15 – Casario no entorno da praça.
Fonte: Gustavo Zolini (2006).



FIGURA 16 – Casario na rua Armando Vilela.
Fonte: Gustavo Zolini (2006).



FIGURA 17 – Casario no entorno da praça.
Fonte: Gustavo Zolini (2004).

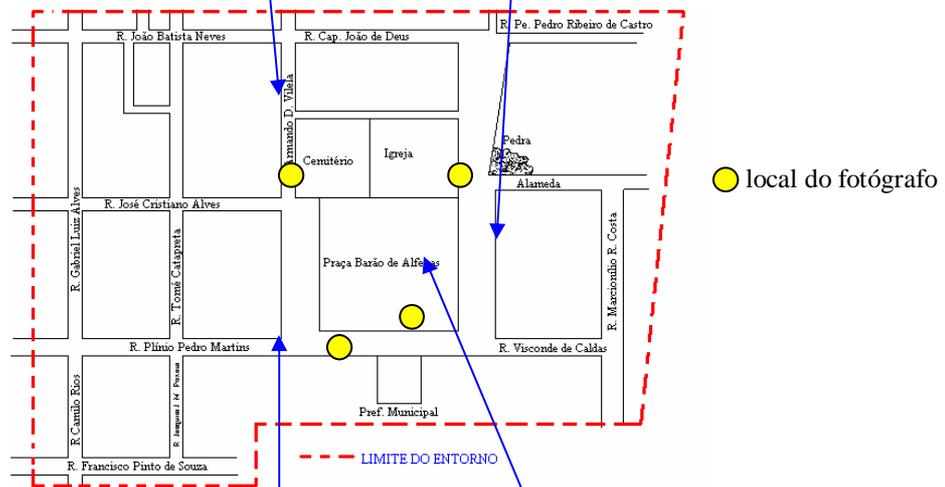


FIGURA 18 – Mapa do perímetro de tombamento do conjunto urbano de São Thomé das Letras.
Fonte: proposta para plano diretor da cidade.



FIGURA 19 – Casario no entorno da praça.
Fonte: Gustavo Zolini (2004).



FIGURA 20 – Igreja Matriz.
Fonte: Gustavo Zolini (2006).

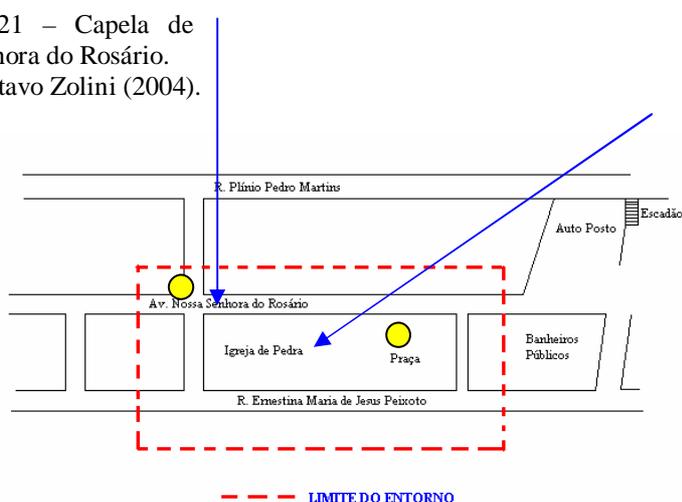
Outro local tombado pelo IEPHA e que vem recebendo intervenções contemporâneas no seu entorno é a capela de Nossa Senhora do Rosário⁶⁵ (FIG. 21, 22 e 23), igreja que traz como particularidade o material e a técnica aplicada em sua construção. Suas paredes foram erguidas com pedra de São Thomé, justapostas, umas sobre as outras, dando aparência à fachada de filetes de pedras encaixadas, técnica conhecida na região como “cavaco”⁶⁶, criando uma aparência muito diferente das tradicionais igrejas brasileiras. Internamente, apresenta um visual de acabamento comum.



FIGURA 21 – Capela de Nossa Senhora do Rosário.
Fonte: Gustavo Zolini (2004).



FIGURA 22 – Capela de Nossa Senhora do Rosário.
Fonte: Gustavo Zolini (2004).



● local do fotógrafo

FIGURA 23 – Mapa do perímetro de tombamento da capela de Nossa Senhora do Rosário.
Fonte: proposta para plano diretor da cidade

Outra característica relevante é que São Thomé das Letras sempre foi uma cidade com potencial turístico muito grande⁶⁷; tanto ecoturismo, por suas belas paisagens e localização do

⁶⁵ Observar a história do tombamento da capela do Rosário.

⁶⁶ Essa técnica construtiva é encontrada em muitas edificações de São Thomé, podendo ser dita vernacular; no entanto, na maioria das obras tombadas, não é explorada esteticamente na fachada. Somente em algumas casas e na igreja citada acima.

⁶⁷ Essa análise do potencial turístico, que abrange aspectos do meio-ambiente, visa apresentar melhor o objeto (a cidade), seja pelos fatores ligados à exploração turística ou pelo uso dos recursos naturais do município. Porém

sítio urbano (um dos que possui maior altitude do Brasil); como turismo esotérico, por causa das lendas que giram em torno da cidade e moradores, e também o turismo histórico-arquitetônico, em razão da igreja matriz em estilo barroco e da própria cidade, que tem vocação para incentivar uma unidade arquitetônica própria, por meio do uso da pedra de São Thomé nas fachadas, na forma de “cavaco”, como na capela do Rosário (IEPHA, 1996).

Até a década de 1970, a cidade de São Thomé não tinha apelo para um crescimento urbano, mas mudou esse panorama com o aumento das atividades da indústria extrativista e a migração de novos moradores que buscavam um estilo de vida alternativa na cidade. A partir desses acontecimentos, houve o desencadear de uma pequena expansão, de maneira espontânea e desordenada. Em 2001, o acesso principal da cidade foi pavimentado, e o anseio da população por um crescimento econômico tornou-se mais evidente. Por motivos ainda não identificados, o esperado desenvolvimento e incremento do turismo não se confirmaram. Na verdade, houve um decréscimo, segundo moradores, nas atividades comerciais. No entanto, pode-se afirmar que a “indústria destrutiva” do turismo está parcialmente estabilizada. Embora essa situação seja prejudicial aos olhos dos moradores de São Thomé. O patrimônio que não se consolidou como pólo atrativo para os lucros da indústria do turismo passa a ser alvo de reformas, já que não é um elemento estratégico na visão dos leigos.

Embora, em períodos ordinários, o turismo não tenha se intensificado, em ocasiões de festas e feriados prolongados a cidade recebe mais turistas em consequência da pavimentação de seu acesso. Nesses momentos, a pequena estrutura da cidade entra em colapso. Em alguns casos faltam vagas em hotéis e pousadas, água, sanitários públicos, oficiais (policiamento) para salvaguardar os bens da cidade e transeuntes, serviços de orientação ao turista e, em casos extremos, até mantimentos. Essa situação provoca também um movimento populacional não planejado. As famílias mais carentes da cidade de São Thomé, nos períodos de festa, deslocam-se para a zona rural com objetivo de aumentar o orçamento mensal com o aluguel de suas casas, quase sempre devido à ausência de vagas em hotéis, pousadas e *campings*. Isso causa problemas para uma implementação de projetos de ecoturismo, ou turismo rural no município.

Além destas dificuldades, a cidade sofre uma pressão, que impulsiona reformas, principalmente para pequenas verticalizações, que atingem diretamente a “arquitetura não-

não foi aprofundado na cidade um estudo voltado para o enfoque turístico, mas sim as inter-relações turismo-patrimônio de uma maneira mais abrangente.

monumental”⁶⁸, resultante das particularidades de seu sítio urbano. A cidade está cercada por pedreiras ao norte e ao sul; a leste sua expansão é interrompida pela súbita quebra da topografia, que forma uma escarpa, determinando um limite para o avanço da cidade, mas que propicia belos mirantes naturais, com 360° de vista para a paisagem que a circunda. Já a oeste, o relevo segue em declive acentuado, o que inviabiliza financeiramente loteamentos e, além disso, no local situam-se algumas nascentes, o que constitui, em alguns pontos, áreas de preservação permanente (APP).

Outro aspecto que a exploração ambiental da indústria extrativista, ou pedreiras, trouxe foi que, além de criar um limite para a expansão do núcleo urbano, causou a mudança paisagística no entorno da cidade (FIG. 24 e 25). A imagem que se tem de São Thomé quando se chega à região não é mais ligada aos apelos de natureza ou “refúgio do caos urbano”, como muitos visitantes a reconheciam em um passado próximo. Hoje a imagem que se observa é a de amontoados de rejeitos de pedra mineira que impressionam quem se aproxima da cidade. A paisagem não tem ligação com a natureza, mas com a indústria extrativista, fazendo com que parte do charme atrativo da cidade se perca para o visitante.



FIGURA 24 – Cidade de São Thomé cercada por entulhos de pedra, resultantes da indústria extrativista, na crista da Serra das Letras.

Fonte: Gustavo Zolini (2005). Alterada para delimitar claramente a cidade de São Thomé das Letras.

⁶⁸ O termo refere-se ao casario da área tombada de São Thomé das Letras. Reafirmado pelo entendimento de que apenas a igreja pode ser considerada edifício monumental neste núcleo histórico.



FIGURA 25 – Montagem de fotografias tiradas de uma das extremidades do Parque Municipal Antônio Rosa, na crista da Serra das Letras.
Fonte: Gustavo Zolini (2006). Fotos justapostas para simular visão de 180°.

OBS: O Parque Municipal Antônio Rosa foi resultado de um tombamento municipal, com o objetivo de conter a apropriação indevida da área.

4.3 A história dos tombamentos⁶⁹

Em 30 de maio 1984, na cidade de São Thomé das Letras, constituiu-se o COMPHAST - Conselho Consultivo Municipal de Patrimônio Histórico e Artístico de São Thomé, com objetivo de auxiliar na preservação do patrimônio por meio de fiscalização e conscientização da população. O Conselho manteve-se em atividade até 1986, tendo como presidente o Sr. Marcos de Almeida Jorge. No ano de 1984, quando o Conselho iniciou suas atividades, o IEPHA iniciara a avaliação do patrimônio histórico da cidade (COMPHAST, 1984).

Nesse período, foi levado a termo, pelo IEPHA, o processo de tombamento do “Conjunto Arquitetônico e Urbanístico da Capela de Nossa Senhora do Rosário”, na data de 22 de março de 1985, pelo decreto nº 24.328 (IEPHA, 1985). No entanto, o registro de tombamento foi equivocado, já que o conjunto avaliado pertencia ao entorno da igreja Matriz, e não à capela citada no processo. Para a solução desse equívoco, uma retificação foi feita apenas em maio de 1996. Essa retificação foi resultado de um novo processo de avaliação, homologado em 24 de abril de 1996 (IEPHA, 1996). Assim, conformou-se o tombamento do “Conjunto Arquitetônico e Paisagístico do Centro Histórico de São Thomé das Letras” e da “Igreja Matriz de São Thomé”. Importante afirmar que o conselho curador do IEPHA manteve na retificação o tombamento anterior da “Capela de Nossa Senhora do Rosário” e, a partir dessa data, a cidade possui dois conjuntos patrimoniais tombados pelo estado de Minas Gerais.

O conjunto arquitetônico tombado pelo IEPHA tem valor reconhecido e identificado pelo mesmo instituto, por ter verificado a existência de uma igreja barroca dos fins do século XVIII, por volta de 1785, com rico ornamento interno (embora seja pouca a presença de ouro), dando destaque ao altar em estilo rococó e a pintura do forro, que foi feita pelo artista “Joaquim José da Natividade”⁷⁰. Além disto, o casario, localizado no entorno da igreja, foi edificado nos fins do século XVIII, em estilo colonial, seguindo o desenho, em planta, de um quadrado que formava o largo da igreja e, em alguns casos, apresentava a característica do uso aparente da alvenaria em pedra mineira (“cavaco”). O calçamento das vias também é característico e particular, sendo feito na mesma pedra mineira ou pedra de São Thomé, em tamanhos diversos e irregulares. As pedras maiores eram colocadas, as menores completavam

⁶⁹ O subitem sobre a história dos tombamentos na cidade foi fundamental para explicitar os enganos ocorridos no decorrer dos processos de tombamento realizados pelo IEPHA-MG.

⁷⁰ Pintor e riscador; atuou em Minas Gerais nos fins do séc. XVIII e início do XIX. Atribuem ainda a ele, as pinturas da igreja de São Miguel do Cajuru, em Arcângelo, distrito do município de São João del Rei. (SANTOS FILHO, 1994)

o espaçamento entre estas e posteriormente o piso era rejuntado de terra, areia e pó de pedra, o que o tornava permeável à chuva. No que se refere à capela de Nossa Senhora do Rosário, manteve-se seu tombamento, provavelmente por força da técnica construtiva apresentada, sendo exemplo de uma arquitetura vernacular.

Entre os anos de 1986 e 1996, o Conselho teve seu Livro Ata reaberto, em 21 de junho de 1993, tendo como presidente o Sr. Fernando Bentivoglio, e fechou novamente seus trabalhos em 27 de janeiro de 1994 (COMPHAST, 1984). Adiante, no ano de 1997, criou-se o “Conselho Deliberativo Municipal do Patrimônio Cultural de São Thomé das Letras”, adotando a mesma sigla COMPHAST. Esse conselho era composto, segundo o Livro Ata⁷¹, por: um representante do setor de turismo; um representante do setor de educação; um representante do conselho administrativo paroquial; um representante da associação comercial e um representante da área de história ou antropologia ou arqueologia e urbanismo ou artes plásticas. O Livro Ata, no entanto, não registra quando os trabalhos desta formação do Conselho foram encerrados. Mas após novo período inativo, em 6 de julho de 2000, foi reativado o Conselho e reaberto seu Livro Ata, tendo a frente dos trabalhos os mesmos membros do Conselho do Turismo (COMTUR), que tinha como presidente a cidadã Bernadette de Paula Couversan (COMPHAST, 1984).

Na verdade, esta medida foi tomada às pressas porque, de acordo com novas diretrizes do IEPHA, um município sem Conselho do Patrimônio perderia pontos de avaliação no ICMS Cultural⁷², que refletiria em perda de repasse de verbas para a cidade. No ato dessa reabertura do conselho, ele não é mais denominado como “consultivo”, e atende por “Conselho Municipal do Patrimônio Histórico e Artístico de São Thomé”. No ano de 2001, foi efetivado um novo quadro de representantes do Conselho, mantendo os moldes do Conselho Deliberativo de 1997, porém acrescenta-se um representante do meio-ambiente; um representante da Câmara; um representante do bem patrimonial⁷³; e extingue-se o representante da área de história ou antropologia ou arqueologia e urbanismo ou artes plásticas, criando em separado uma representação para a classe artística e outra para a área técnica. Nessa data o presidente do Conselho foi o Sr. Adão Pereira de Andrade.

⁷¹ Foi usado o mesmo livro Ata do COMPHAST

⁷² ICMS Cultural é um programa que visa aumentar o repasse do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços aos municípios mineiros, gerido pelo IEPHA-MG, justificado por meio da comprovação de investimento dos governos municipais na preservação de bens patrimoniais tombados, inventariados, registrados; no fomento de atividades culturais e folclóricas; na elaboração de um plano de inventário municipal; no desenvolvimento de projeto de educação patrimonial e na criação de políticas públicas para resguardar o patrimônio histórico e cultural do município.

⁷³ O representante tinha que ser um proprietário de bem tombado.

De acordo com o Art 1º do Regimento do COMPHAST, o nome atual é “Conselho do Patrimônio Cultural de São Thomé das Letras”, criado pela lei municipal nº 774/1997, embora o Livro Ata afirme uma nomenclatura diferente em 1997, como visto anteriormente. No total, são identificados como integrantes do Conselho nove membros titulares e nove membros suplentes.

Ademais, além das duas áreas tombadas pelo estado de Minas Gerais, o município possui em seu Livro de Tombos duas inscrições que foram realizadas no ano de 2002. A primeira inscrição diz respeito ao bem cultural “Quadro Barão de Alfenas”, tombado pelo decreto nº 017/2002. A segunda é o “Parque Municipal Antônio Rosa”, por suas qualidades paisagísticas e por ser a última área natural remanescente no perímetro urbano (crista da Serra das Letras), tombado pelo decreto nº 041/2002⁷⁴. Também é importante citar a mais recente atuação do IEPHA na área tombada. Entre maio e julho de 2004, finalizou-se a restauração da Igreja Matriz, que reconstituiu a sacristia que havia sido demolida, e restabeleceu a cor aplicada ao edifício no início da década de 1980 (observando as prospecções), também restaurando todo seu conjunto de obras artísticas e elementos arquitetônicos internos que dão suporte para as mesmas.

4.4 A paisagem cultural e aspectos de gentrificação

São Thomé das Letras é uma cidade que acolhe duas marcantes relações entre o homem e o espaço ocupado e transformado pelo mesmo. A primeira diz respeito à sua origem pacata e quase isolada do mundo, onde as únicas atividades eram a agricultura e pecuária, quase de subsistência, e a extração artesanal da pedra, que saía em lombo de muares dos locais onde era retirada e esquadrejada.⁷⁵

Em depoimentos de moradores de São Thomé das Letras, pode-se identificar a particular convivência deles com as pedreiras. A maior parte dos moradores naturais da cidade, trabalham, trabalharam ou tiveram parentes empregados nas pedreiras. Também demonstram conhecimento técnico de como era feita a extração da pedra, e o corte do pedrão⁷⁶ sem o uso

⁷⁴ Livro do Tombo de São Thomé das Letras. fl. 1.

⁷⁵ Observar o filme amador *São Tomé das Letras*, de 1951, realizado pelo Clube dos Excursionistas de São Lourenço e o documentário *São Tomé das Letras*, do ano de 1968, de autoria de Pedro Coimbra Pádua. (ver anexo desta dissertação)

⁷⁶ Pedraço grande de pedra, geralmente um cubo, que depois é laminado para se retirar do mesmo a pedra de São Thomé.

de dinamite ou compressores a óleo diesel. Além disto, grande parte das estruturas físicas e arquitetônicas da cidade foram construídas com o uso da pedra de São Thomé (D'AURIA, 2000). Em trechos da entrevista do Sr. Saul, um operário das pedreiras aposentado, observa-se a veracidade destes fatos.

A pedra era tirada não tinha maquinário, não tinha nada pra sair a pedra, era tudo no braço, na marreta.

E como é que tirava? [...]

[...] **Já usava explosivo?**

Não. Era tudo no braço.

Mas como é que fazia pra despregar sem explodir nada?

O pedrão a gente levantava ele, o pedrão alto assim (**ergue um dos braços, como a medir do chão até sua mão, um metro**) na marreta, punha bem alto, depois pegava canela de ema, esparramava em cima, punha fogo, depois que já tava tudo em brasa, jogava água [...] (D'AURIA, 2000, p. 318).

Situação confirmada na entrevista do Sr. Décio, outro operário aposentado, que identifica a evolução tecnológica do maquinário empregado no processo de extração:

Que chegou foi de 80 pra cá, que começou. Agora que ganhou força a evolução foi de 87 pra cá, 90, nessa faixa que ganhou evolução, que apareceu as máquinas...

Qual máquina que chegou?

Carregadeira, compressor, explosivos...[...] (D'AURIA, 2000, p. 324).

Isto mostra o quão arraigada é esta atividade na memória coletiva dos munícipes, isto é, faz parte do campo existencial dos santomeenses⁷⁷ e é uma das estruturas que participam da cultura responsável pela cosmogonia da população da cidade.

Quem começou a tirar foi Jesiel Luz e Compania (sic) LTDA. Um engenheiro lá do Rio. E a pedra ia no carro de boi, engradada pra Estação de São Thomé, num cargueiro, no lombo do burro, e lá atravessava a prancha pra poder ir pro Rio.

Antes dessa época, não tinha ninguém que tirava pedra?

Não, tirava pra fazer esses passeinho aqui, de pedra grande, não tem essa pedra aí, não tirava não.

Tirava, mas só pra usar na cidade?

Só pra usar na cidade, e levava pros fazendeiros pra fazer forno de torrar farinha.

(...)

Quando que começou a vir gente de fora pra trabalhar com pedra?

Aqui em São Thomé deve fazer uns 25, 30 anos. (D'AURIA, 2000, p. 317).

O seu Jesiel veio pra cá quando mesmo?

Eu tava com a idade de 21 anos, hoje , to com 79, quantos anos faz?

⁷⁷ Não existe gentílico oficialmente reconhecido para as pessoas naturais de São Thomé das Letras. Encontram-se além de santomeense, adotado nesta dissertação, os termos: tomeense e letrense.

Faz, 60...

58 anos. (D'AURIA, 2000, p. 323).

Verifica-se que a atividade extrativista das pedreiras, economicamente atrativa, iniciou-se nos fins da década de 1960. No entanto, muito antes de ser lucrativa, a pedra era matéria-prima importante para a sobrevivência da população da cidade, e material essencial na transformação do espaço físico em que se assentava a comunidade. Conclui-se isso ao se destacarem a data do início de uma exploração mais organizada, a partir da chegada do engenheiro Jesiel Luz, na década de 1940, quando ele obteve outorga da paróquia para que explorasse suas terras (D'AURIA, 2000), e o aumento do fluxo de migração de trabalhadores, atraídos das cidades vizinhas a partir da década de 1970, aproximadamente. Além disto, nas pastas de dossiê do IEPHA, consta a existência da atividade extrativista desde 1908, o que possibilita classificar a exploração da pedra como um elemento intergeracional.

Um segundo entendimento e crença a respeito da própria identidade dos moradores de São Thomé das Letras foi construída a partir do final do terceiro quartel do século XX, com a chegada de pessoas, em sua maioria *hippies*⁷⁸, na mesma época em que se intensificou a extração de pedra, mas por motivações diferentes. Eles buscaram, uma promessa de vida tranqüila, afastada dos grandes centros e de problemas cada vez mais crescentes com a violência, e distantes também da repressão ao uso de drogas ilegais.

São Thomé das Letras, quando começou a receber os aventureiros na década de 70, como vimos, vivia “apartado” do modo de vida dos locais onde o progresso material já era realidade, e a vida da população era rústica. Ao mesmo tempo, oferecia para os jovens que ali chegavam, um espaço privilegiado para viver um modo de vida alternativo, pois os padrões e principalmente o controle social das cidades “mais desenvolvidas” ainda não acontecia ali. O jogo do poder era algo diferente [...] (D'AURIA, 2000, p. 338).

Juntou-se a isso o fato de que as belezas naturais da cidade foram identificadas como excepcionais e, por algum outro motivo, talvez por causa de sua origem já arraigada à crença da aparição de São Thomé, foram associadas a lendas, que começaram a fazer parte das histórias orais da cidade. Lendas como as do Chico Taquara⁷⁹, que estavam também

⁷⁸ Denominação social definida pelos próprios indivíduos membros desse grupo.

⁷⁹ “surgiu há mais de 100 anos. Era um belo homem, alto, forte, olhos azuis e frios, dotados de poderes sobrenaturais. Ele vivia nas grutas da região e andava sempre acompanhado pelos animais que possuía: um cavalo, algumas vacas, bezerros e cabritos. Com um simples olhar era capaz de separar as vacas dos bezerros e mantê-los separados até o amanhecer, na hora da ordenha. Curava doentes, ensinava a lavar e tornar fértil a terra árida da região. Às vezes ensinava coisas que ninguém compreendia e, vendo os olhos assustados dos camponeses, Chico Taquara subia ao alto da montanha, ajoelhava-se e meditava longamente em silêncio. De repente, sem qualquer explicação, ele desapareceu. Alguns acreditam que foi devorado pelas onças que existem por lá; outros acham que ele simplesmente retornou ao seu povo”.

relacionadas a fatos, até então, externos à pequena cidade, como discos voadores, extra-terrestres ou intra-terrestres.

No município, já existia na década de 1970, a organização Sociedade Teosófica Brasileira ou EUBIOSE, um grupo esotérico que estuda, segundo seus princípios, as influências de um governo mundial oculto em outras “dimensões” (D’AURIA, 2000). Essa Sociedade estabeleceu-se na cidade, por meio da realização de trabalhos sociais, no final da década de 1930, orientada pela sua sede principal em Minas Gerais, localizada na cidade de São Lourenço⁸⁰. Assim, a união de particularidades locais e elementos exógenos, sustentados por uma crença global, de grande abrangência, cristalizaram a imagem de cidade mística no imaginário coletivo local, bem como na imprensa e na visão do estrangeiro.

Dessa maneira, um sentimento antiurbano incentivou a migração de um novo grupo social, os *hippies*, que se formara nas grandes cidades e que identificaram no local um novo nicho para o seu desenvolver cultural. Isso porque esse grupo estava insatisfeito com as perspectivas e direções que as relações sociais tomavam e como as mesmas se estruturavam dentro da cidade tradicional e economicamente engajada, principalmente em grandes centros.

Nos trechos de entrevista que um *ex-hippie*, suposto “desbravador” da cidade, pode-se identificar a data aproximada que esse substrato cultural começou a se formar em São Thomé das Letras, além de outros aspectos interessantes.

Porque eu fui o primeiro, eu fui o primeiro a morar lá.

E eu vou te contar um fato, que foi a primeira vez que eu fui em São Thomé, procê ter uma idéia do que era São Thomé. Eu morava aqui em Três Corações, e quando foi em 1972, eu via falar em São Thomé, mas São Thomé naquela época não era igual hoje. São Thomé era uma cidade que tinha no alto da montanha com uma igreja, meia dúzia de casas em volta, e ninguém ia lá não, não tinha estrada para ir, não tinha estrada. A realidade era essa, não tinha estrada. Você para chegar em São Thomé, era uma viagem, era uma viagem, você tinha que subir...

Só ia a cavalo, não tinha estrada pra chegar lá, não tinha estrada pra carro, só cavalo.

Mesmo que você fosse de carro, você tinha que subir a pedra mesmo, era uma loucura chegar em São Thomé antigamente (D’AURIA, 2000, p. 338 - 339).

Então a gente ia de leiteiro, o leiteiro parava no pé da serra, e a gente subia a serra a pé. Quando a gente chegou em São Thomé, eu achei o lugar estranhíssimo, em 197... Isso deve ser em 71, pra ser mais exato, ocê quer ver, eu vou falar o ano, foi

Ou outra:

“Chico Taquara morreu há 40 ou 50 anos. Andava pelas ruas de São Thomé e as crianças se assustavam quando aparecia. Seus cabelos eram longos, dizendo-se que era monge, desertor da Guerra do Paraguai ou membro da expedição de Fernão Dias. Fazia fogo dando voltas no local, o fogo aparecia. Dizem, por esses poderes, que ele era extra-terreno” (D’AURIA, 2000, p. 249).

⁸⁰ Provavelmente o curta-metragem *São Thomé das Letras*, produzido pelo Clube dos Excursionistas de São Lourenço, fora motivado por um grupo de pessoas ligados à EUBIOSE.

em 1971. Nós chegamos em São Thomé em 1971, a cidade, a cidade, era o seguinte, tinha a igreja, tinha aquela pracinha...(D'AURIA, 2000, p. 339-340).⁸¹

Os *hippies* aparecem em São Thomé em 1973 quando tem o Festival do Som em Três Corações, e o Festival do Som foi no dia 21, 22, 23 de setembro de 73 e terminou o Festival do Som, eu já conhecia São Thomé, eu de certa forma fui culpado disso também, eu era um dos organizadores do festival e nós arrebatamos aquela *hippaiada* e levamos eles pra São Thomé pra conhecer São Thomé (D'AURIA, 2000, p. 344).

Em outro trecho, pode-se confirmar a atração que a “vida alternativa” exercia em moradores de grandes centros.

Depois do festival. O festival foi em setembro, quando foi Natal, em dezembro, eu fui passar o Natal lá, aí já tinha, aí já tava a muvuca lá, e o Rob já tinha alugado uma casa, com a Berê, que era namorada dele, a gente já tinha, era amigo dele, a gente já foi convidado pra passar o Natal na casa com ele. Dormimos assim uns 30 na casa, todo mundo tomou ácido aquela noite. Tomamos ácido do dia do Natal até o final do ano, nós tomamos ácido. Foi uma loucura, nós aqui e o pessoal do Rio, de São Paulo [...] (D'AURIA, 2000, p. 344).

Esse movimento de migração foi potencializado pela iniciativa da prefeitura de São Thomé das Letras, por volta de 1981, em doar terrenos para quem se comprometesse em construir sua moradia no prazo mínimo de um ano (D'AURIA, 2000). Existiam poucos imóveis para aluguel na cidade, porém o material de construção (pedras) e a mão-de-obra barata transformou-se em um pequeno impulso na intenção de fixação dos novos moradores. No entanto, a existência do terreno não implicava em garantia de infra-estrutura de água, esgoto ou luz servindo a moradia.

Ao descrever sua primeira moradia na década de 1970, o mesmo *ex-hippie* fala o seguinte: “[...] Era só a nossa que tinha lá em cima, não tinha mais nenhuma, mais nenhuma, tinha pra pegar a água, nós tinha que descer o morro todinho e lá em baixo e subir com o balde.[...]” (D'AURIA, 2000, p. 346)

Dessa maneira, no início da década supracitada existiam duas visões do que era ou quais eram os potenciais de desenvolvimento de São Thomé das Letras, motivadas por dois novos grupos sociais de moradores. Um de origem mais simples, que procurava trabalho nas pedreiras, e o outro que buscava alternativa aos centros e cidades grandes.

Com a convivência da população originária e os novos moradores, o processo de aculturação foi desencadeado e novos valores foram se amalgamando na cultura santomeense. Exemplifica-se esse fato ao se analisar alguns aspectos imateriais pertencentes à cidade. Se

⁸¹ O filme amador *São Tomé das Letras*, de 1951, realizado pelo Clube dos Excursionistas de São Lourenço confirma em suas cenas esta versão sobre a dificuldade de acesso à cidade de São Thomé das Letras.

por um lado os “amantes” da natureza trouxeram uma visão esotérica sobre discos voadores, duendes ou bruxas, por outro lado, essas crenças foram potencializadas pelos ensinamentos da EUBIOSE. Além disto, as casinhas de pedra do artesanato local, difundido como elemento da identidade de São Thomé, além de outros produtos artesanais, foram desenvolvidas por esse mesmo novo grupo social (D`AURIA, 2000).

No entanto, são esses novos moradores, imbuídos de um sentimento antiurbano que, em um movimento paradoxo, trouxeram à tona a preocupação com a preservação do patrimônio arquitetônico na década de 1990. Talvez porque muito mais que uma cidade histórica, São Thomé fora, em um passado próximo, na década de 1970, a imagem de uma perfeita “não-cidade”. Onde o tempo progredia lentamente e as relações não eram imbricadas de desconfiança ou interesses econômicos. Retomar aquela imagem, ou preservá-la, seria manter constante o espaço que materializava as condições e o modo de vida da “cidadezinha incrustada no alto da montanha”.

Muito embora em um primeiro momento causasse certa estranheza, a população nativa entendeu os valores de preservação patrimonial, e hoje promove esforços para preservar sua arquitetura e história. Porém, a cidade também se compunha de outros interesses, que aceitavam a indústria extrativista de pedras como a mais importante atividade do município. Ademais, deve-se entender que toda cidade é também palco do conflito de interesses, e São Thomé não fugiu a essa característica. Não só pelo conflito de interesses entre indústria extrativista e grupos preservacionistas, ambientais e patrimoniais, mas por uma característica de conflito interno entre suas referências de memória e as atuais condições de progresso da extração da pedra apresentadas na cidade.

Pode-se afirmar que São Thomé das Letras só existe por causa da pedra, e por ela perecerá. Esta frase, que mais parece um augúrio, sintetiza uma antítese existente na alma dos moradores de São Thomé, principalmente da população consciente da importância do patrimônio arquitetônico e ambiental para o fortalecimento da memória coletiva da cidade.

Após o incremento da exploração das pedras de São Thomé, o que foi para o morador nativo sinônimo de ganho financeiro, conhecimento técnico e identidade, hoje é meio de sustento e subemprego de uma população muito pobre, que migrou de cidades vizinhas em busca de trabalho. Em recente reportagem do Jornal Estado de Minas, encontra-se o seguinte relato:

De certa forma, os moradores de São Thomé tornam-se cada vez mais escravo da pedra. À medida que as pedreiras acabam com as cachoeiras e grutas e todo potencial turístico do município, o trabalho duro nas mineradoras, realizado sem

máscara ou qualquer outro tipo de segurança, torna-se o único meio de sobrevivência (ESTADO DE MINAS, 2007, p. 3).

Essa mesma reportagem informa que se identificou na cidade, desde 2004, um total de 55 casos de silicose⁸², o que confirma o duro e insalubre regime de trabalho ao qual é submetida grande parte da população santomeense⁸³. Não obstante, a atividade da extração da pedra é parte integrante e importante do patrimônio imaterial da cidade. Permeia o saber técnico da extração até a consolidação da arquitetura da cidade e, portanto, sua memória coletiva. Ainda que, na atualidade as pedras não mais estruturam as residências, construídas no sistema tradicional de alvenaria, com cimento, aço e tijolos cerâmicos.

Mas a memória é fixada a partir dessas transformações e processos de aculturação, nos quais São Thomé se encontra envolvido.

Furtando-se à imagem da destruição que imprime às tradições, a aculturação busca a si mesma na equivalência das identidades culturais ou do que resta delas, criando espaços demonstrativos da distinção cultural original. A empresa museal é ao mesmo tempo a boa consciência dos antigos colonizadores mas também a dos novos poderes de cada Estado que vêm nela o compromisso ideal entre a modernidade e a salvaguarda de suas respectivas culturas. O início de um fenômeno de aculturação parece destruidor, mas depois, ao correr da história, ele forja a imagem coletiva e compartilhável de um sincretismo cultural e apresenta-se finalmente como um movimento conservador e retroativo das tradições...

Nesse sentido, a conservação das memórias coletivas realiza-se com a partilha dos restos (JEUDY, 1990, p. 95-96).

Porém, até que ponto, nos tempos acelerados da vida moderna, transformações não resultarão em total esquecimento?⁸⁴

Além disto, o aumento da malha urbana de São Thomé, embora pequeno, aconteceu de maneira não-planejada, e a exploração também aleatória do sítio natural no entorno da cidade, continua descaracterizando aspectos paisagísticos naturais, que foram de enorme importância para a consolidação da cosmogonia de seus cidadãos.

Assim, a extração da pedra foi elemento do cotidiano e resultado de uma experiência local de vivência coletiva, isto significa dizer que, por essas características, de acordo com Santos (1997), seria um elemento territorializante. Mas hoje esta atividade responde a uma lógica de exploração externa ao povoado, onde as técnicas não são partes dos saberes locais, e sim fruto

⁸² Doença incurável que acomete mineradores, por causa do depósito de partículas de minério no pulmão, reduzindo a capacidade e desempenho pulmonar.

⁸³ De acordo com a reportagem do ESTADO DE MINAS, cerca de 80% dos moradores de São Thomé dependem da indústria extrativista da pedra na atualidade.

⁸⁴ Esta pergunta não pretende ser respondida, é apenas um recurso de instigação, e resposta à afirmação anterior.

do incremento tecnológico do conhecimento global, o que, em um sentido contrário à sua origem, a esvaziaria de valores identitários. No entanto, esse mesmo elemento global interage com outros aspectos regidos pelo cotidiano, e esse diálogo é que funda o lugar, a identidade (SANTOS,1997). A atividade é a mesma, mas mudaram os atores e o conhecimento que a impulsionam. Assim, considerar a indústria extrativista como algo a ser indiscriminadamente combatida seria um erro. Eliminar a extração é eliminar parte integrante dos saberes coletivos da cidade, pois na memória essa atividade ainda é referência local de identidade.

Pode-se dizer, então, que a arquitetura do conjunto urbano histórico de São Thomé das Letras materializa o campo existencial dessa antítese, anteriormente citada, em que, embora tombado, continua a apresentar constantes alterações e transformações em suas estruturas⁸⁵, que instalam a retroalimentação da cosmogonia santomeense, onde habita esta antítese. Isso se verifica nas fotografias registradas no período de 1982 (próximo ao primeiro tombamento) a 2006, fruto de pesquisas nos arquivos do IEPHA e de visitas constantes ao sítio urbano analisado.



FIGURA 26 – Igreja Matriz de São Thomé das Letras.
Fonte: dossiês de tombamento - IEPHA-MG. Fotografia de 1982.

⁸⁵ Não consta nas atas do COMPHAST as modificações identificadas no espaço urbano, e também a maior parte das alterações nas unidades arquitetônicas pertencentes ao conjunto urbano tombado. Com exceção do restauro da igreja, promovido com a orientação do IEPHA, que fora documentado em todas suas etapas.

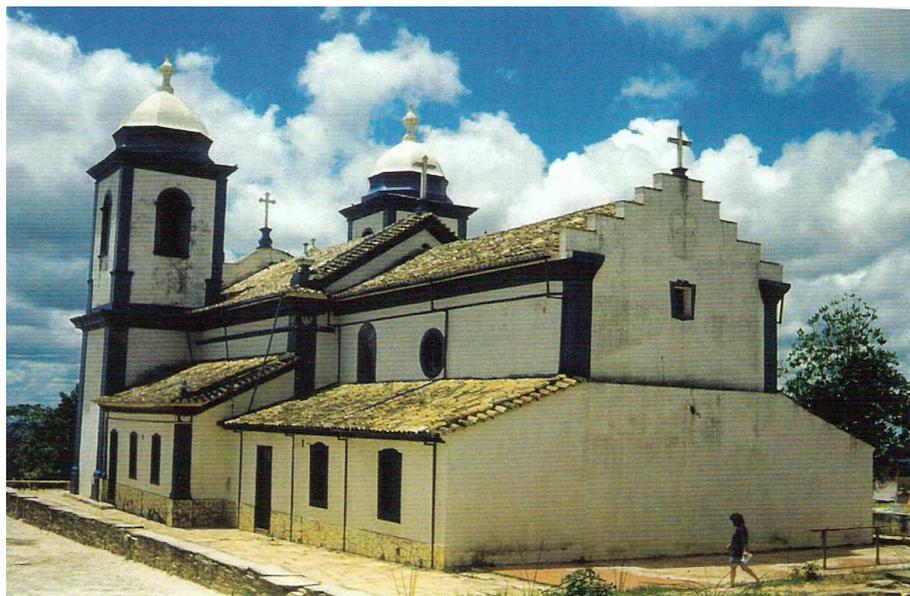


FIGURA 27 – Igreja Matriz de São Thomé das Letras.
Fonte: dossiês de tombamento - IEPHA-MG. Fotografia de 1993.



FIGURA 28 – Igreja Matriz de São Thomé das Letras.
Fonte: Gustavo Zolini (2004).



FIGURA 29 – Igreja Matriz de São Thomé das Letras.
Fonte: Gustavo Zolini (2006).

As figuras 26, 27, 28 e 29 mostram a evolução e transformação da igreja matriz, onde se identifica inicialmente, no ano de 1982, uma igreja mal cuidada, com a pintura desgastada (FIG. 26), e que, após 11 anos, apresenta parte de sua sacristia demolida, formando uma parede cega aos fundos do edifício (FIG. 27). Essa situação persiste até o início do ano de 2004 quando, com o restauro sob orientação do IEPHA-MG, a sacristia é reconstruída (meados de 2004). Seu piso circundante é construído em pedras de São Thomé regulares e rejunte de cimento no ano de 2006 (FIG. 29). Pode-se também observar a alteração de cores pela qual a igreja passou. No ano de 1982 a cor era amarelo ocre com detalhes de cimalkas, marcos, frisos e relevos em branco; em 1993 a igreja estava branca com as marcações em azul; no início de 2004 a cor era amarelo claro com o branco nos detalhes, o que demonstra uma tentativa de se aproximar seu aspecto ao das imagens históricas da igreja (FIG. 28), que circulam na cidade pelas mãos de alguns moradores. Em 2006, após o restauro do IEPHA-MG, a igreja volta a ser de cor amarelo ocre e com marcações em branco.



FIGURA 30 – Praça à frente da Igreja Matriz e casario do entorno.
Fonte: dossiê de tombamento - IEPHA-MG. Fotografia de 1984.



FIGURA 31 – Praça à frente da Igreja Matriz e casario do entorno.
Fonte: dossiê de tombamento - IEPHA-MG. Fotografia de 1984.



FIGURA 32 – Praça à frente da Igreja Matriz.
Fonte: dossiê de tombamento - IEPHA-MG. Fotografia de 1993.

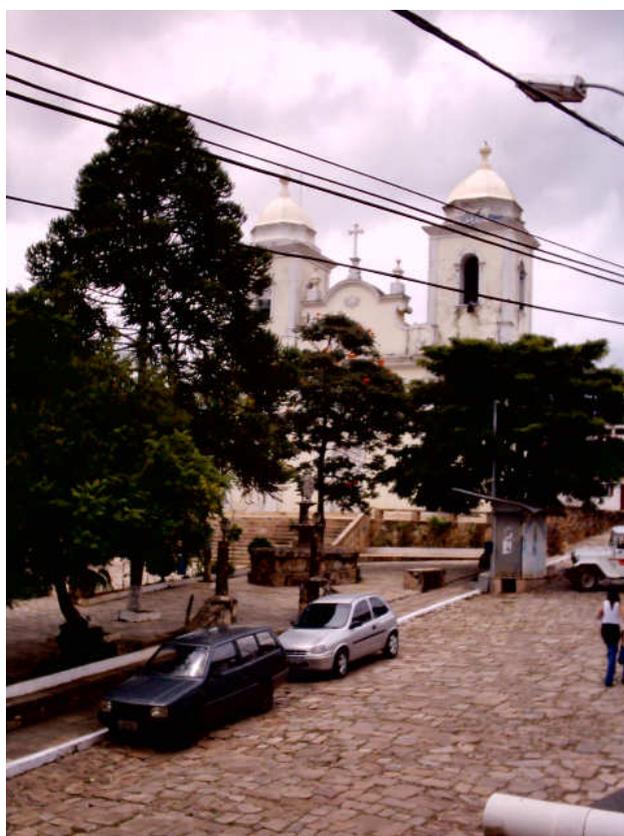


FIGURA 33 – Praça à frente da Igreja Matriz.
Fonte: Gustavo Zolini (2004).



FIGURA 34 – Praça à frente da Igreja Matriz.
Fonte: Gustavo Zolini (2006).



FIGURA 35 – Praça à frente da Igreja Matriz (com procissão de velório).
Fonte: Gustavo Zolini (2006).

As figuras 30 a 35 evidenciam as transformações da praça. Identifica-se, no ano de 1984, a arborização que ainda estava em fase inicial de crescimento, demonstrando que o desenho urbano da praça, em substituição ao adro era, na década de 1980, relativamente recente (FIG.

30 e 31). Na figura 32, isto é, no ano de 1993, as árvores estão maiores e se anunciava o bloquear das visadas laterais da praça para a igreja. Por causa da utilização de árvores de grande porte, em 2004 e 2006, confirma-se a ruptura visual do espaço do antigo adro com a igreja matriz (FIG. 33 e 34). Também se deve lembrar que, em 1993 a praça era utilizada por *hippies* como espaço de exposição para seus produtos de artesanato e que, no ano de 2005, eles já tinham sido deslocados. Arbustos foram colocados às margens dos canteiros⁸⁶, onde os *hippies* instalavam suas barracas e tapetes para expor o material oferecido aos visitantes da cidade. Em consequência, a vivência e fruir da praça por turistas diminuiu drasticamente. O caminho pavimentado à frente da fachada frontal da igreja, onde existe um cruzeiro, manteve-se inalterado. Possivelmente pela tradição das procissões, inclusive fúnebres (FIG. 35), que utilizam esse trajeto que corta a praça no espaço em frente à igreja. O coreto também manteve-se em sua forma original, apesar do uso da praça ter sido modificado em muitos aspectos.



FIGURA 36 – Casario do entorno da praça.
Fonte: dossiê de tombamento - IEPHA-MG. Fotografia de 1984.

⁸⁶ Em um momento transitório da retirada dos *hippies* da praça, os canteiros foram cercados por telas para evitar o retorno dos mesmos, e possibilitar a recuperação da grama que estava pisoteada.



FIGURA 37 – Praça à frente da Igreja Matriz e casario do entorno.
Fonte: dossiê de tombamento - IEPHA-MG. Fotografia de 1984.



FIGURA 38 – Casario do entorno da praça.
Fonte: dossiê de tombamento - IEPHA-MG. Fotografia de 1993.



FIGURA 39 – Casario do entorno da praça.
Fonte: dossiê de tombamento - IEPHA-MG. Fotografia de 1993.



FIGURA 40 – Casario do entorno da praça.
Fonte: dossiê de tombamento - IEPHA-MG. Fotografia de 1993.



FIGURA 41 – Casario do entorno da praça.
Fonte: Gustavo Zolini (2005).



FIGURA 42 – Casario do entorno da praça.
Fonte: Gustavo Zolini (2006).



FIGURA 43 – Casario do entorno da praça.
Fonte: Gustavo Zolini (2006).

Nas figuras 36 a 43, pode-se perceber as mudanças às quais o casario no entorno da praça foi submetido. Em 1984, quase a totalidade das residências possuía um pavimento e ainda existiam alguns terrenos baldios, que possibilitavam uma visão da linha do horizonte para quem estava na praça da igreja Matriz, além de se observar algumas ruínas (FIG. 36 e 37). A maioria das casas apresentava em suas fachadas um desenho de estilo colonial, com telhados cerâmicos de beiral, janelas e portas com marcos e folhas em madeira. Nas figuras 38, 39 e 40, tiradas em 1993, observa-se a substituição de várias coberturas coloniais pelo desenho de platibanda, além da existência de mais sobrados pontuando a paisagem urbana. Algumas lojas para a venda de mercadorias turísticas aparecem substituindo fachadas de residências. Obras em andamento também podem ser observadas nas fotografias. Nos anos de 2005 e 2006, identifica-se uma contínua transformação das moradias por meio de reformas, além da mudança do uso residencial para comercial, com a utilização de cores vivas para a pintura de suas fachadas. Também se observa a presença de novos sobrados no entorno da praça, onde o pavimento térreo é predominantemente ocupado por um estabelecimento comercial (FIG. 41, 42 e 43).



FIGURA 44 – Passo ainda existente no traçado urbano da cidade, na Rua Armando Vilela.
Fonte: dossiê de tombamento - IEPHA-MG. Fotografia de 1984.



FIGURA 45 – Passo ainda existente no traçado urbano da cidade, na Rua Armando Vilela.
Fonte: dossiê de tombamento - IEPHA-MG. Fotografia de 1993.



FIGURA 46 – Passo ainda existente no traçado urbano da cidade, na Rua Armando Vilela.
Fonte: Gustavo Zolini (2004).



FIGURA 47 – Passo ainda existente no traçado urbano da cidade, na Rua Armando Vilela.
Fonte: Gustavo Zolini (2005).

As figuras 44 a 47, demonstram o desenvolver pontual de um dos passos que existem na área tombada. Em 1984, o passo era uma unidade arquitetônica independente do casarão adjacente, e possuía em sua fachada o recobrimento de argamassa de reboco. O piso da rua à sua frente era em terra batida e não havia calçada (FIG. 44). Após 9 anos, em 1993, o passo já estava integrado à construção ao seu lado, que por sua vez, tinha unificado duas residências, retomando as proporções de um casarão colonial e transformando-se em uma pousada. Entre a pousada e o passo foi construída uma porta, seguindo o estilo dos outros marcos, configurando um “falso histórico” (FIG. 45). Em 2004 e 2005, verifica-se nas figuras 46 e 47, que todo o reboco de revestimento foi retirado do passo e da fachada do casarão. A porta entre as duas edificações foi desfeita e, embora historicamente os casarões possuíssem o revestimento externo, a imagem rústica da técnica construtiva de pedras em “cavaco”, típica da cidade, foi adotada como elemento de identidade do estabelecimento comercial. Além destas particularidades, pode-se observar ao fundo da figura 46, uma grande antena para celulares, construída ao lado da Câmara de Vereadores, dentro do espaço urbano tombado, interferindo em quase todas as visadas do centro histórico.

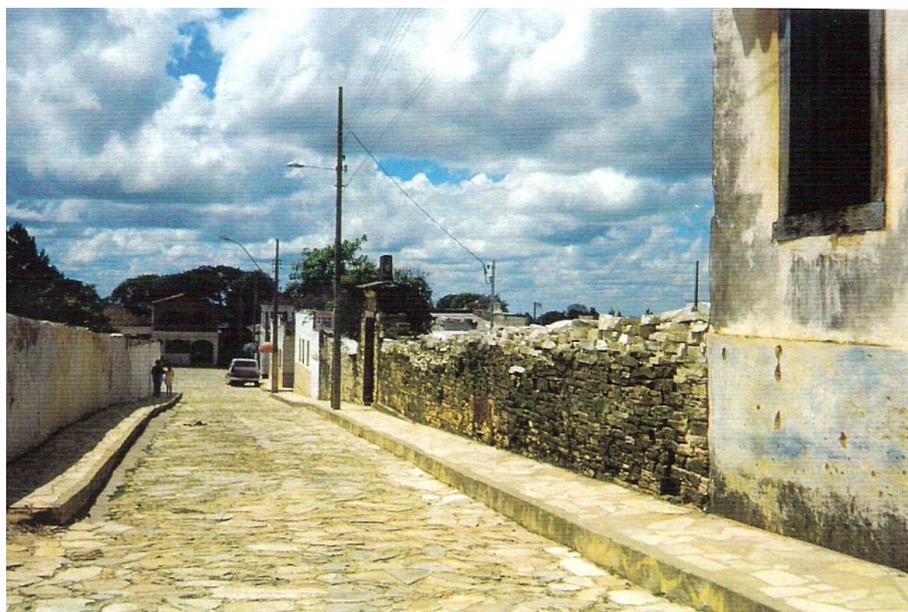


FIGURA 48 – Trecho da Rua Armando Vilela.
Fonte: dossiê de tombamento - IEPHA-MG. Fotografia de 1993.



FIGURA 49 – Trecho da Rua Armando Vilela, fechada para a criação de um “hippódromo” (local para feira dos *Hippies*).

Fonte: Gustavo Zolini (2005).

As figuras 48 e 49, mostram a alteração da caixa viária de um trecho da rua Armando Vilela, que faz divisa com o cemitério (muro à esquerda na fotografia), e se origina na praça da igreja Matriz ao lado da Câmara Municipal. Em 1993, a rua possuía um piso similar ao da praça, com cacos de pedras de São Thomé (FIG. 48). No ano de 2005, a rua já se encontrava coberta por um piso de pedras, do mesmo tipo, porém com o corte regular, eliminando a espontaneidade da diagramação do piso e suprimindo por completo o caráter de circulação de veículos com a criação de canteiros centrais e laterais para adornar o “hippódromo”. Esse local foi destinado à atividade de vendas de artesanato, isto é, aos *hippies*, como alternativa para sua desocupação da praça (FIG. 49). Essa rua também se localiza dentro do espaço tombado no ano de 1985.



FIGURA 50 – Passo ainda existente no traçado urbano da cidade, na Pça. Getúlio Vargas.
Fonte: dossiê de tombamento - IEPHA-MG. Fotografia de 1984.



FIGURA 51 – Passo ainda existente no traçado urbano da cidade, na Pça. Getúlio Vargas.
Fonte: dossiê de tombamento - IEPHA-MG. Fotografia de 1993.



FIGURA 52 – Passo ainda existente no traçado urbano da cidade, na Pça. Getúlio Vargas.
Fonte: Gustavo Zolini (2006).

Nas figuras 50, 51 e 52, as alterações da paisagem urbana no entorno de outro passo podem ser verificadas. Em 1984, na figura 50, o passo era cercado por ruínas e ao fundo não existiam construções com mais de um pavimento. Em 1993 a residência ao lado do passo tinha sido ocupada por uma loja de artesanato em pedras e ao fundo ergueram sobrados sem estilo arquitetônico definido, destoando da arquitetura colonial, com telhados em amianto ou telhas galvanizadas escondidas por platibandas (FIG. 51). Essa ampliação sem contextualismo levou à concretização da paisagem urbana encontrada em 2006, quando a casa de pedra recebeu um telhado de cerâmica e um anexo que se estende por cima do passo. Além disto, ao lado do passo, o terreno foi ocupado por uma pousada, sem a preocupação de harmonizar a arquitetura do sobrado com o entorno tombado. Outro sobrado também foi erguido atrás do passo, transformando sua escala construtiva em mero detalhe na conturbada paisagem urbana resultante (FIG. 52). Esses sobrados são edificações sem uma tipologia ou estilo definido, podendo ser chamadas de construções espontâneas, fruto de reformas aleatórias, sem um conhecimento erudito sobre arquitetura e preservação ou um acompanhamento profissional qualificado.



FIGURA 53 – Vista geral da rua atrás da Igreja Matriz.
Fonte: dossiê de tombamento - IEPHA-MG. Fotografia de 1993.



FIGURA 54 – Vista geral da rua atrás da Igreja Matriz.
Fonte: Gustavo Zolini (2006).

Nas figuras 53 e 54, verifica-se o aumento do número de pavimentos nas edificações da rua aos fundos da igreja matriz e a reconstrução da sacristia da igreja. No ano de 1993, na figura 53, identifica-se o início de obras de verticalização do antigo casario que circundava a igreja. Em alguns casos, os sobrados foram erguidos juntos às ruínas de algumas antigas fachadas.

Nesta mesma imagem, pode-se observar o piso da antiga sacristia delimitando sua dimensão original, e a área externa da igreja em terra batida. Em 2006, a existência dos sobrados estava consolidada na paisagem urbana, tendo alguns o acréscimo de um terceiro pavimento. Observa-se também que o restauro da igreja estava finalizado, restabelecendo a parte dos fundos da sacristia, com o incremento da colocação de um piso de pedras de São Thomé, com cortes regulares, aplicadas na área circundante à mesma (FIG. 54).



FIGURA 55 – Vista da rua entre a Igreja Matriz e a gruta de São Thomé das Letras.
Fonte: dossiê de tombamento - IEPHA-MG. Fotografia de 1993.



FIGURA 56 – Vista da rua entre a Igreja Matriz e a gruta de São Thomé das Letras.
Fonte: Gustavo Zolini (2005).

As figuras 55 e 56, apresentam também o aumento do número de pavimentos nas edificações próximas à gruta de São Thomé das Letras. Em 1993 se avistavam ao fundo, residências térreas e, no primeiro plano, dois sobrados, onde um deles encontrava-se em fase de acabamento (FIG. 55). No ano de 2005, não se observa nenhuma residência térrea. Todas as casas se transformaram em sobrados de dois ou três pavimentos (FIG. 56).



FIGURA 57 – Fachada da capela de Nossa Senhora do Rosário, que na década de 1970 ainda era ruína. Fonte: dossiê de tombamento - IEPHA-MG. Fotografia de 1984.



FIGURA 58 – Capela de Nossa Senhora do Rosário, com seus anexos lateral e de fundo. Fonte: Gustavo Zolini (2004).

Nas figuras 57 e 58, observa-se a capela de Nossa Senhora do Rosário, que no início da década de 1970 estava inacabada, com aspecto de ruína, e fora terminada, numa postura similar a um restauro estilístico⁸⁷, no final da mesma década⁸⁸. Sua aparência de ruína pode ser verificada no filme documentário *São Tomé das Letras*, do ano de 1968, de autoria de Pedro Coimbra Pádua. (anexo desta dissertação). Em 1984, a igreja era constituída por uma pequena nave e estava localizada em um largo com piso em terra batida, nos limites da cidade. Quase não existiam casas em seu entorno (FIG. 57). Em 2005, identifica-se uma ampliação lateral, onde se localiza a capela do santíssimo e aos fundos, onde se encontra a sacristia. Além disso, a capela situa-se em uma praça arborizada, circundada por calçadas e ruas pavimentadas em pedras de São Thomé, onde também se encontram várias residências e estabelecimentos comerciais (FIG. 58).



FIGURA 59 – Cemitério com suas sepulturas.
Fonte: dossiê de tombamento - IEPHA-MG. Fotografia de 1984.

⁸⁷ Restauro defendido por Viollet le Duc, onde uma obra seria restaurada de acordo com as técnicas originais de construção a ela aplicadas, porém definindo seu resultado formal, por meio de uma análise e síntese do estilo arquitetônico encontrado na região aos quais a edificação se insere.

⁸⁸ Na figura 56 nota-se a diferença de tonalidade das pedras usadas no assentamento da alvenaria. A parede superior, abrindo em “V” a partir do arco abatido do portal, é mais clara, pois fora colocada para complementar as paredes da ruína, na parte inferior, que já sofrera com a ação das intempéries.



FIGURA 60 – Cemitério com suas sepulturas.
Fonte: Gustavo Zolini (2004).

As figuras 59 e 60, evidenciam a mudança de estilo das sepulturas do pequeno cemitério ao lado da igreja Matriz. Em 1984, todas as carneiras apresentavam uma mesma forma simplificada de acabamento (FIG. 59). Era constituído por uma laje de pedra, com o nome da pessoa enterrada no local e uma pequena cruz simbolizando a fé e doutrina religiosa cristã ao qual a família era devota. No ano de 2004, na figura 60, identifica-se uma mudança no comportamento da população na edificação de suas construções mortuárias. As sepulturas apresentam um acabamento melhor trabalhado, com pedras diferenciadas, algumas esculturas e suportes para a colocação de flores.⁸⁹

⁸⁹ Arquitetonicamente essas alterações não causam impacto à paisagem urbana, mas são sintomáticas, ao evidenciar uma mudança na cosmogonia da população santomeense. Isto é, considerando-se que os ritos de luto e de enterro de seus componentes, bem como os elementos simbólicos envolvidos na despedida da alma e preparo do corpo, em uma sociedade cristã como a de São Thomé, são matrizes das crenças imateriais, as alterações ali ocorridas são conseqüentemente, marca inequívoca de uma mudança na maneira de se vivenciar e materializar as estruturas espaciais da cidade.



FIGURA 61 – Rua aos fundos da Igreja Matriz.
Fonte: dossiê de tombamento - IEPHA-MG. Fotografia de 1984.

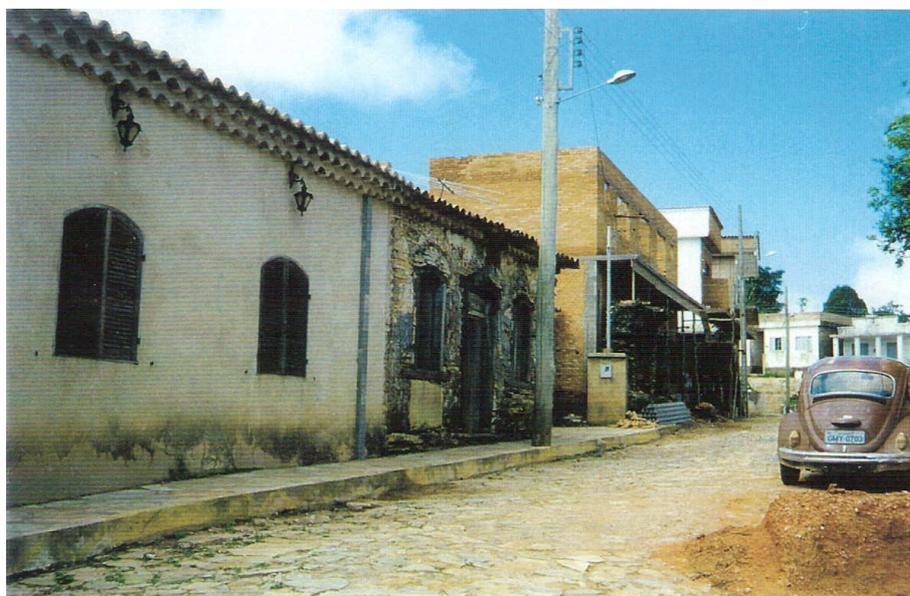


FIGURA 62 – Rua aos fundos da Igreja Matriz.
Fonte: dossiê de tombamento - IEPHA-MG. Fotografia de 1993.



FIGURA 63 – Rua aos fundos da Igreja Matriz.
Fonte: Gustavo Zolini (2004).



FIGURA 64 – Rua aos fundos da Igreja Matriz.
Fonte: Gustavo Zolini (2005).



FIGURA 65 – Rua aos fundos da Igreja Matriz.
Fonte: Gustavo Zolini (2006).

As figuras 61 a 65, pontuam as muitas modificações de residências situadas na rua aos fundos da igreja Matriz e do cemitério da cidade. Na figura 61, no ano de 1984, observam-se três casas alinhadas a uma calçada de pedras inacabada. Todas possuem marcos de madeira com arco abatido. Também se observa, ao fundo, ruínas em frente a um terreno baldio. No ano de 1993, a ruína está servindo de escora para o lançamento de concreto em uma laje pré-fabricada da marquise de um novo sobrado⁹⁰. Verifica-se que duas casas foram unificadas, entre as três originariamente existentes, suprimindo uma das portas e cobrindo com argamassa de revestimento a fachada, que não era originalmente recoberta por este material. Além disso, foram eliminados todos os marcos de madeira da edificação resultante da união das duas residências, e foram instaladas arandelas sobre os vãos de abertura da fachada, potencializando a descaracterização da arquitetura colonial (FIG. 62). Em 2004, a edificação transformara-se em um ponto comercial, com um toldo verde sobre a porta e um banco de ardósia colocado ao lado de sua entrada. Além disso, observa-se o nome do restaurante pintado na fachada. Nesse ano, o sobrado supracitado estava finalizado e a parede de seu padrão de luz transformara-se em um painel de caricaturas para artistas da cidade (FIG. 63). No ano de 2005, na figura 64, verifica-se a eliminação do toldo e do banco de ardósia e a alteração do uso do imóvel, que deixa de ser um estabelecimento comercial. No entanto, a pintura em laranja cítrico continua evidenciando a falta de compromisso das reformas com a

⁹⁰ Observar também FIG. 53

preservação histórica da edificação. Na figura 65, em 2006, a mesma casa é retratada sendo repintada em uma cor mais amena, assim como a parede do padrão de luz ao fundo que está pintada em cor azul, sem desenhos ou cores vibrantes. Essa talvez seja a única alteração (além do restauro da igreja) motivada pela ação do Conselho Histórico e Artístico do Município, que nesse ano implementava, projetos de educação patrimonial para a população.

Após essas observações, pode-se relacionar o comportamento de constante transformação do espaço urbano tombado com uma ruptura da paisagem cultural anterior à década de 1970. Interessa saber, portanto, se existe algum caráter de gentrificação que impulsionou essas alterações, principalmente após o tombamento estadual, na década de 1980, do núcleo urbano histórico da cidade.

A substituição de valores locais em detrimento de elementos externos à sociedade simples de São Thomé, poderia ser alvo de uma análise provocativa e contundente de gentrificação. Independente dos critérios para se identificar gentrificação apenas em locais “elitizados”, sob o olhar crítico de especialistas, que possuem como parâmetro as sociedades articuladas e economicamente engajadas; ao “olhar” de alguns santomeenses, a cidade recebeu melhorias, ou melhor, ascendeu seu *status* após a chegada dos dois novos grupos de moradores. Nas palavras de um antigo morador:

... A mudança eu acho que foi natural, porque a cidade aqui era um arraial, tava destruindo tudo mesmo, as casas caindo, não tinha jeito de arrumar. Tinha que formar de novo como formou, e hoje tem conforto, que nós não tinha condução, aqui tinha que ser a cavalo pra ir pra Três Corações, pra ir pra Estação São Thomé pra pegar o trem pra ir pra Baependi. Hoje nós tem recurso aqui na cidade, nós tem uma luz, tem uma água, temos telefone, temos banco, e até um posto de saúde, que não tinha, já melhorou bem a cidade (D'AURIA, 2000, p. 324).

Percebe-se também que outro aspecto desenha um quadro de gentrificação, além da mudança de *status* da cidade, que é a influência externa que impulsiona a rápidas mudanças socioculturais, sendo a transformação do espaço físico uma de suas conseqüências. Nesse caso, a velocidade empregada é fator importante, pois impossibilita um “diálogo” entre os vários atores do processo de aculturação, relegando aos moradores nativos uma posição de espectadores entre as duas forças mais atuantes na *pólis*⁹¹, representadas pelos *hippies* e novos investidores do turismo esotérico e histórico, e pela indústria extrativista e seus trabalhadores.

Apesar dos aspectos pontuais anteriormente citados, a cidade teve uma valorização de seu espaço urbano histórico, desvinculado de um sentimento pró-urbano. Ao contrário, o

⁹¹ Dimensão política da cidade. (BRANDÃO, 2000)

sentimento antiurbano e pró-natureza foi a tônica que envolveu a fixação dos *hippies*, que viriam a ser os defensores do patrimônio histórico arquitetônico da cidade na década de 1990 até os dias de hoje. Transformar o espaço para o uso das novas relações de trabalho, baseadas no serviço e nos exemplos das cidades globalizadas não é a intenção deste grupo social. Existe muito mais uma intenção de preservação museal, apresentando a cidade como objeto frágil e precioso, mais que uma figura historial, em que a concepção de objeto museográfico se associa às noções de uso, isto é, a cidade não abandona sua historicidade em detrimento da sua história (CHOAY, 2001). Além disso, os novos moradores, atraídos pela indústria extrativista da pedra, decidem por sua fixação na cidade ao serem motivados por relações de produção do setor primário, longe das relações de serviço do setor terciário, que impulsionam as transformações urbanas de gentrificação.

Dessa maneira, alguns elementos possibilitam tecer análise sobre aspectos gentrificadores na cidade. O aperfeiçoamento das infra-estruturas da cidade e o aumento do poder de consumo da comunidade, embora ainda irrisório, foi relevante para a população local; a influência externa, de dois grupos sociais que impulsionam mudanças no quadro social e na arquitetura da cidade de maneira acelerada; a inexpressividade do grupo social nativo no diálogo e disputa pela *pólis*; e a possibilidade de se identificar um imigrante pioneiro, os *hippies*, que buscaram uma vida alternativa na cidade.

Em contrapartida, outros fatores determinam a não existência de gentrificação em São Thomé. O fato da principal atividade econômica pertencer ao setor primário da economia, isto é, a maioria dos moradores da cidade participam de alguma maneira da extração das pedras; o grupo que pode ser identificado como pioneiro, os *hippies*, não foi motivado por um sentimento pró-urbano, e sim por uma negação da cidade grande, ou um sentimento antiurbano. Apesar de ser identificado como prejudicial ao ambiente, o extrativismo mineral não é exógeno à cultura local, pois a atividade e uso da pedra esta ratificada como um dos “pilares” identitários do município. A novidade foi o incremento tecnológico, que eliminou o ritmo lento da exploração das pedreiras. Outro fato importante é que a praça da Matriz, mesmo depois das várias modificações identificadas, mantém em seu desenho um eixo de circulação que dialoga com o cidadão, estruturando, entre outras coisas, costumes de procissão. Portanto, as referências simbólicas não se resumem apenas à conexão e suporte de elementos monumentais como a igreja, o adro é um misto de espaço sacro e laico, o que configura a adoção do espaço público como essencial no processo de aculturação. Em vários momentos esse adro assume funções diferenciadas, de acordo com o fruidor e com o horário

de uso do espaço. Pode ser identificado como local de descanso ou flunar de turistas; exposição de artesanatos *hippies*, embora a maior parte se posicione no *hippódromo*; manifestações culturais, como a procissão anteriormente citada; apresentações de alunos de capoeira; uso das guias laterais dos canteiros e bancos do adro por “skatistas”; entre outras apropriações espontâneas.

Além disso, vinculando-se a análise aos aspectos socioculturais ou ecológicos, não se identifica uma transformação urbana de gentrificação em desenvolvimento na cidade, e sim uma ruptura brusca do cotidiano, isto é, da razão local, pela sobreposição de duas frentes de migração orientadas pela razão global. Essas frentes passaram a disputar a *pólis* e, conseqüentemente, a alterar a materialização do campo existencial santomeense, alavancado por um processo de aculturação que, em último momento, será responsável pela nova cosmogonia das gerações futuras. Deve-se afirmar, então, que não existe gentrificação plena ou parcial em São Thomé das Letras. Bem como também, não se podem observar períodos de gentrificação esporádica ou identificar alguma característica de gentrificação marginal, muito menos generalizada.

5.0 A PAISAGEM CULTURAL DE TIRADENTES

A configuração artística dos espaços públicos materializados entre a pedra e o ouro

Evitem dizer que algumas vezes cidades diferentes sucedem-se no mesmo solo e com o mesmo nome, nascem e morrem sem se conhecer, incomunicáveis entre si. Às vezes, os nomes dos habitantes permanecem iguais, e o sotaque das vozes, e até mesmo os traços dos rostos; mas os deuses que vivem com os nomes e nos solos foram embora sem avisar e em seus lugares acomodaram-se deuses estranhos. [...] (CALVINO, 1999, p. 30-31).

5.1 Contexto histórico de nascimento do povoado

Durante parte do século XVIII, o comércio entre capitânicas era intenso e Minas Gerais foi a maior e melhor compradora de muitos artigos. Isso aconteceu por muitas razões, dentre elas, principalmente, o fato de ser uma jovem capitania sem infra-estrutura, que não conseguia ou não podia produzir certos artigos dentro de suas fronteiras e cujas terras ainda não estavam totalmente desbravadas (principalmente na primeira metade do século XVIII). Muito embora as terras que hoje abrangem Minas Gerais tenham sido nomeadas Capitania só a partir de 1720, sua importância na balança econômica portuguesa foi reconhecida desde a descoberta do ouro nos fins do século XVII, e foi ainda ampliada após a descoberta de diamantes em Tijuco, em 1726. Segundo Antonil, “A sede insaciável do ouro estimulou a tantos a deixarem suas terras, e a meterem-se por caminhos tão ásperos, como são os das minas, que dificilmente se poderá dar conta do número das pessoas que atualmente lá estão.” (ANTONIL, 1964, p.21)

À atração do ouro, nos fins do século XVII e início do século XVIII, pode-se comparar a de grandes pólos industriais carentes de mão-de-obra. Mesmo o dualismo na relação cidade *versus* campo era negado, em semelhança com o modelo industrial de assentamentos, isto é, a produção e atividades econômicas eram exercidas sobre o chão da própria cidade, sem depender de produtos agrícolas originários de sua zona rural. Ficou marcado, nesse tempo o modelo da primeira aglomeração urbana, em terras brasileiras, independente das atividades agropecuárias (SOUZA, 1978), a não ser a mera relação de consumidor ávido de tais

produtos, sem destes objetivar qualquer lucro ou benefício, tendo a “cata” e a “grupiara”⁹² como seu suporte econômico (ANTONIL, 1964).

Três importantes fatores contribuíram para isto. O primeiro foi o fato de que a maior parte das terras próximas às lavras de ouro não eram férteis e possuíam uma geografia acidentada, portanto desfavoráveis à agricultura e pecuária. O segundo era que, com tanta riqueza brotando do chão, em forma de minerais, nenhum imigrante queria angariar apenas os “restos” de tal fortuna ao fornecer produtos de consumo para os exploradores. Todos queriam seu quinhão de ouro, sem que para isso precisassem trabalhar de “Sol a Sol”, desmatando, plantando ou manejando gado. Já o terceiro, e não menos importante fator, era que a mão-de-obra escrava necessária na agropecuária também era indispensável na extração aurífera. O preço de um escravo na Capitania de Minas Gerais alcançava preços exorbitantes, impraticáveis para donos de fazendas, mas usuais para os donos das lavras de ouro. A escassez de vários produtos (inclusive escravos), a falta de moeda de circulação (toda mercadoria era paga com oitavas de ouro) e a grande concentração de riquezas, inflacionaram todo o comércio da área de extração aurífera.

Esse quadro transformou a região do ouro dependente de víveres, utensílios, ferramentas e todo tipo de provisão que as capitanias vizinhas pudessem fornecer. Sendo assim, os caminhos que ligavam as minas a São Paulo, Rio de Janeiro e Bahia, não foram apenas rotas de imigrantes, mas principalmente artérias provedoras, que deram suporte à máquina extrativa que se instalara em terreno mineiro. Dentre esses caminhos, as trilhas que levavam à Bahia foram por longo tempo clandestinas. A metrópole tinha proibido o comércio dessa capitania com a região de extração aurífera, permitindo somente o comércio de gado. A proibição visava manter estável a economia da Capitania da Bahia, evitando a evasão de escravos dos engenhos dessa capitania e, principalmente, impedir que o ouro escoasse sem controle (ZEMELLA, 1990). Pois saindo por São Paulo e pelo Rio de Janeiro o metal poderia ser quintado⁹³ nas casas de fundição.

São Paulo se comunicava com as áreas de mineração por três vias diferentes, sendo elas: a que transpunha a Mantiqueira pelo Vale do Camanducaia (Sul de Minas); o caminho que passava

⁹² Formas de se extrair o ouro nas terras de “minas”.

“cata”- coleta de grãos ou detritos resultantes da erosão de uma rocha onde se encontrava o ouro, colhidos nos garimpos de leitos de rios e suas margens.

“grupiara”- perfurações nas encostas das montanhas à procura de veios de ouro ou jazidas de rochas incrustadas por esse metal (são as chamadas minas). Esta técnica foi utilizada em um segundo momento, pois demorou um pouco para os mineiros perceberem que não só nos rios o ouro estava presente. Alguns estudiosos atribuem a descoberta aos negros escravos de origem da Costa da Mina.

⁹³ Forma de imposto em que um quinto do ouro extraído era entregue à Coroa Portuguesa.

por Moji-Mirim (traçado que daria origem à estrada de ferro Mojiana); e o que utilizava a garganta do Embau (próximo à cidade de Cruzeiro) para transpor a Mantiqueira. Este último foi chamado de “caminho velho” e era o mais usado pelos paulistas.

O Rio de Janeiro usava um caminho mais complicado. Os comerciantes primeiro faziam uma travessia marítima até Parati depois, por terra, subiam a Serra do Mar e encontravam na altura de Taubaté o “caminho velho” de São Paulo. A partir daí seguiam o mesmo caminho dos paulistas. Por volta de 1708, uma nova trilha foi aberta entre o Rio de Janeiro e as minas, sendo chamada de “caminho novo” (FIG. 66). Depois disso, o porto do Rio de Janeiro passou a ser a via mais rápida para escoar o ouro extraído nas terras da então futura Capitania de Minas Gerais, e também o maior fornecedor de mercadorias para a região (ZEMELLA, 1990).

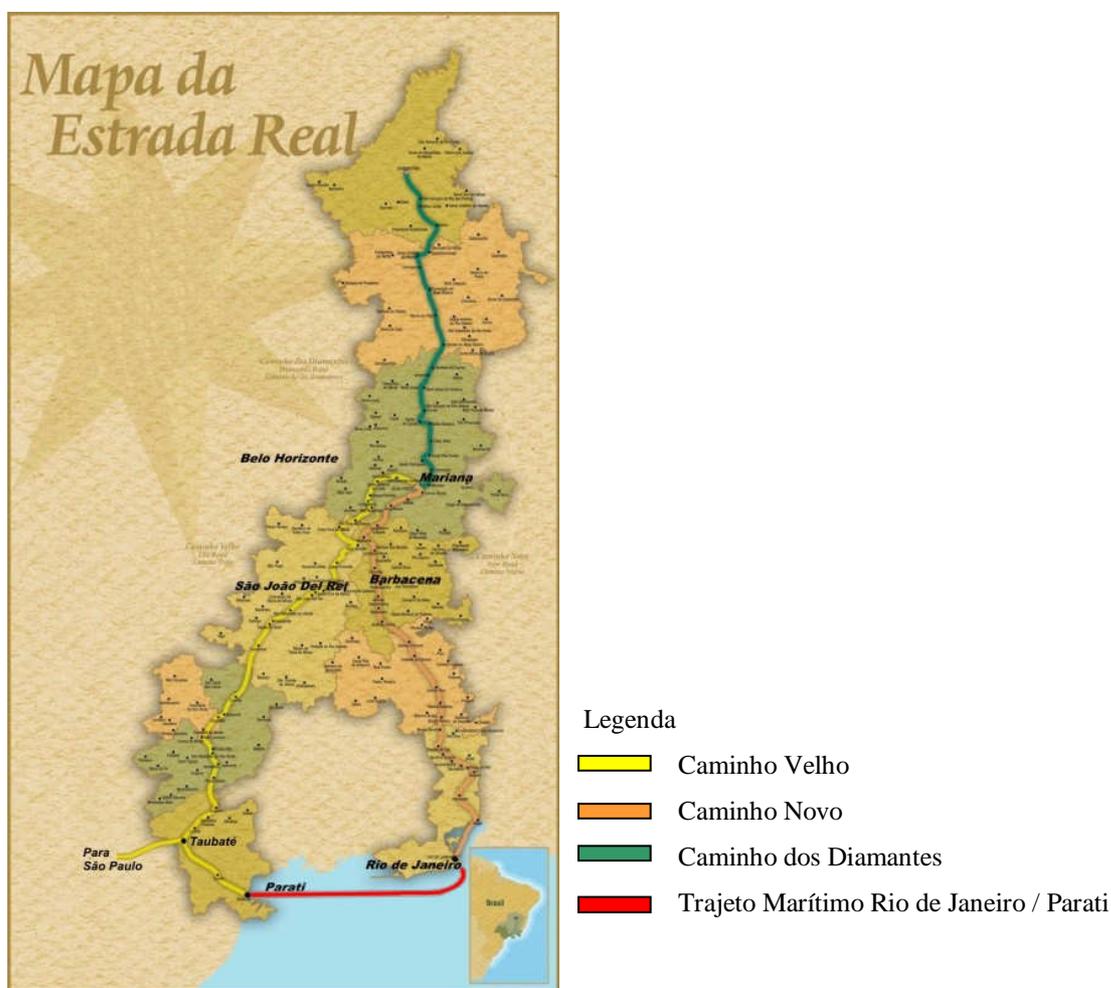


FIGURA 66 – Mapa da Estrada Real, com alteração do autor para demonstrar o caminho marítimo do Rio de Janeiro a Parati, e encontro do caminho velho para São Paulo com a rota para o Rio de Janeiro.

Fonte: disponível em: <http://www.alegre.es.gov.br/img/mapas/mapa_real2-g.jpg>. Acesso em: 20 jun. 2007.

Nessa época, os mercadores de São Paulo demoravam até 60 dias para chegar em terras mineiras, enquanto os viajantes do Rio de Janeiro, passaram de 43 dias (usando o caminho antigo) para apenas 12 dias; agora com a vantagem de não mais se arriscar em viagens

marítimas, nas quais os ataques de corsários eram constantes. Esses caminhos foram muito importantes por abastecer a região e também por, indiretamente, criar uma cultura mineira, que seria essencial na formação das cidades e vilas, ao introduzir em uma região inabitada, imigrantes de costumes diferenciados sobre um solo provedor de riquezas. Esses indivíduos de múltiplas origens interagiram em lavras mineiras, constituindo um novo modelo cultural na colônia portuguesa (SOUZA, 1978). Esse modelo de gênese cultural vai se refletir nos povoados e vilas mineiras, já que a fusão do índio, trazido nas bandeiras pelos paulistas⁹⁴, do negro e do branco, resultaria particularidades na percepção do espaço, no gosto e na definição da paisagem cultural dos primeiros arraiais. É na realidade da geração de uma nova cultura que acontece o primeiro período de assentamento populacional, em terras que viriam a pertencer à Capitania de Minas Gerais. Esse processo pode ser definido dentro de um momento de “fluxo centrípeto” (SOUZA, 1978) sobre o solo mineiro.

Com a multiplicação das lavras, multiplicaram-se também os povoados. Por vezes esses povoados agiam quase como “cidades-estado”, tamanha as particularidades que cada desenvolvimento histórico impunha às vilas e povoados (SOUZA, 1978). Além disso, a consolidação física do espaço arquitetônico refletiu essa independência por meio da formação de um “caráter” próprio de cada vila ou cidade de Minas Gerais nascida nessa época. Apesar de um estilo colonial comum a todas, é impossível não diferenciar as cidades por claros reflexos de “personalidades” que elas adotaram ao serem moldadas pelo tempo.

Se Ouro Preto foi sede do governo civil, sua arquitetura, suas ruas, suas travessas transcendem autoridade e comando. Se Mariana foi sede do governo religioso, seus templos, suas residências, apesar de um traçado mais aberto, mais arejado de suas ruas, exprimem misticismo e convidam a meditações. Nem poderia ser admitido confundir-se qualquer destas duas com Diamantina, em seu romantismo comunicativo, sua fisionomia alegre e destacada pelo gosto das cores claras de suas fachadas. Muito menos com o Serro, dependurada em declives, num estilo arquitetônico todo próprio, refletindo ao mesmo tempo autoridade e aventura, comunicação e saudades de terras distantes, incorporados na figura dos tropeiros (SOUZA, 1978, p. 33).

O primeiro arraial que daria origem a Tiradentes, chamado Arraial Velho do Rio das Mortes, surgiu nesse contexto histórico, em que a busca por terras auríferas era o foco de todo imigrante em terras mineiras, ainda na época de pleno uso do “caminho velho”, no importante entroncamento da passagem do Rio das Mortes, onde o pouso dos tropeiros tornou-se certo após a descoberta de ouro na região (FIG. 67).

⁹⁴ As áreas de mineração eram inférteis, por isso, a maior parte não era ocupada pelo índio, que não a disputava em um primeiro momento com o colonizador.

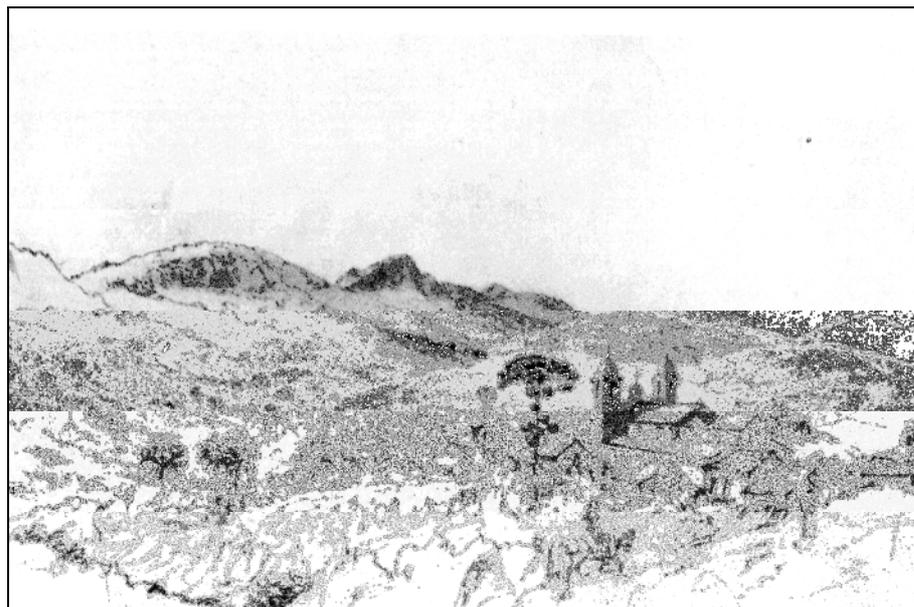


FIGURA 67 – Gravura da Vila de São José, feita por Rugendas, no ano de 1824.
Fonte: Centro de Cultura, Patrimônio, Memória e Cidadania de Tiradentes.

5.2 Descrição da cidade

Tiradentes é um município de baixa densidade populacional, com cerca de 5.755 habitantes, sendo 72% desse contingente situados na sede, isto é 4.163 habitantes na cidade.⁹⁵ O município se localiza próximo à Serra de São José, na região de Minas Gerais denominada campos das vertentes. Além do distrito sede, é formado por dois bairros afastados, chamados Águas Santas e César de Pinha, e dois outros distritos chamados Elvas e Caixa D'água.⁹⁶ A cidade se encontra em área de influência geográfica da capital de Minas Gerais, Belo Horizonte, e também mantém fácil acesso ao Rio de Janeiro e São Paulo (FIG. 68).

O município possui como elementos marcantes na paisagem urbana, os exemplares de arquitetura colonial e barroca do século XVIII, que impulsionaram a iniciativa do SPHAN na efetivação do tombamento de seu núcleo urbano em 1938 (FIG. 69 e 70).

⁹⁵ Dados do IBGE no ano de 2000.

⁹⁶ Dados retirados do plano de Inventário de Tiradentes.

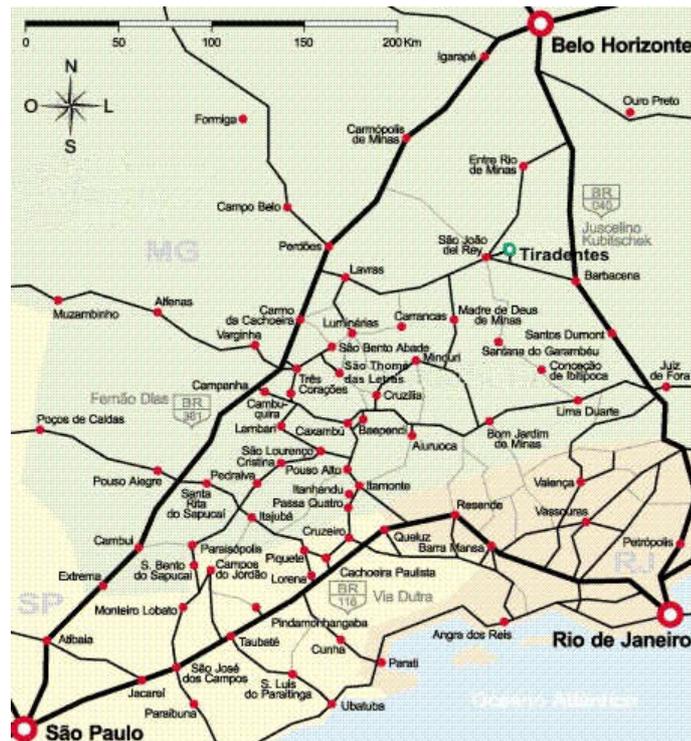


FIGURA 68 – Mapa de rodovias. Localização do município que fica a 225 Km de Belo Horizonte, 485 Km de São Paulo e 335 Km do Rio de Janeiro. Modificado pelo autor para destacar a cidade. Fonte: disponível em: <<http://www.voudemochila.com.br>>. Acesso em: 25 fev. 2007.

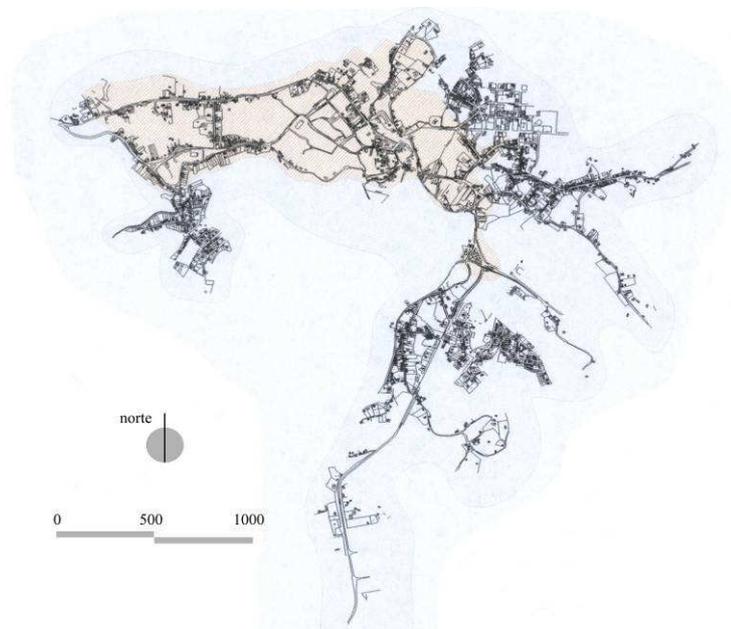


FIGURA 69 – Mapa da malha viária da cidade
Fonte: mapa do plano de inventário de Tiradentes (MEMÓRIA, 2006); com alteração do autor.
OBS: a área marcada em laranja, corresponde ao tombamento do SPHAN em 20-04-1938.



FIGURA 70 – Núcleo histórico tombado pelo SPHAN (IPHAN) em 1938.

Fonte: base cadastral do inventário nacional de bens imóveis do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN; com alteração do autor para identificação das igrejas, prefeitura, câmara de vereadores, cadeia, chafariz, estação ferroviária, o Museu Padre Toledo, a rua Direita e os principais largos.

O início de povoamento da região acontece após Tomé Portes del' Rey, um cobrador de pedágio, no início do século XVIII, se fixar na passagem no Rio das Mortes, no local chamado Porto Real da Passagem, que daria origem a São João del Rei. Decorridos alguns anos desse fato, por volta de 1702, João de Siqueira Afonso descobre sinais auríferos nas encostas da Serra de São José (ALMEIDA e SANTOS FILHO, 2007), o que impulsiona o crescimento de um arraial nas proximidades da Serra, como pode ser verificado no texto a seguir:

Da exploração dos veios de ouro na serra e descoberta do metal precioso aluvional, nas águas do Rio das Mortes e do Rio Turvo, nasceu uma povoação com sua Capela dedicada a Santo Antônio. Alguns historiadores dão como primeiro nome a essa povoação de Arraial da Ponta do Morro, contestado por outros que o indicam como Ponta do Morro. Sua localização é próxima ao atual povoado de Pinheiro Chagas, no Município de Prados, onde mais tarde foi erguida a “Fazenda da Ponta do Morro”, de propriedade do inconfidente Francisco Antônio de Oliveira Lopes que, posteriormente, pertenceu ao Comendador Francisco Antônio Teixeira Coelho. O certo é que o arraial ficou conhecido como Arraial Velho do Rio das Mortes, devido ao aparecimento do Arraial de Nossa Senhora do Pilar, denominado Arraial Novo do Rio das Mortes, hoje São João del Rei, em 1704 (ALMEIDA e SANTOS FILHO, 2007, p. 5 - 6).

O Arraial Velho do Rio das Mortes ainda teve outro nome em sua origem. Quando alguns taubateanos repartiram entre eles, um trecho de ribeirão e suas margens, estes constituíram um arraial, ao qual denominaram Santo Antônio, erigindo uma capela dedicada ao mesmo santo. Quase duas décadas depois, no Governo da Capitania de São Paulo e Minas, de D. Pedro de Almeida e Portugal, representantes do Arraial Velho reenviaram⁹⁷ ao governador uma petição para que o arraial fosse elevado a vila. Ao ser aceito e aprovado esse pedido, o arraial passou a ser chamado de Vila de São José del Rei, em homenagem ao príncipe D. José de Portugal, em 19 de janeiro de 1718, tendo suas divisas com São João del Rei, logo depois demarcadas, em 3 de fevereiro de 1718 (ALMEIDA e SANTOS FILHO, 2007).

Próximo ao término do século XVIII, o desenvolvimento social da Vila de São José mostrava um grande progresso, por reflexo do extenso período de riqueza pelo qual havia passado em decorrência da extração aurífera.

A situação nos fins do século XVIII (1795) era a seguinte: possuía a Vila 10 sacerdotes, 57 vendas de secos e molhados, 14 lojas, 5 boticas, 2 médicos e 6 advogados. A freguesia contava com 10.926 fregueses, excetuando-se os habitantes das outras paróquias que estavam sob jurisdição da Vila de São José, como Nossa Senhora da Conceição de Prados (ALMEIDA e SANTOS FILHO, 2007, p. 12).

⁹⁷ Outras petições haviam sido enviadas em datas anteriores.

Nessa época, no período de 1795 ao início do século XIX, a população da Vila totalizava cerca de 4 mil habitantes, intensamente envolvidos em atividades comerciais. No entanto, logo após, o rrear do ouro a partir da primeira década do século XIX levou ao declínio as atividades econômicas na vila, impondo uma nova realidade.

A escassez do ouro que se seguiu, em fins do século XVIII e início do XIX, impôs a diversificação econômica, e a vila de São José optou pela criação de gado e uma incipiente agricultura, onde predominavam as plantações de milho, arroz, feijão e frutas. A povoação exportava carne de gado e carneiros para as outras cidades mineiras e mesmo para a capital do Império. Outra atividade com algum destaque era a tecelagem: Em 1831, São José possuía 189 fiandeiras e tecedeiras e 44 costureiras (IEPHA, 2002, p. 6).

A cidade vizinha de São João del Rei adaptou-se melhor às mudanças, e apresentou um contínuo avanço por causa de suas atividades têxtil e comercial. Sua condição de vila foi alterada em 1838, quando foi elevada à posição de cidade. São José, no entanto, chegou a perder sua condição de vila em 1848, por meio da lei nº 360 de 30 de setembro, e pouco depois de um ano, conseguiu recuperar seu *status* de vila por meio da lei nº 452, de 20 de outubro de 1849 (IEPHA, 2002).

As relações de disputa e conflito de interesses entre os dois núcleos urbanos foram constantes no século XIX⁹⁸, sendo a Vila de São José sobrepujada pela maior influência política e pelo poder econômico de São João del Rei. Pode-se observar isso ao se analisar o distanciamento cronológico entre a obtenção de foros de cidade por São José e São João del Rei. São José alcançou esta posição administrativa na segunda metade do século XIX, em 7 de outubro de 1860, cerca de 22 anos mais tarde que sua rival. (IEPHA, 2002).

São José conseguiu usufruir um curto período de progresso econômico no século XIX, que sucedeu a inauguração, no ano de 1881, do trecho de estrada férrea que ligava a atual Antônio Carlos a São João del Rei. Porém, o maior acontecimento, nessa mesma década, para a cidade não foi o impulso econômico da estrada de ferro. Em 6 de dezembro de 1889, pelo decreto nº 3, o presidente da província, Cesário Alvim, autorizou a mudança de nome da cidade para Tiradentes, em homenagem ao alferes, mártir da inconfidência mineira.

Ao adentrar o século XX, a cidade de Tiradentes manteve um ritmo de crescimento econômico, embora pequeno, fruto da modernização de seus sistemas viários de estradas de rodagem, além da ferrovia. Isso possibilitou uma melhor comunicação com a própria região e com outras cidades do estado de Minas Gerais, para o escoamento da produção econômica e a

⁹⁸ Estas disputas também foram constantes no século XVIII.

assimilação dos elementos considerados estratégicos para o progresso material e social de Tiradentes (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 1980)⁹⁹. Nesse mesmo século, censos demográficos apresentam um decréscimo da população a partir da década de 1920 até a década de 1950 (FIG. 71), o que revela uma paralisação no crescimento econômico e a inexistência de atividades econômicas atrativas. Em 1920, foram registrados 1.236 moradores, enquanto em 1950 foram recenseados 1.142 habitantes em Tiradentes.



FIGURA 71 – Largo das Forras.

Fonte: monografia de José Bellini dos Santos. Fotografia de 1940.

Após a década de 1950, retomou-se o crescimento populacional, muito embora, em pequena escala. Em 1960, a cidade possuía 1.467 moradores; em 1970 o número era de 1.830, e, no ano de 1980, estimava-se 2.300 habitantes. Esses números mostram que pouco mais da metade do número de moradores que ali residiam no ano de 1795 ocupavam a cidade no início do último quartel do século XX¹⁰⁰ (FIG. 72).

⁹⁹ FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. *Circuito do ouro* – Campos das Vertentes. Plano de organização espacial e preservação do centro histórico de Tiradentes. Organização espacial e preservação do centro histórico de Tiradentes. Belo Horizonte: Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral, 1980.

¹⁰⁰ Dados que foram extraídos do relatório da Fundação João Pinheiro sobre a evolução histórica da estrutura urbana de Tiradentes, realizado em 1980, em que foram propostas leis de ocupação e uso do solo, código de obras e código de posturas para a cidade, mas que não foram adotadas e implementadas pelo governo municipal.



FIGURA 72 – Foto aérea do núcleo histórico tombado.
Fonte: arquivo do IPHAN. Fotografia de 1970.

Levando-se em consideração uma análise de mapas da evolução da malha urbana da cidade, em que o território ocupado e o número de ruas haviam sido ampliados (FIG. 73 e 74), conclui-se que a sensação de cidade “esvaziada” agravava ambientalmente esse déficit populacional. Principalmente no centro histórico, pois de acordo com a Fundação João Pinheiro, esse pequeno reativar do crescimento, acontecido após a década de 1950, pode ser verificado pela criação de novas áreas habitacionais, ou bairros nas periferias. O centro histórico não foi responsável pelo assentamento dos novos moradores que a cidade acolhera (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 1980).

Se atualmente a cidade conta com 4.163 habitantes, isso também significa que a população quase duplicou em 27 anos, mostrando um crescimento demográfico maior que o do período anterior à década de 1980. No entanto, a ocupação do centro histórico também não se efetivou, e o adensamento e ampliação dos bairros no seu entorno pode ser verificado no mapa atual da malha viária da cidade (FIG. 69), e em entrevistas que serão perscrutadas a frente, neste estudo. Dessa maneira, persiste a imagem de cidade “esvaziada”, no centro histórico, neste início do século XXI.

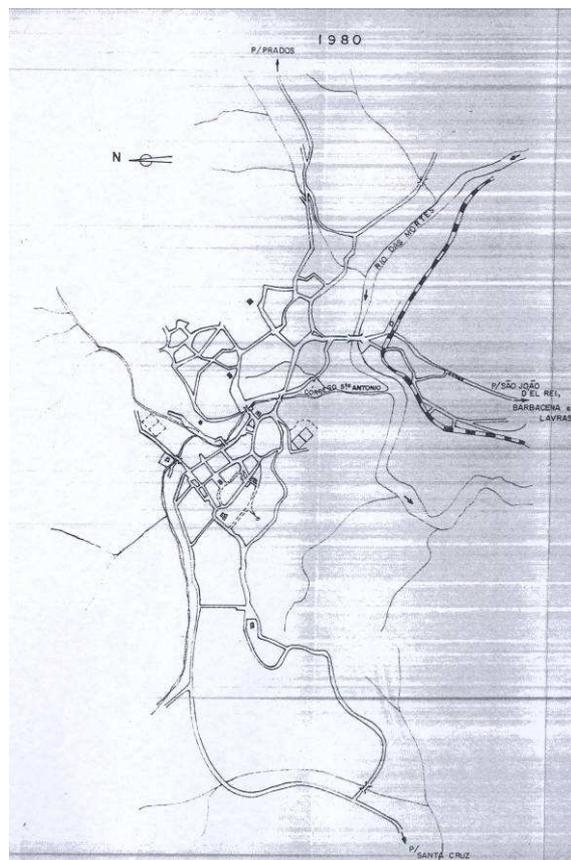
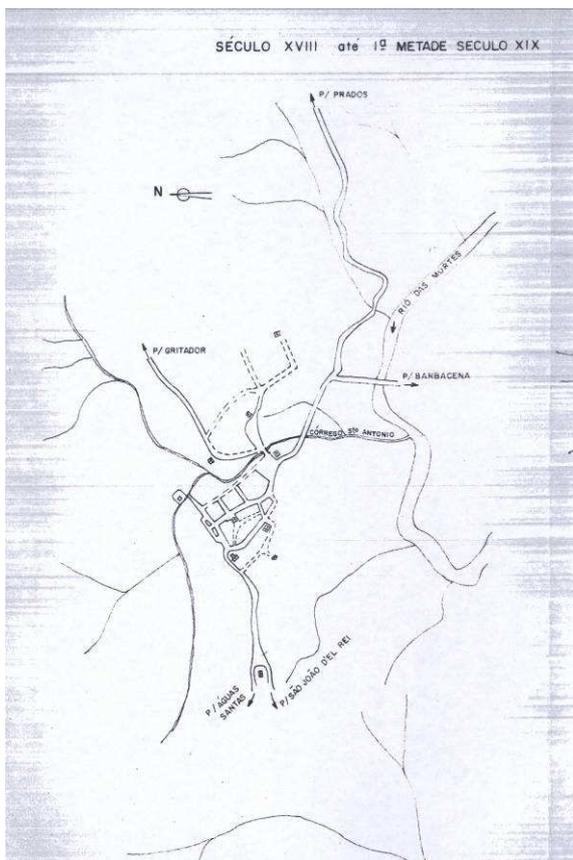


FIGURA 73 – Mapa da malha viária de Tiradentes no século XVIII.

FIGURA 74 – Mapa da malha viária de Tiradentes em 1980.

Fonte: FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. Circuito do ouro – Campos das Vertentes. *Plano de organização espacial e preservação do centro histórico de Tiradentes*. Organização espacial e preservação do centro histórico de Tiradentes. Belo Horizonte: Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral, 1980.

Deve-se ainda recordar que o tombamento da cidade, pelo SPHAN, possibilitou ao órgão federal, salvaguardar esse núcleo histórico, limitando, e portanto direcionando, dentro de sua capacidade e competência, as transformações urbanas da cidade. Porém, informações do relatório de diagnóstico da Fundação João Pinheiro citam o imbricar das intenções de revalorização do espaço urbano patrimonial com o aprimoramento do turismo, para se tentar revitalizar economicamente a cidade.

Há que ressaltar que a presença institucional do IPHAN, através do tombamento, em 1938, do acervo arquitetônico e paisagístico da cidade, e posteriormente do tombamento individual de várias edificações religiosas e civis implicou na maior valorização e divulgação do acervo local, quer como objeto de interesse dos estudiosos, quer como potencial turístico, o que, entretanto, não tem assegurado à cidade, em nível satisfatório, a preservação de sua integridade física, impedindo que ocorram alterações descaracterizadoras do núcleo histórico (JOÃO PINHEIRO, 1980, p. 11).

Assim, o ato de preservação influenciou na decisão dos vetores potenciais para os quais a cidade deveria se direcionar. Em uma década em que a revitalização econômica da cidade ainda era

vista como a solução para o abandono do núcleo histórico, a indústria do turismo se apresentava como uma das soluções para a degradação do ambiente urbano, embora, alguns problemas de ausência de planejamento e leis que regulamentassem sua instalação pudessem ser identificados no início da mesma década de 1980. Nesse sentido, as minutas de leis elaboradas pela Fundação João Pinheiro tentaram suprir essa deficiência, identificada pelo relatório de avaliação e caracterização da cidade que a própria Fundação realizara. Para além desse fator, a Fundação afirma também que o ato de revitalização do núcleo histórico seria, por si, uma ação que criaria postos de trabalho e soergueria financeiramente toda a cidade.

Outra estratégia, de efeitos talvez mais significativos sobre a economia local e que não exclui a primeira, seria a implantação de um programa envolvendo os órgãos estadual e nacional de conservação do patrimônio histórico, no sentido de se processar a restauração simultânea de diversas edificações. Este programa poderia se estender por diversos anos, dando emprego à habitantes locais e assegurando tanto uma dinamização da economia local (pelos empregos gerados e pela conseqüente expansão do turismo face à preservação do conjunto arquitetônico e urbanístico do núcleo), quanto a necessária intervenção para a recuperação do deteriorado patrimônio histórico existente no município (JOÃO PINHEIRO, 1980, p. 24).

No entanto, essa lógica de vinculação dos bens patrimoniais com a economia, priorizando o foco sobre a matéria, não se configura eficiente para efetivar a preservação dos núcleos históricos, como pode ser verificado no segundo capítulo deste estudo. O que também pode ser comprovado ao se observar o desenvolvimento que Tiradentes obteve com a indústria do turismo, alicerçada na imagem recuperada dos imóveis da cidade, a partir da década de 1980, pois, até esse período, a atividade era ainda considerada incipiente. Mas uma questão se torna relevante. A indústria turística pode ser considerada a causa dos movimentos socioculturais de Tiradentes, ou seria conseqüência de uma reestruturação social maior?¹⁰¹

Em entrevista, o técnico do IPHAN Olinto Rodrigues dos Santos Filho afirma que entre a década de 1970 e 1980, o maior desafio em Tiradentes foi recuperar os imóveis particulares do núcleo histórico¹⁰². Porém, durante as décadas subseqüentes, para o profissional, a expansão urbana configura a maior dificuldade para as ações de preservação do IPHAN.

Ó... hoje a gente tem um problema diferente do que tinha a 20... 30 anos atrás... né? Hoje a expansão urbana é que é o grande problema na atualidade. Por quê? O que aconteceu? A cidade foi crescendo, aí foram surgindo novos loteamentos e condomínios etc e tal... e isso foi engolindo de certa maneira o núcleo urbano original, que é muito pequeno... né? São cerca de seiscentas casas, seiscentos imóveis e hoje a gente tem um entorno muito ocupado, principalmente na área da entrada da cidade em relação... ..pela estrada asfaltada né? (apêndice A desta dissertação)

¹⁰¹ Essa pergunta será retomada mais adiante no estudo de Tiradentes.

¹⁰² Ver apêndice A.

Isso trouxe como consequência o adensamento da malha urbana do entorno do núcleo histórico, resultando em uma pressão para a mudança de usos, a fim de criar novos postos de trabalho por meio da atividade turística instalada. Atividade essa que, em um movimento retroalimentador, também motivou a migração de uma nova população carente, que por sua vez, intensificou a expansão urbana.

Essa questão do parcelamento urbano hoje é uma questão muito séria, porque a gente tem propostas de lotes maiores para as áreas mais altas e mais próximas do centro urbano antigo, que possa ter um tratamento paisagístico que amenize as construções na paisagem do entorno, e tem uma legislação municipal com lotes mínimos de 300 metros, que na verdade não é cumprida, porque a prefeitura acaba admitindo divisão de lote de 300 para lote de 200, 150, e isso cria um problema muito grande porque vai criando um adensamento... é... principalmente nas áreas altas né? (SANTOS FILHO, apêndice A desta dissertação)

Esse adensamento populacional ao redor do centro histórico de Tiradentes eliminou uma das características marcantes da paisagem urbana. Muito embora as estruturas arquitetônicas tenham sido recuperadas, o “cinturão verde” que existiu ao redor da área tombada se extinguiu em consequência do avanço dos vários assentamentos do entorno (FIG. 75 e 76).



FIGURA 75 – Foto da vista geral do núcleo urbano, onde se observa o cinturão verde no sopé da cidade. (foto tirada do platô da capela de São Francisco de Paula).

Fonte: arquivo do Instituto Histórico e Geográfico de Tiradentes. Fotografia de 1923.

O que te marcava na paisagem urbana de Tiradentes na década de 80?*

O cinturão verde que se formava em torno da cidade, de seu núcleo histórico, era único. Nenhuma cidade histórica possuía essa característica, que com a expansão urbana foi sendo perdida.

Algo mudou até os dias atuais?*

Como disse anteriormente, o adensamento e a expansão urbana em torno do núcleo... do centro histórico, eliminou essa particularidade do sítio urbano de Tiradentes. (SANTOS FILHO, apêndice A desta dissertação)

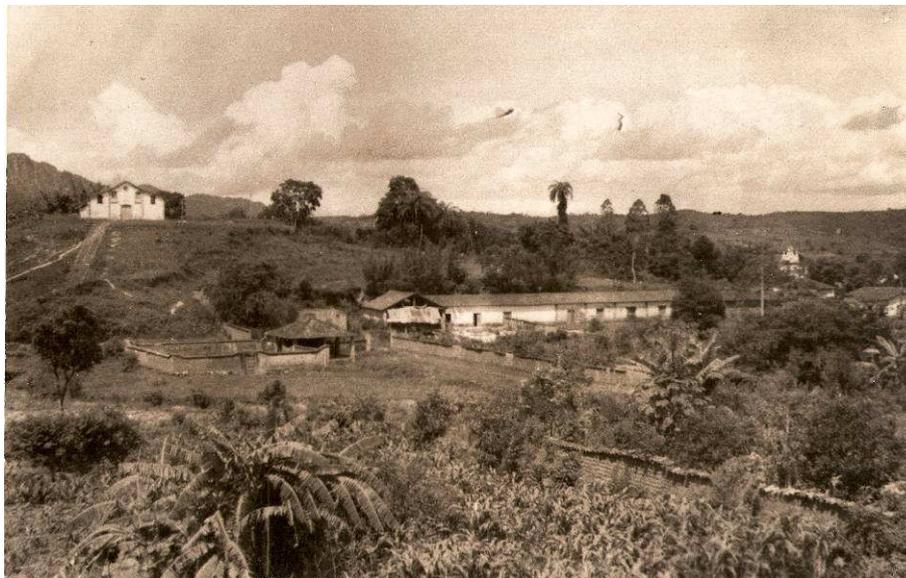


FIGURA 76 – Foto da capela de São Francisco de Paula (acima à esquerda), onde se observa o cinturão verde entre a cidade (local que foi tirada a foto) e o platô em que se edificou a capela.

Fonte: arquivo do Instituto Histórico e Geográfico de Tiradentes. Fotografia do final da década de 1950.

Além disso, existe no núcleo histórico uma constante alteração nos usos da maioria dos casarões. Para satisfazer à demanda turística, eles transformaram-se em lojas, restaurantes, bares ou pousadas, diminuindo sensivelmente a utilização do centro histórico como espaço de habitação e convívio cotidiano (FIG. 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86 e 87). A inexistência do convívio cotidiano resulta em uma não realização do diálogo entre o ser urbano e as estruturas erigidas e organizadas no sítio geográfico, responsável pela constituição e transformação do espaço urbano em memória coletiva (ROSSI, 1985). A simples apropriação turística desse espaço não resulta em vivência ou em algum processo de aculturação, que também se forma como troca mútua, entre dois ou mais grupos sociais que depositam, na maneira de construir, transformar, reformar ou conservar as estruturas físicas da cidade, sua memória no espaço.

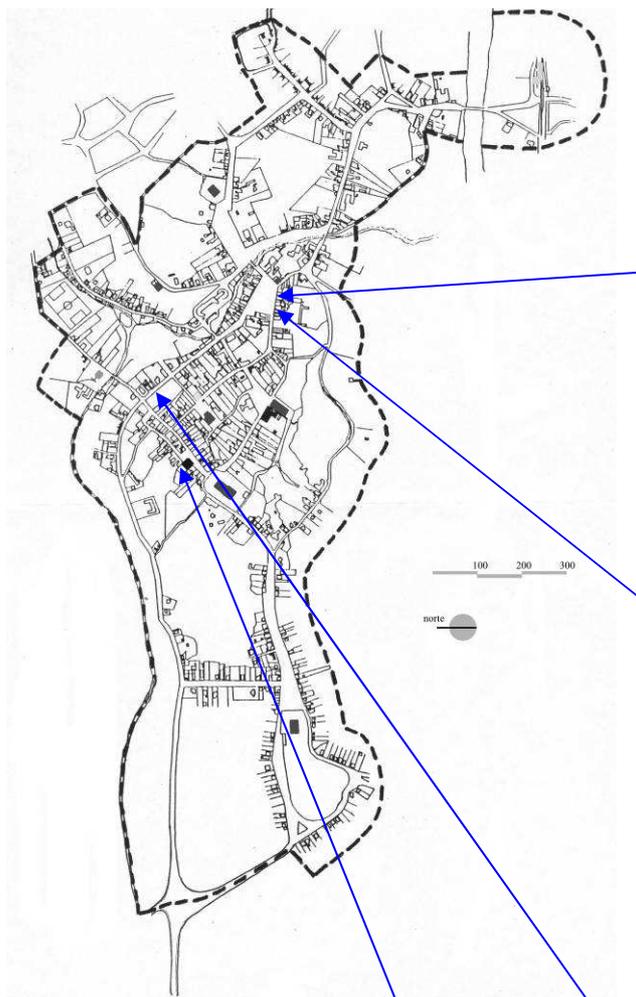


FIGURA 79 – Núcleo histórico tombado pelo SPHAN (IPHAN) em 1938.
Fonte: base cadastral do inventário nacional de bens imóveis do IPHAN; com alteração do autor.



FIGURA 77 – Capela do Bom Jesus no Largo das Forras.
Fonte: Gustavo Zolini (2007).



FIGURA 78 – Monumento a Tiradentes no Largo das Forras.
Fonte: Gustavo Zolini (2007).



FIGURA 80 – Esquina dos quatro cantos – Sobrado dos Ramalhos. (Ao final da rua Direita, no encontro com a rua da Câmara)
Fonte: Gustavo Zolini (2007).



FIGURA 81 – Shopping na R. Ministro Gabriel Passos.
Fonte: Gustavo Zolini (2007).



FIGURA 82 – Capela N. Senhora das Mercês.
Fonte: Gustavo Zolini (2007).



FIGURA 83 – Largo do Sol.
Fonte: Gustavo Zolini (2007).



FIGURA 84 – Capela de São Francisco de Paula.
Fonte: Gustavo Zolini (2007).



FIGURA 85 – Chafariz de São José.
Fonte: Gustavo Zolini (2007).



FIGURA 87 – Rua Direita
Fonte: Gustavo Zolini (2007).

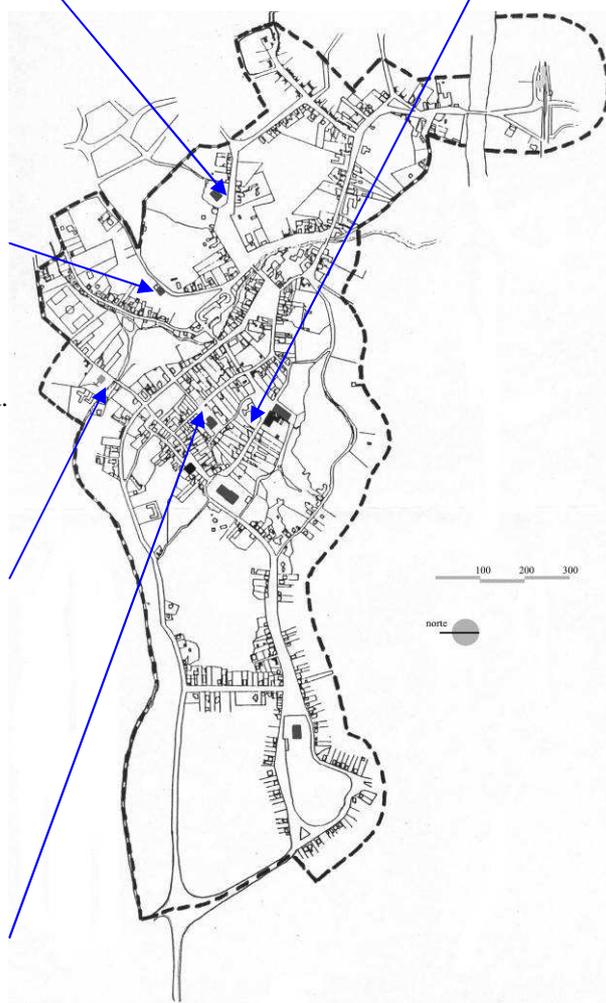


FIGURA 86 – Núcleo histórico tombado pelo SPHAN (IPHAN) em 1938.

Fonte: base cadastral do inventário nacional de bens imóveis do IPHAN; com alteração do autor.

Outro elemento importante é que o esvaziamento do centro histórico, que na década de 1980 estava degradado, continuou, mas com diferentes particularidades. O centro voltara a abrigar moradores, dessa vez originários de grandes centros, com uma faixa de renda muito superior ao nativo tiradentino, e que foram responsáveis pela compra e restauro de muitos casarões históricos (FIG. 88). Além disso, em sua maioria essas pessoas, não fixaram residência na cidade, considerando sua propriedade uma opção para descanso, lazer ou férias.



FIGURA 88– Foto da fachada de um casarão térreo na rua Direita, com publicidade de venda.

Fonte: Gustavo Zolini (2007).

OBS: de acordo com Almeida, este casarão (ao lado do Centro de Memória de Tiradentes) está sendo vendido por R\$ 300.000,00.

Em uma frase, o entrevistado Rogério de Almeida, Coordenador do Centro de Cultura e Patrimônio Municipal de Tiradentes, chega a “apelidar” o centro histórico de “parque temático”, ao tentar sintetizar em um adjetivo o fato do casario não mais pertencer à população tiradentina, e explica, em seu entendimento, qual seria a causa para essa mudança drástica da posse dos casarões.

Olha... a questão é financeira mesmo. A gente mora em um país do capital né? Capitalista né? Uma casa no centro histórico hoje é avaliada em 300 a 400 mil reais. Geralmente os donos dessas residências no centro histórico já são pessoas mais velhas, e que naquela época de 70... década de 60 e 70, tinham 4 filhos, 5 filhos, 3 filhos. Aí o que acontece? Os pais faleceram... um outro irmão não tem condição de comprar a parte dos outros irmãos. Os pais faleceram... como é que nós vamos fazer? (expressão de interrogação) Uma casa de 400 mil reais eu vou comprar... vou dar 300 mil? Eu não tenho esse dinheiro, como os outros irmãos também não têm. Aí põem à venda. (apêndice B desta dissertação)

[...] o centro histórico hoje você pode dizer que é um parque temático. Não é mais da população. A população hoje tá no entorno. Eu mesmo... minha mãe faleceu tem 2 anos, eu tive que vender. Eu e mais minhas 3 irmãs colocamos a casa de minha mãe à venda. Foram 400 mil reais. 100 mil para cada filho, pelo fato de que ninguém tinha condições de comprar a casa do outro... a parte do outro. Não tem jeito... então como é que vai fazer? Vai deixar a casa cair? Tem que vender! Todos têm filhos... eu vou investir esse dinheiro na educação dos meus filhos. Quer dizer, não tem como! Não tem jeito! (apêndice B desta dissertação)

Apesar disso, o entrevistado defende a “qualidade” dos novos moradores que buscam estabelecer vínculos de nova vivência na cidade.

Mas a grande maioria que vem morar aqui é gente bacana... 80 por cento. Quem mora aqui tá a fim de ajudar. Eu volto a repetir... de repente os eventos é que estão sendo feitos para turista. Que é o público que vem e vai embora. Que é o turista, não é o viajante. Aí a gente tá perdendo nossa identidade aí. (apêndice B desta dissertação)

Assim, o núcleo recebeu, entre a década de 1980 até os dias atuais, modificações em seu corpo social e físico, manifestadas em sua paisagem cultural, que podem ser analisadas sob a ótica de uma possível gentrificação, a fim de identificar aspectos que confirmem a existência dessa transformação urbana contemporânea no sítio histórico de Tiradentes.

5.3 A paisagem cultural e aspectos de gentrificação

A cidade de Tiradentes possui como elemento principal de sua paisagem cultural, inexoravelmente, as estruturas físicas dos séculos XVIII e XIX, tombadas pelo SPHAN (atual IPHAN) em 1938. No entanto, os valores suscitados por esse espaço, denominado núcleo histórico, se diferenciam à medida que o observador compõe ou não uma formação prévia de cosmogonia da cidade. Nesse sentido, podemos identificar duas forças atuantes na cidade, que obedecem respectivamente a uma razão global, que desterritorializa o lugar, e a uma razão local, responsável pelo cotidiano que cria e fomenta noções que territorializam o cidadão (SANTOS, 1997). Segundo Santos Filho, em entrevista, hoje a identidade de Tiradentes pode ser considerada dual:

[...] Olha hoje... ser tiradentino é um pouco complicado né? Você tem em Tiradentes hoje... continua sendo uma cidade provinciana, pequena, interiorana e, ao mesmo tempo, uma cidade cosmopolita né? Então você tem duas coisas conflitantes. Ao mesmo tempo que você está numa cidade bastante pequena e provinciana, você tem uma ligação com o mundo né? A gente aqui tem contato com gente de todos os lugares, e culturas, e níveis sociais, e além disto, a gente tem várias manifestações... é... vários eventos né? Que acontecem aqui, como concertos

de grandes pianistas, organistas, grandes músicos, festival de cinema, com as novidades do cinema nacional, e várias outras coisas... cozinha internacional, com chefs de vários lugares. Então a gente fica no meio né? Com um pé na província e um pé no mundo, talvez seja isso![...] (apêndice A desta dissertação)

Ao se admitir uma identidade dual, revela-se, portanto, que limites claros determinam o posicionamento social das duas classes que hoje ocupam o distrito sede de Tiradentes. Se uma cidade constrói sua identidade por um contínuo encontro e reencontro, diálogo e disputas entre os vários atores que a fruem e estruturam sua *pólis*, a sua memória se consolida a partir de um parcial esquecimento, ou melhor, do retrabalhar constante das imagens e fatos históricos por meio de um entendimento que se prolonga após o acontecimento ocorrido.

Não é mais estimulante, para compreender o jogo da memória e do imaginário, falar em “après-coup”¹⁰³? Esse conceito psicanalítico, ao mesmo tempo simples e bárbaro, mostra claramente como o trabalho da memória não se faz necessariamente segundo uma lógica obsessiva do luto. Os traços mnésicos são indefinidamente remanejados, transformados em função de experiências novas e atuais. Eles podem também adquirir um sentido novo e instaurar possibilidades de reorganização da interpretação (JEUDY, 1990, p. 141).¹⁰³

No entanto, experiências novas são frutos da relação dialética entre os vários indivíduos fruidores da cidade. Em Tiradentes, esses dois grupos sociais, não fazem parte desse processo de remanejamento ou diálogo, que se identifica como aculturação. Ambos são antagonistas, a ponto de erigirem de maneira racional, nomenclaturas imbuídas de conceitos, que socialmente são reconhecidas para a definição desses grupos ali presentes. Na entrevista de Almeida encontra-se a seguinte informação:

Como você analisa a integração de alguns novos moradores, a partir da década de 80 e 90, com os moradores locais?

Como tudo na vida tem seu lado bom e seu lado ruim. Os ETs né? Vamos deixar claro aqui. Os ETs são os “extra tiradentinos”, os “minhocas” são os da terra. Então... geralmente os minhocas são empregados dos ETs, certo? Mas assim como tem muito ET babaca, tem ET muito bacana. Como tem muito minhoca babaca, tem muito minhoca bacana. Então assim... os ETs vieram, os extra tiradentinos, ocuparam as casas do centro histórico. Mas a grande maioria se preocupa com a cidade. Eu acho que às vezes eles se preocupam até mais que os próprios moradores da cidade. A verdade é essa. (apêndice B desta dissertação)

Na cidade, o diálogo pode ser visto como unilateral, em que a realidade financeira da forte desvalorização, a partir da década de 1980, do espaço tombado, possibilitou oportunidade para apropriação massiva desse centro histórico por novos moradores, muitas vezes

¹⁰³ Segundo nota do autor, o termo “après-coup” refere-se a “[...] ...um conceito relativo ao remanejamento das memórias por meio de novas experiências que lhe conferem um caráter diverso – um novo sentido, uma nova ação sobre o psiquismo.” (JEUDY, 1990, p. 141).

reconhecidos pelo pseudônimo de ETs. Estes por sua vez, oriundos de grandes centros, onde esse patrimônio transformou-se em um local repleto de valores estéticos e econômicos latentes.

Assim, na década de 1980, pode ser observado um movimento que se assemelha à primeira onda, que Smith classifica como parte de uma gentrificação clássica, em que pioneiros interessados em construir uma vida alternativa se aventuram ao adquirir imóveis desvalorizados a fim de revitalizá-los para sua moradia. Em alguns trechos de entrevista, Almeida consegue, empiricamente, selecionar indivíduos da sociedade tiradentina, de convívio constante no município, que de certa maneira se enquadram nesse perfil de pioneiros.

Mas uma coisa eu te digo, tem muito... tem muito ET que ajuda o município. Por exemplo, o Centro Cultural Yves Alves hoje é administrado por uma pessoa de fora e que há dez anos, tá segurando a onda daquele Centro Cultural. E às vezes tirando dinheiro do seu próprio bolso. No Instituto Cultural Biblioteca do Ó, a diretora-executiva é uma artista plástica que há 25 anos mora em Tiradentes. E que há 25 anos faz oficina para criança. Yves Gomes Ferreira Alves, que é um ET... e se Tiradentes hoje está conhecida internacionalmente... agradeça a ele. Então, tem essa coisa. (apêndice B desta dissertação)

Dessa maneira, identifica-se o desencadear inicial de uma transformação social na cidade, a partir da década supracitada, que poderia se configurar em uma transformação urbana gentrificadora. Esse pioneiro não só desbrava esse novo espaço urbano a ser reapropriado, como difunde o *modus vivendi* de Tiradentes nos grandes centros, no decorrer de suas relações sociais com seus pares, que compartilham do mesmo *status* socioeconômico. De certa maneira, mesmo que não intencionalmente, o pioneiro, em sua busca por um novo nicho cultural, é elemento chave para trazer à tona elementos para a formação da segunda onda da gentrificação, que é a identificação e o explicitar para o mercado imobiliário de uma situação de *rent gap*. Esses fatores encontram-se na recente história de Tiradentes, com uma particularidade. Pode-se afirmar que a chamada segunda onda ocorre concomitantemente à terceira onda de gentrificação.

Ainda na década de 1980, alguns investimentos pontuais para a recuperação de imóveis históricos públicos tombados alimentaram a revalorização turística da cidade. Nesse propósito, identifica-se a especial participação da Fundação Rodrigo Mello Franco de

Andrade (MEMÓRIA, 2006), que foi pioneira em suas ações na cidade, ao restaurar a Câmara Municipal, a antiga cadeia e a casa do padre Toledo¹⁰⁴ (FIG. 89).



FIGURA 89 – Largo do Sol, capela de São João Evangelista e a casa do Pe. Toledo, onde atualmente se localiza o Museu Padre Toledo.

Fonte: arquivo do Instituto Histórico e Geográfico de Tiradentes. Fotografia de 1979.

Por sua vez, essa revalorização do espaço patrimonial tombado favoreceu a compra dos casarões que participam da mesma paisagem urbana, por novos moradores com maior poder aquisitivo, que buscavam em uma segunda ou terceira moradia, uma alternativa a aplicações financeiras. Isto é, a presença de pessoas que queriam um investimento imobiliário seguro já se apresentava no cenário tiradentino. Além dessa mudança dos moradores e investidores do centro histórico de Tiradentes, o uso de muitos edifícios foi sendo alterado para satisfazer a demanda crescente de uma população cada vez mais exigente e refinada. O que pode ser verificado nas fotografias registradas, em sua maioria, entre o ano de 1979 (relatório da Fundação João Pinheiro) e o ano de 2007¹⁰⁵.

¹⁰⁴ Tombada pelo processo n° 431-T; insc. 295 do livro histórico, fl. 50; na data 05-08-1952. O "Museu Padre Toledo", como é conhecido atualmente, só se constituiu após a completa restauração do imóvel, promovida por convênio firmado entre a Fundação, a FIAT e o IEPHA/MG nos anos de 1981 e 1982. Possui acervo composto de mobiliário, escultura e pintura, recolhido no Museu da Inconfidência, Museu Regional de São João del Rei, Casa da Baronesa, além de peças doadas.

¹⁰⁵ Algumas figuras são fotografias anteriores a 1979, mas exemplificam mudanças anteriores que contribuíram para conformar a atual paisagem urbana de Tiradentes.



FIGURA 90 – Rua Direita em direção à rua da Câmara.
Fonte: arquivo do Instituto Histórico e Geográfico de Tiradentes. Fotografia de 1979.



FIGURA 91 – Rua Direita em direção à rua da Câmara.
Fonte: Gustavo Zolini (2007).

Observa-se que na figura 90, no ano de 1979, a rua Direita era constituída por casario em estado de conservação bom a precário, cujo o uso era voltado para habitação das famílias residentes na cidade. Existia também, nesta data, posteamento em concreto, responsável pela iluminação pública e distribuição da energia elétrica no centro histórico. Um casarão apresenta pinturas de brasões e símbolos de instituições em sua fachada. Em 2007, todo casario encontra-se em ótimo estado de conservação, mas o uso da maioria é voltado para o comércio (FIG. 91). Na faixa lindeira esquerda, no trecho da rua apresentado, três casarões são lojas de artesanato ou artefatos para turistas. Do lado direito, dois casarões são lojas, um está à venda e o último é o Sobrado dos Ramalhos, onde está instalado o Centro de Memória de Tiradentes. Além disso, o posteamento de concreto não existe, sendo toda a rede de fiação, para distribuição de energia elétrica e cabeamentos telefônicos, subterrânea. Segundo depoimento de Santos Filho, a retirada dos postes ocorreu no ano de 1984, configurando assim um marco de mudança de ações pontuais para ações de intervenção ampla de revitalização de todo espaço urbano tombado.



FIGURA 92 – Rua Direita em direção ao Largo das Forras.
Fonte: arquivo do Instituto Histórico e Geográfico de Tiradentes. Fotografia de 1979.



FIGURA 93 – Rua Direita em direção ao Largo das Forras.
Fonte: Gustavo Zolini (2007).



FIGURA 94 – Rua Direita em direção ao Largo das Forras. (vista noturna)
Fonte: Gustavo Zolini (2007).

Na figura 92, em 1979, identifica-se outro trecho da rua Direita, ladeada por casario em estado de conservação bom a precário, cujo uso era voltado para habitação. Confirma-se também a existência de posteamento em concreto. Em 2007, todo casario encontra-se em ótimo estado de conservação e, embora o uso seja em sua maioria habitacional, a maior parte dos proprietários não tem residência fixa na cidade (FIG. 93 e 94). Observa-se também um passeio em ótimo estado de conservação, e um dos casarões transformado no Centro Cultural Yves Alves. Verifica-se ainda o uso de arandelas em substituição aos postes de iluminação pública.



FIGURA 95 – Vista da Matriz a partir do início da rua da Câmara em 1942.
Fonte: arquivo do Instituto Histórico e Geográfico de Tiradentes. Fotografia de 1942.



FIGURA 96 – Vista da Matriz a partir do início da rua da Câmara.
Fonte: Gustavo Zolini (2007).



FIGURA 97 – Vista da Matriz a partir do início da rua da Câmara. (vista noturna)
Fonte: Gustavo Zolini (2007).

Em 1942 (FIG. 95), observa-se a rua da Câmara, com o piso original em pé-de-moleque. Atualmente este piso só é encontrado nas bordas das vias¹⁰⁶. Ao fundo, avista-se uma torre sineira da Matriz de Santo Antônio e, em primeiro plano, casas em adobe, com o revestimento deteriorado, porém com sua estrutura portante apresentando bom estado. Em 2007, todos os casarões encontram-se em ótimo estado de conservação, mas muitos tiveram seu uso alterado para o comércio. Verifica-se também na imagem noturna uma iluminação cênica, na fachada da igreja, que tem como objetivo, valorizar o patrimônio arquitetônico monumental (FIG. 96 e 97).



FIGURA 98 – Vista do Chafariz.

Fonte: arquivo do Instituto Histórico e Geográfico de Tiradentes. Fotografia de 1980.

¹⁰⁶ De acordo com informações de Santos Filho, o piso fora trocado em meados da década de 1970.



FIGURA 99 – Vista do Chafariz.
Fonte: Gustavo Zolini (2007).

Em 1980 (FIG. 98), visualiza-se o Chafariz sem elementos paisagísticos em seu entorno. Além disso, poucas construções são observadas ao seu redor, pois este se situa no local onde existia um “cinturão verde” que circundava o centro histórico. Na figura 99, no ano de 2007, pode-se identificar jardins projetados, e um entorno trabalhado com espécies arbustivas, bancos “pretensamente” rústicos, e árvores de grande porte, onde turistas podem descansar e se apropriar do espaço de visitação.



FIGURA 100 – Vista da Matriz a partir do Chafariz.
Fonte: arquivo do Instituto Histórico e Geográfico de Tiradentes. Fotografia na década de 1960.



FIGURA 101 – Vista da Matriz a partir do Chafariz.
Fonte: Gustavo Zolini (2007).

Na década de 1960, observa-se o Chafariz e o seu entorno sendo objeto de apropriação para o lazer dos tiradentinos e, em segundo plano, a mata que se interpunha entre ele e a cidade. Ao fundo, vê-se a Igreja Matriz, que sustenta forte relação visual com o espaço do Chafariz (FIG. 100). Em 2007, as árvores dos jardins romperam o eixo visual do Chafariz com a Igreja Matriz, que valorizava ambas estruturas de uso público, constituintes da memória coletiva da cidade. Além disso, algumas edificações estão construídas no espaço anteriormente ocupado pela área da mata. Essas residências e pousadas apresentam estilo colonial, o que configura um “falso histórico” (FIG. 101).



FIGURA 102 – Rua Ministro Gabriel Passos.
Fonte: arquivo do Instituto Histórico e Geográfico de Tiradentes. Fotografia de 1979.



FIGURA 103 – Rua Ministro Gabriel Passos.
Fonte: arquivo do Instituto Histórico e Geográfico de Tiradentes. Fotografia de 1979.



FIGURA 104 – Rua Ministro Gabriel Passos.
Fonte: Gustavo Zolini (2007).



FIGURA 105 – Mini shopping na rua Ministro Gabriel Passos.
Fonte: Gustavo Zolini (2007).

Em 1979, a rua Ministro Gabriel Passos apresenta terrenos vagos e moradias que arquitetonicamente não seguem um estilo colonial. Seu piso era constituído por pedras misturadas com chão batido e não havia calçada (FIG. 102 e 103). No encontro com o Largo das Forras, identifica-se um posto de gasolina, que era o principal estabelecimento comercial

da rua. No ano de 2007, a atividade principal encontrada na rua são os estabelecimentos comerciais voltados para o turista. Algumas casas foram adaptadas e transformaram-se em pequenas lojas, bares, agências bancárias e restaurantes. Outros estabelecimentos foram construídos seguindo o estilo colonial predominante no núcleo histórico, configurando “falso histórico”. O piso da rua constitui-se por pedras laminares de porte médio, com corte irregular (FIG. 104 e 105).

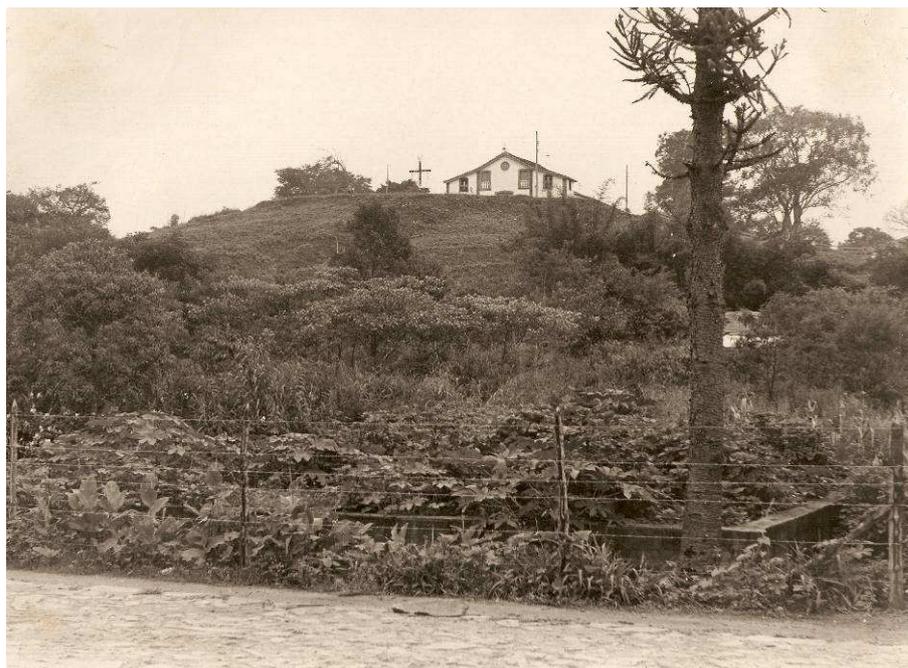


FIGURA 106 – Vista da Capela de São Francisco de Paula a partir da rua Ministro Gabriel Passos. Fonte: arquivo do Instituto Histórico e Geográfico de Tiradentes. Fotografia de 1979.



FIGURA 107 – Vista da Capela de São Francisco de Paula a partir do Largo do Sol. Fonte: Gustavo Zolini (2007).

Na figura 106, no ano de 1979, a capela se encontra isolada, sendo uma das construções históricas distante do núcleo urbano de Tiradentes. No ano de 2007, a mesma capela é circundada pela cidade, pelo seu flanco direito, na continuação do caminho do Chafariz, no sopé da colina, embora mantenha à sua frente a encosta desocupada (imagem que a fotografia não apresenta) (FIG. 107). A capela encontra-se bem conservada, e é na atualidade um dos principais pontos turísticos de Tiradentes. Principalmente após a sua “participação” na cena em que a personagem Hilda Furacão seduz um seminarista, na minissérie homônima, veiculada na Rede Globo e que é lembrada pelos condutores de charretes, ao ser usada como “certificado” de interesse para o adro da capela.



FIGURA 108 – Igreja Nossa Senhora do Rosário dos Pretos. Foto tirada de dentro da cadeia.
Fonte: arquivo do Instituto Histórico e Geográfico de Tiradentes. Fotografia de 1979.



FIGURA 109 – Igreja Nossa Senhora do Rosário dos Pretos. Foto tirada do lado da cadeia (atual Museu de Arte Sacra)

Fonte: Gustavo Zolini (2007).

Em 1979, a Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos possuía um adro sem arborização e com um caminhamento estreito até a sua entrada. Na lateral do adro, observa-se uma pequena via que dá acesso a um beco que leva até o Largo do Sol (FIG. 108). Em 2007, a mesma igreja possui seu adro arborizado com pequenos bancos e um caminhamento até sua entrada mais amplo. As árvores impedem uma visão, ao longe, de toda a fachada da igreja e de seus sinos (FIG. 109). A pequena via ainda existe, mas por causa do paisagismo, tornou-se quase imperceptível aos transeuntes da rua Direita. Outra informação importante é que nesse beco encontram-se algumas construções e reformas recentes, possivelmente fruto do desmembramento de lotes maiores, com fachada em estilo colonial, e que configuram também um “falso histórico”.



FIGURA 110 – Largo das Mercês.

Fonte: arquivo do Instituto Histórico e Geográfico de Tiradentes. Fotografia de 1979.



FIGURA 111 – Largo das Mercês.

Fonte: Gustavo Zolini (2007).

A figura 110 mostra o Largo das Mercês no ano de 1979. O Largo não possuía calçamento e a circulação de veículos era feita sobre terra batida. Além dos caminamentos de terra, formados pelo uso contínuo dos trajetos, a cobertura vegetal de grama e algumas poucas árvores compunham a paisagem urbana, que tinha como elemento principal a Capela de Nossa Senhora das Mercês ao fundo. Em 2007, o Largo encontra-se urbanizado, com calçadas e o mesmo piso colocado na cidade, em meados da década de 1970, em substituição ao piso de terra batida, e que no centro histórico substituiu a maior parte do pé-de-moleque (FIG. 111).

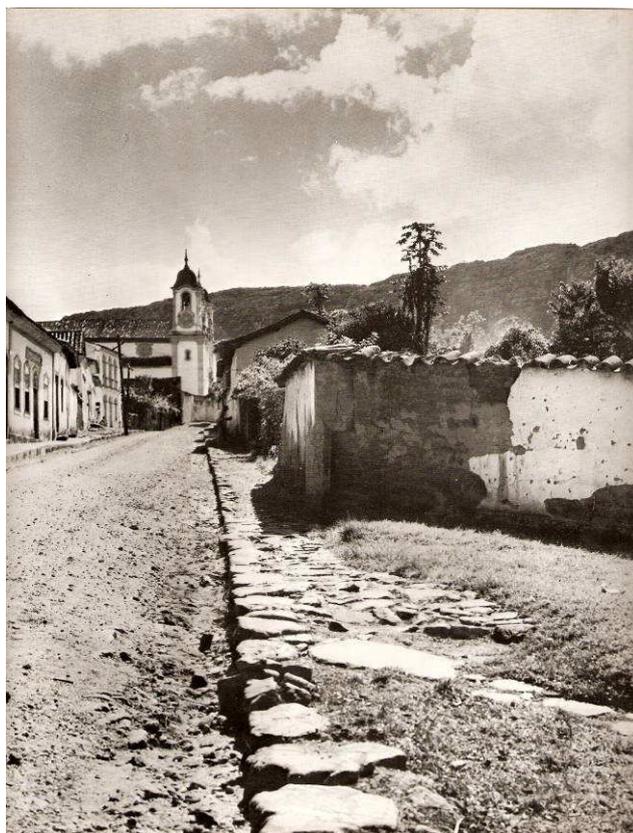


FIGURA 112 – Rua Padre Toledo.

Fonte: arquivo do Instituto Histórico e Geográfico de Tiradentes. Fotografia de 1950.



FIGURA 113 – Rua Padre Toledo.
Fonte: Gustavo Zolini (2007).

No ano de 1950, a rua Pe. Toledo era constituída em sua maior parte por casarões de famílias tradicionais da cidade, que apresentavam bom estado de conservação (FIG. 112). A caixa viária era pavimentada com pé-de-moleque, embora na fotografia as pedras estejam cobertas por terra. Em 2007, o casario encontra-se em excelente estado de conservação, mas alguns se transformaram em estabelecimentos comerciais para atendimento dos turistas (FIG. 113). Algumas casas, de acordo com depoimentos, são propriedades de moradores “temporários”¹⁰⁷

¹⁰⁷ Termo usado por opção, para designar o morador que só se encontra em Tiradentes nos finais de semana prolongados.

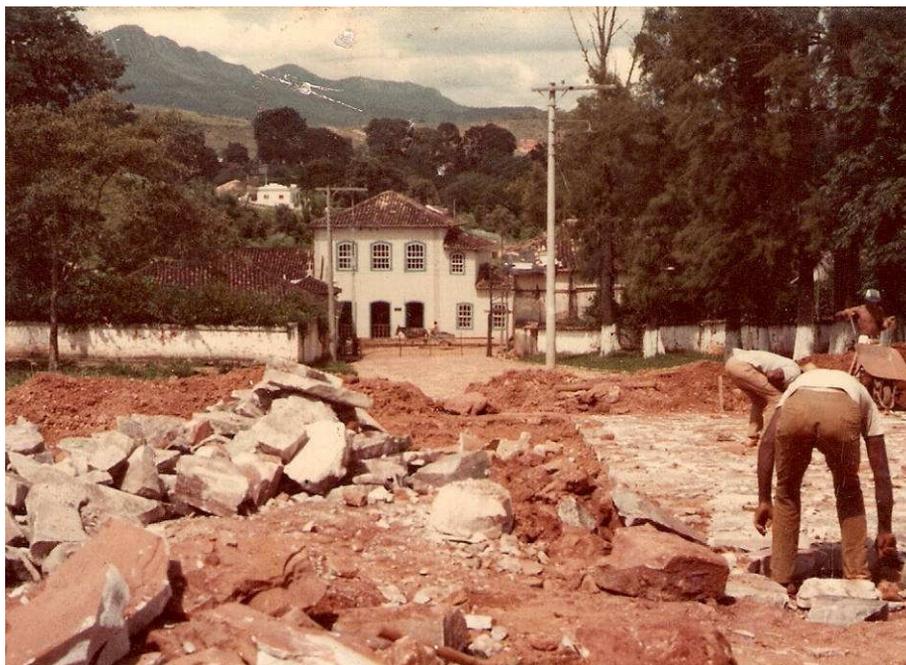


FIGURA 114 – Largo do Sol.

Fonte: arquivo do Instituto Histórico e Geográfico de Tiradentes. Fotografia de 1984.



FIGURA 115 – Largo do Sol.

Fonte: Gustavo Zolini (2007).

No ano de 1984, o Largo do Sol, que se localiza à frente do Museu Padre Toledo e da Capela de São João Evangelista, teve sua praça (FIG. 89) retirada e voltou ao desenho original do Largo (FIG. 114). No mesmo ano, ainda se verificava a presença de postes de concreto que seriam retirados. Na figura 115, no ano de 2007, o Largo se apresenta sem postes e com o piso

em um mesmo nível. Em seu prolongamento (trecho que liga-se à rua Direita) encontram-se alguns estabelecimentos comerciais.



FIGURA 116 – Procissão na Capela da Santíssima Trindade.
Fonte: arquivo do Instituto Histórico e Geográfico de Tiradentes. Fotografia de 1937.



FIGURA 117 – Capela da Santíssima Trindade.
Fonte: Gustavo Zolini (2007).



FIGURA 118 – Casas no entorno da Capela da Santíssima Trindade.
Fonte: Gustavo Zolini (2007).

Em 1937, a Capela da Santíssima Trindade era isolada na paisagem urbana, e o largo a sua frente não possuía pavimentação, nem infra-estrutura de energia ou telefone (FIG. 116). Em 2007, a capela apresenta um largo pavimentado com a mesma pedra que substituíra, na década de 1970, o piso de pé-de-moleque do núcleo histórico. O largo encontra-se ladeado por pequenas casas sem recuos frontais, e que possuem à frente calçadas estreitas. A iluminação pública e a rede de telefonia é sustentada por postes de concreto. Também se observa a tendência em edificar fachadas com a aparência de casas do século XVIII, configurando “falso histórico” (FIG. 117 e 118).



FIGURA 119 – Vista do Largo das Forras a partir da rua Resende Costa. (ao fundo a Capela do Bom Jesus)
Fonte: arquivo do Instituto Histórico e Geográfico de Tiradentes. Fotografia da década de 1950.



FIGURA 120 – Vista do Largo das Forras e da rua Resende Costa. (ao fundo o início da rua Direita)
Fonte: Gustavo Zolini (2007).

Em 1950, na figura 119, verifica-se que no Largo das Furras e na rua Resende Costa o piso era feito em pé-de-moleque (na fotografia ele está coberto por terra), e os postes com fiação elétrica ainda estavam presentes. A arborização do Largo era recente e se apresentava de pequeno a médio porte. Ao fundo, identifica-se a Capela do Bom Jesus, e à frente do Largo, casarões de moradores da cidade. No ano de 2007, a rua e o Largo têm o piso formado por pedras laminares, irregulares, de dimensão média. A arborização se encontra em estágio desenvolvido, com copas bem formadas. Também as atividades comerciais e de apoio ao turista são intensas no entorno do Largo. Nesse trecho observa-se a alteração do uso de alguns casarões, que se transformaram em pousadas e postos bancários (FIG. 120).



FIGURA 121 – Igreja Matriz de Santo Antônio.

Fonte: arquivo do Instituto Histórico e Geográfico de Tiradentes. Fotografia de 1950.



FIGURA 122 – Igreja Matriz de Santo Antônio.
Fonte: Gustavo Zolini (2007).

No ano de 1950, a Igreja Matriz de Santo Antônio apresentava uma pintura desgastada. A rua à sua frente ainda possuía pavimentação em pé-de-moleque e postes de madeira. Observa-se em seu adro o uso e circulação cotidianas de moradores da cidade (FIG. 121). Em 2007, a mesma igreja mostra-se toda pintada, com a rua frontal apresentando um piso de pedras laminares e irregulares, com a subtração dos postes em favor de uma fiação subterrânea. Em frente à escadaria, encontram-se algumas charretes, que levam turistas para conhecer o patrimônio histórico. Esses turistas podem ser vistos no adro da igreja, ouvindo explicações dos condutores de charretes sobre a construção da Igreja Matriz e a cidade de Tiradentes (FIG. 122).

Além das alterações do espaço urbano, inclinadas à construção de uma cidade histórica que não existiu, em um sentido próximo ao restauro estilístico de Viollet le Duc¹⁰⁸, a população, ou melhor, o público encontrado em Tiradentes mostra-se cada vez mais interessado em uma linha de produtos internacionais. Esse público alimenta um anseio de consumo que pode ser referenciado em importantes festas incorporadas ao calendário da cidade como: o Festival Internacional de Cultura e Gastronomia (desde 1998, no mês de agosto) ou a Mostra de Cinema de Tiradentes (desde 1998, na 2ª quinzena de janeiro).

¹⁰⁸ Viollet le Duc defendia que uma obra arquitetônica patrimonial deveria ser restituída em seu estilo de maneira tão completa e perfeita, como jamais um dia existira. Levando ao extremo as noções teóricas do estilo arquitetônico analisado na região, em detrimento das particularidades, encaradas por ele como defeitos da obra, e não qualidade de expressão local e pontual.

Em uma pesquisa quantitativa, voltada para a análise do Festival Internacional de Cultura e Gastronomia de Tiradentes¹⁰⁹, encontrada em uma monografia de conclusão do curso de Turismo da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais - PUC-MG¹¹⁰, observa-se o seguinte resultado. Cerca de 41% dos frequentadores do festival de gastronomia são da cidade de Belo Horizonte; 11% são do Rio de Janeiro e 4% da cidade de São Paulo, isto é, por volta de 56% das pessoas são oriundas de grandes centros¹¹¹. Além disso, 27% são de outras cidades do interior de Minas Gerais; 13% do interior do Rio de Janeiro e São Paulo. Esse resultado possibilita vincular o atual fomento cultural das promoções turísticas em Tiradentes ao fortalecimento unilateral da razão global, desprezando a razão local. Santos (1997) revela ser necessária a interação entre elas para a formação de uma identidade. No entanto, essa interação não acontece na realização destes eventos turísticos.

Observa-se que a participação do tiradentino no evento de gastronomia, como degustador do festival, é pequena, a ponto de ser associada, na estatística, ao grupo denominado “cidades do interior de Minas Gerais”. Tal evento é voltado para um público socialmente “sofisticado”, de acordo com a própria publicidade que o divulga. Atualmente, esse participante se encontra prioritariamente em Belo Horizonte e Rio de Janeiro, mas o festival não determina limites geográficos. Quanto maior for a distância alcançada pelo seu poder de atração, melhor será para os organizadores. Em recente reportagem, encontra-se o seguinte texto:

“É um espaço democrático”, garante Ralph Justino, idealizador do evento. “O evento foi pensado, desde o início para ser sofisticado, trazendo a alta gastronomia para mais perto da gente. Os festins, que são os jantares preparados por grandes chefs nacionais e internacionais, são realmente para um público interessado em gastronomia que investe nisso e para turistas, já que, há dez anos, quando pensamos o evento, Tiradentes não tinha tanta visibilidade e estava precisando de movimento”, afirma Justino. “Mas a cidade está envolvida como um todo no festival. Existe uma programação gratuita que envolve cursos, degustações, atrações culturais desde nossa primeira edição”, explica (O TEMPO, 2007, p. C18).

Apesar da tentativa de envolver a população tiradentina, torna-se evidente o caráter dual no relacionamento com o público. A cidade realmente está envolvida como um todo no evento, porém em seu aspecto comercial:

Este ano, o destaque fica por conta da programação cultural e da maior interatividade com as pousadas e restaurantes de Tiradentes. “O Festival de Gastronomia acabou moldando-se ao perfil da cidade – hoje não se fala de um sem

¹⁰⁹ Também conhecido por *Fest Gourmet*.

¹¹⁰ FRANCO, Isabela Braga. *A base psicográfica na segmentação de mercado: uma estratégia do marketing turístico*. Belo Horizonte: 2004.

¹¹¹ Ainda foi estimado que 2% dos frequentadores são do exterior, e 2% de outros estados; considerando-se que este percentual provavelmente origina-se de grandes pólos de interesse gastronômico, existe a possibilidade de que a presença de frequentadores originários das metrópoles seja na verdade próximo de 60%.

a referência ao outro – e foi responsável pelo poderoso crescimento das pousadas, restaurantes e lojas, ajudando a criar um modelo de turismo sofisticado para Tiradentes”, afirma o idealizador do evento, Ralph Justino (O TEMPO, Encarte especial, 2007, p. 3).

Esse modelo de empreendimento turístico, com seus festivais, deve ser entendido como um reflexo da condição atrativa que a cidade exerce, por sua arquitetura e estrutura física preservada, em um determinado grupo social das grandes cidades. Esses festivais, onde o cidadão tiradentino não se reconhece, fortalecem a condição de espaço elitizado, por meio de uma reestruturação das relações simbólicas de festas e valores imateriais que esse novo grupo de indivíduos necessita para ratificar uma identidade pré-concebida, mesmo sendo a cidade uma moradia momentânea. Nesse sentido, o turismo (re)alimenta a gentrificação da área histórica, mas não é a causa desse fato. Ele é, então, uma consequência da produção imaterial no processo de reentendimento do espaço tiradentino, por parte dos novos moradores que nele se inserem, manifestando, inclusive, a negação do diálogo com os nativos. Seria como uma festa contemporânea, onde o novo tiradentino se espelha, em substituição às festas folclóricas tradicionais, fruídas pelos nativos e pioneiros. Isso reforça a condição dual da cidade, onde o novo grupo social transforma o espaço em prol de uma concepção prévia de vivência, reconhecida pelos mesmos como engajada às novas tendências¹¹² internacionais.

Outra informação importante, constatada pela pesquisa quantitativa do *Fest Gourmet*, é que 60% do público freqüentador, incluem-se na faixa etária de 36 a 60 anos de idade, enquanto apenas 29% situam-se entre 22 e 35 anos, que é a faixa etária característica dos clássicos atores gentrificadores. Soma-se a isso a observação de que a maioria das pessoas que se apropriaram do centro histórico pertencem a uma faixa etária superior à de jovens *yuppies*. Além disso, 59% dos freqüentadores são casados e apenas 32% são solteiros. Sendo que 62% possuem filhos, o que demonstra um perfil social estável. De acordo com Almeida, ao ser perguntado sobre a diferença dos turistas sazonais para os não-nativos que se mudaram para a cidade, o entrevistado fornece a seguinte resposta:

Dá. Dá... Dá para distinguir sim. Mas esses que vem eventualmente, é porque ainda estão trabalhando. Quando aposentar vem morar em definitivo. Te dou um exemplo claro agora. O vice-presidente da Abril, depois foi conselheiro... foi consultor da radiobrás, aposentou... ele vinha aqui dessa forma, eventualmente. Vinha, ficava 15 dias no feriadão, que a gente fala né? Semana Santa, Carnaval... Aposentou, hoje está todos os dias aí! Ajudou a fazer um jornalzinho na escola, para os meninos... quer dizer. Então... vem morar aqui depois. Quando se aposentam vem morar aqui... todos eles. (apêndice B desta dissertação)

¹¹² leia-se modismo

Dessa maneira, descarta-se um modelo clássico de gentrificadores na cidade, pois a idade destes supostos agentes e seu estado civil, aproximam-se mais à faixa etária e perfil das famílias que impulsionam o *upgrading* (CRIEKINGEM, 2006). Porém, essas pessoas não são parte de movimentos populacionais dentro de um mesmo corpo socioeconômico da cidade, que buscam se reposicionar em uma sociedade da qual são parte integrante. Existe a importação de valores e elementos exógenos a uma pequena cidade que são provocadores de estranhezas e instabilidades de relacionamento.

Agora o pessoal de fora também, implica muito com o povo daqui. É... essa questão da identidade... você quer fazer uma festa, o povo de fora manda baixar o som, porque fala que está incomodando. E ao mesmo tempo, o pessoal daqui também tem que entender o seguinte, a cidade topograficamente ela não necessita de som alto. Ela é baixa. Se você põe o som um pouquinho (simula o giro de uma tecla de volume) ele já expande. Só que o de fora implica, justamente, com as épocas em que o povo daqui tem o direito de brincar um pouquinho. Por exemplo, carnaval é época de festa. Aí o povo daqui vai fazer os blocos tradicionais... domésticas, bloco da caveira, aquelas coisas nossas aqui né? O povo de fora chama a polícia porque tá incomodando, não sei o que... então aí, começam a ter os atritos. Aí os atritos são intensos. Mas ao mesmo tempo os de fora não são contra os que moram aqui, não são contra de repente ter um congado, de ter uma folia de reis. Não são contra. (ALMEIDA, apêndice B desta dissertação)

Apesar de apoiar, particularmente, as manifestações folclóricas tradicionais, a atual condição de não convivência cotidiana no centro histórico da cidade, por causa da ocupação do estrangeiro que não se fixa na cidade, impulsiona inadvertidamente a Folia de Reis, importante representante do folclore, para outros espaços urbanos. Segundo Santos Filho:

Quem sofreu mais com as alterações sociais e econômicas foram as manifestações da cultura popular que mudam de área geográfica, como a Folia de Reis. Porque a folia de reis ela vai de casa em casa das pessoas conhecidas né? Então hoje uma folia não circula mais no centro histórico, porque não tem população local para receber, isso muda completamente. Então elas deslocaram mais para a área rural e para as periferias.

Como o senhor avalia essas mudanças ao longo do tempo?

Olha é... estas manifestações da cultura imaterial, na verdade elas são sujeitas a... elas são dinâmicas né? Então são sujeitas a mudanças. Isso não tem como segurar nem congelar né? Porque são manifestações vivas. Agora, no caso de Tiradentes, tem coisas que são muito drásticas. Por exemplo, o desaparecimento quase total das congadas no final dos anos 40 e começo dos anos 50, a partir daí a gente só vai ter uma congada no distrito de Santa Cruz, que hoje já não é mais... já se emancipou em outra cidade. Então é... em relação também à Folia de Reis é... é uma coisa também um pouco drástica, quando se apresenta hoje... tem as vezes umas apresentações na véspera do Natal ou depois do Natal, no presépio da praça. Mas aí são... não tem mais o caráter espontâneo, é uma apresentação mais programada, para turista, que não tem mais o mesmo sentido. (apêndice A desta dissertação)

A interação dos novos moradores com a festa folclórica é desejada, porém condicionada a alguns limites previamente estabelecidos. O que se percebe é uma tendência de controlar o

processo de aculturação, por meio da limpeza promovida por uma programação de horários e calendário, onde a liberdade de execução desaparece. A “padronização” do evento assemelha-se à perda de espontaneidade que os entalhes e adornos arquitetônicos sofreram com o ingresso das técnicas industriais na metade do século XIX, denunciado por Ruskin (PAIN, 2000) como a negação do sacrifício. Essa propriedade (o Sacrifício) é doada à obra pelo artesão, e é fundamental para transformar a arquitetura em elemento nobre, onde os ornamentos deveriam estar impregnados da inquietação humana que o criara, que em última análise resultavam nas “imperfeições” imperceptíveis ao fruidor da obra. No entanto, essas são essenciais para construir um caráter e personalidade à edificação (RUSKIN, 1955).

Ainda no campo das manifestações culturais de festas e crenças, encontra-se a tradição de se adornar as casas com a Santa Cruz. Esse é um antigo costume em Minas, principalmente nas cidades históricas. Na véspera de 3 de maio, quando a igreja católica comemora a festa da Santa Cruz, pequenas cruces enfeitadas com papel crepom e flores naturais são colocadas nas fachadas das residências, próximo à porta de entrada.

[...] como diziam nossos avós, neste dia a Virgem Maria visita todas as casas para ver se as cruces estão (sic) enfeitadas.

A história nos conta que a festa de invenção da Santa Cruz marca o evento em que Santa Helena, mãe do Imperador Romano do século IV Constantino, famoso por ter sido o primeiro imperador romano a confirmar o cristianismo, redescobriu a cruz de Cristo, em Jerusalém. E daí em diante a tradição da adoração das cruces atravessou os séculos e continua até hoje enfeitando nossas fachadas e simbolizando a tradição religiosa de nossa cidade (CIPRIANI, 2007, p. 2).

Mas no núcleo histórico tombado, poucas casas apresentam essa ornamentação, o que demonstra novamente como algumas crenças e tradições podem ser afetadas pela transformação da sociedade fruidora do espaço urbano em que estão inseridas. No entanto, as relações simbólicas dentro da cidade – que também são estruturas imateriais, porém ancoradas em elementos da arquitetura, em sua maior parte monumentais¹¹³ – são os elementos que ainda conseguem atribuir uma ligação da população situada na periferia, quando natural de Tiradentes, com a área patrimonial da cidade.

O morador local possui uma associação forte desse patrimônio, da estrutura física, com a sua identidade?

Olha, ainda não perdeu essa ligação com o patrimônio. Principalmente com o patrimônio religioso, com as igrejas; porque as missas, os batizados, as festas, os

¹¹³ O termo monumental refere-se às estruturas arquitetônicas de maior escala e de uso coletivo e público. Adoto a digressão do termo monumento para monumento histórico, que de acordo com Choay deixou de representar apenas os elementos que *a priori* eram construídos para enaltecer determinado acontecimento histórico, para também considerar os edifícios aos quais são atribuídos valores representativos *a posteriori*. No caso específico, o texto refere-se às igrejas barrocas de Tiradentes.

casamentos acontecem nessas igrejas. Isso eu acho que é muito importante, porque faz essa ligação entre a pessoa que mora lá no final da várzea de baixo com o patrimônio construído. Agora nós temos também uma outra... uma outra população que não está nem aí, que não quer saber de nada, que é uma população de classes sociais mais pobres... que vieram para cá a espera de uma melhoria de vida né? Temos gente de toda a região aqui: Barroso, Resende Costa, Coroas, cidades pequenas, de Volta de Conceição da Barra... e essas pessoas vão se aglomerando nos bairros periféricos e não tem ligação... absolutamente nenhuma ligação com o patrimônio construído ou imaterial da cidade. Estão aqui só de passagem. (SANTOS FILHO, apêndice A desta dissertação)

Verifica-se que dessa maneira, o espaço construído e tombado de Tiradentes está cada vez mais dissonante em relação à população que nele se instala. Se o conjunto urbano fora em época passada o resultante físico da cosmogonia tiradentina, reconhecido na atualidade como “palimpsesto” cultural do Brasil e da fase de extração aurífera de Minas Gerais, hoje o mesmo núcleo histórico é receptáculo de trocas e produção de memória, predominantemente em finais de semana. Transformou-se em objeto de admiração de um novo grupo social alimentado por um sentimento pró-urbano, com maior poder de consumo que a sociedade geradora do espaço físico ali erigido e transformado no decorrer do tempo.

Assim, vários elementos possibilitam tecer análise sobre aspectos gentrificadores na cidade. O deslocamento dos indivíduos que formavam a sociedade de Tiradentes, instalados inicialmente no núcleo histórico, em cerca de 20 anos, afastaram-se para a periferia da cidade, sem que se configurasse um processo de aculturação; o mesmo efeito de deslocamento e exclusão do núcleo histórico de algumas manifestações folclóricas; as novas manifestações culturais engajadas a noções globalizadas de um estilo internacional, orientadas por uma razão global desterritorializante, associadas à pequena participação do novo morador na vida cotidiana da cidade, que representaria uma razão local (SANTOS, 1997); a possibilidade de se identificar um gentrificador pioneiro (embora de faixa etária mais avançada) disposto a adotar uma vida alternativa; e a agressiva mudança de usos no espaço urbano tombado, nos leva a apontar que Tiradentes passa por um processo amplo de gentrificação, onde a segunda e terceira onda ocorrem concomitantemente.

Não obstante, um agravante pode ser observado em Tiradentes, além das duas ondas de gentrificação que acontecem em conjunto. A sazonalidade com que a nova sociedade ocupante do centro histórico relaciona-se com o espaço, se traduzirá em nulidade de referências mnemônicas, e nem mesmo pode-se falar em substituição de grupos sociais, pois não se identifica o assentamento massivo dos novos moradores no nicho cultural por eles escolhido. Ao ser eleita como privilegiada em estilo e valores estéticos, a cidade transformou-

se em campo para fruição e consumo cultural, onde o usuário se estabelece por tempo suficiente para relaxar e retornar ao seu convívio normal da metrópole. Isso confirma o sentido pró-urbano que permeia os desejos dos novos moradores do núcleo histórico. Somente o pioneiro se relaciona com o espaço urbano tombado, sob efeito de uma razão local, que interage com seu cabedal intelectual globalizado. Dessa maneira, diferente da gentrificação clássica, em que uma nova classe social investe na apropriação agressiva de um espaço geográfico da cidade, a fim de transformar o mesmo em seu nicho cultural, ignorando as relações locais de identidade, e impondo uma nova territorialização, moldando suas estruturas físicas e arquitetônicas, em Tiradentes, não existe interesse do gentrificador em transformar a cidade em seu novo nicho cultural permanente. A cidade sofre intervenções para ser agradável ao olhar e ao contato esporádico. Sem o convívio cotidiano, que mesmo na gentrificação clássica instala-se *a posteriori*, não existem amplos desdobramentos entre população (cosmogonia), cultura e espaço (organização espacial)¹¹⁴, que nas relações intergeracionais produzem resultados reconhecidos como memória coletiva. A nova identidade tiradentina, no que se refere ao centro histórico, após algumas gerações, poderá ser apenas determinada por meio da experiência dos gentrificadores pioneiros, pois o fruir do espaço pelo nativo foi obliterado pelo seu deslocamento para a periferia da cidade, e o novo ocupante não estabelece um convívio contínuo com o núcleo histórico.

Sendo, portanto, esse modelo de gentrificação não identificado como clássico, deve-se admitir outra nomenclatura. O termo “gentrificação intermitente” poderia ser tomado como uma nova derivação conceitual, pois demonstra a inconstância temporal na efetivação de um domínio social no núcleo histórico da cidade de Tiradentes. Essa situação agrava a negação à aculturação por meio da inexistência de convivência cotidiana com a arquitetura e com as urbanidades pré-existentes na cidade.

¹¹⁴ Esquema de Dollfus, apresentado no terceiro capítulo desse estudo.

6.0 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No presente estudo observou-se que não existe digressão do conceito de gentrificação quando o mesmo é aplicado em áreas patrimoniais de cidades de pequeno porte. Porém, a inflexão do mesmo é fato, pois a condição clássica de gentrificadores e a substituição social nesses nichos culturais não são uniformizadas ou homogêneas em seu desenvolvimento ou resultado final. Além disso, as movimentações populacionais em cidades de pequeno porte não se igualam às condições geográfica, política e econômica de metrópoles ou megalópoles onde a pesquisa sobre gentrificação se originou, a partir de estudos que a entendiam inicialmente como um fenômeno socioeconômico. Hoje a gentrificação deve ser analisada pelo viés de uma transformação urbana contemporânea, e não como um fenômeno limitado aos grandes centros.

Deve-se ressaltar que a inflexão do conceito de gentrificação não significa sua distorção em consequência de sua natureza que, por análise, conclui-se ser caótica (BEAUREGARD, 1988) e suscetível às vicissitudes e valores intrínsecos de núcleos urbanos, esmiuçados por pesquisadores na busca de parâmetros ou aspectos gentrificadores embutidos ou mimetizados na paisagem urbana.

Muito embora a gentrificação não seja inexoravelmente danosa ao ambiente urbano, quando encontrada em uma área patrimonial, tende a anular o efeito de paisagem matriz. Sendo essa paisagem componente da cultura cotidiana, passa a ser ignorada em detrimento de modelos externos de convivência com o espaço, crenças ou com pré-conceitos sobre a paisagem apropriada, transformando o núcleo histórico, exclusivamente, em paisagem marca, negando sua dualidade comportamental¹¹⁵. Dessa maneira, o patrimônio cultural e, conseqüentemente os conjuntos arquitetônicos e urbanísticos são esvaziados de sua competência propedêutica, e suas qualidades de palimpsesto cultural e de memória coletiva de uma determinada sociedade são ininterruptamente solapadas para o favorecimento de um estilo de vida internacionalizado.

Assim, para se listar os efeitos de uma gentrificação nas áreas dos conjuntos urbanos patrimoniais, é necessário perscrutar a paisagem cultural das cidades. Nesse intento, as análises elaboradas neste estudo buscaram sondar os núcleos urbanos, iniciando a investigação por dados de censo, passando sucessivamente por informações históricas, pela

¹¹⁵ Paisagem marca e paisagem matriz (BERQUE, 2004).

paisagem urbana e sua arquitetura, e pela descrição do perfil dos grupos sociais envolvidos no debate da *pólis*. Ao se observar a cidade de São Thomé das Letras, alguns sintomas de gentrificação foram identificados. Porém, após análise minuciosa, as constantes reformas e alterações físicas no espaço tombado mostram-se inconsistentes como resultados de uma gentrificação, por se ancorarem em sentimentos antagônicos relacionados com a indústria extrativista da pedra. Também pode-se afirmar que a valorização patrimonial está indiretamente apoiada em valores antiurbanos, defendidos pelos imigrantes pioneiros que, em um passado próximo, estavam em busca de uma vida alternativa. Outro fator é que esse mesmo grupo pioneiro interage em um processo de diálogo contínuo com a população nativa pobre e com outra frente de migração, também com menor poder de consumo¹¹⁶, que buscou a cidade por causa dos empregos oferecidos pela indústria extrativista. Essa atividade econômica é representante do setor primário da economia e não do setor terciário que, de acordo com análises ecológicas é predominante e característico em áreas gentrificadas. Portanto, os aspectos inicialmente relacionados como gentrificantes são na verdade consequência de uma ruptura da cultura do cotidiano, anterior à década de 1970, em favor da instauração de um processo de aculturação.

Não obstante, a gentrificação pode ser encontrada em núcleos históricos de pequeno porte, como o de Tiradentes, porém, assumindo uma nova derivação, no caso específico uma “gentrificação intermitente”. Mesmo não preenchendo alguns pressupostos para ser classificada como uma gentrificação plena ou generalizada, como no caso do perfil dos *gentries*, o espaço urbano apresenta um panorama de elitização, repleto de sentimento pró-urbano, voltado para uma razão global ou noções de reconhecimento ditadas pela globalização, que se negam a produzir identidade ao evitarem diálogo com a razão local, que é o elemento territorializante (SANTOS, 1997). Existe um abandono da cultura do cotidiano, pela pouca vivência de moradores do núcleo histórico durante o meio da semana, o que oblitera movimentos de contínuo amalgamar da memória no espaço tombado de Tiradentes. A relação dual de percepção dos valores inerentes à arquitetura e aos bens imateriais, ambos alimentadores da cosmogonia tiradentina, demonstra a não cooptação de dois grupos sociais componentes do espaço urbano da cidade: o morador natural, que fora deslocado para a periferia; e o estrangeiro, que ocupou sazonalmente o núcleo histórico. Não existe um processo de aculturação responsável pela construção da memória (JEUDY, 1990). Além disso, grande parte do uso residencial foi alterado para comercial e de serviço para o apoio ao

¹¹⁶ Muito embora os proprietários de pedreiras não possam ser reconhecidos como classe social carente, e também representem influência razoável nas discussões políticas da cidade.

turismo, que configura um cenário clássico de economia de ordem terciária, característico de lugares gentrificados.

Coincidentemente, uma informação presente em ambas as análises das cidades indica qual o método mais provável para se combater a gentrificação. As referências simbólicas, ratificadas no morador nativo e ancoradas em elementos arquitetônicos ou urbanísticos são as estruturas que mais resistem aos efeitos de substituição dos traços de memória. Confirma-se, portanto, a afirmação de Cattedra e Memoli (2006) de que a revalorização simbólica de ambientes ou elementos históricos da cidade, isto é, valores imateriais impregnados nas estruturas físicas da cidade, não impulsionam processos de gentrificação.

Fato verificado na entrevista de Santos Filho, quando ele se refere à ligação entre o tiradentino da periferia com o centro histórico, por meio das missas, festas religiosas, procissões e sacramentos, como o batismo e o casamento, que por sua vez são ligados às estruturas monumentais das igrejas. E que também é corroborado por Almeida, ao indicar a festa religiosa de Nosso Senhor dos Passos como a mais importante manifestação de crença do cidadão tiradentino, onde todas as tradições são respeitadas há mais de cem anos de acordo com o entrevistado. Nesse mesmo aspecto, percebe-se em São Thomé que enquanto todo o entorno da Igreja Matriz se transformava aleatoriamente, ela se mantinha constante na consolidação de uma imagem histórica, juntamente com seu adro, que manteve na parte frontal da igreja o caminhamento para procissões fúnebres, embora todo o restante dele tenha se transformado em praça.¹¹⁷

Reconhece-se, enfim, que a gentrificação pode ser evitada ou combatida em núcleos urbanos históricos por meio da revalorização do patrimônio imaterial, e que a inflexão desse conceito nas áreas patrimoniais de cidades de pequeno porte é plenamente possível, desde que se observe as particularidades inerentes a elas. Em caso de confirmação de sua existência, a gentrificação pode ser classificada como generalizada, que seria menos provável, ou por derivações nomeadas como marginal ou intermitente, ou outra que venha a ser descortinada por novos estudos.

¹¹⁷ Embora não se identifique gentrificação em São Thomé das Letras, observa-se a resistência das estruturas imateriais às mudanças promovidas pelo processo de aculturação vigente na cidade.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Rogério; SANTOS FILHO, Olinto Rodrigues dos. *Inventário de Proteção do Acervo Cultural de Tiradentes*. Belo Horizonte: IEPHA, 2007.
- ARANTES, Otília B. F.; MARICATO, Ermínia; VAINER, Carlos B. *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. Petrópolis: Vozes, 2000.
- ARANTES, Otília B. F. *O lugar da arquitetura depois dos modernos*. São Paulo: EDUSP; Studio Nobel, 1993.
- _____. *Urbanismo em fim de linha*. São Paulo: EDUSP, 1998.
- ANTONIL, André J. *Cultura e opulência do Brasil pelas minas de ouro*. São Paulo: Obelisco, 1964.
- AUTHIER, Jean-Yves. A gentrificação do bairro Saint-Georges, em Lyon: a convivência de mobilidades diferenciadas. In: BIDOUC-ZACHARIASEN, Catherine (Org). *De volta à cidade*. São Paulo: ANNABLUME, 2006. p. 121-143.
- BACHELARD, Gaston. *A poética do espaço*. São Paulo: Martins Fontes, 1988.
- BARBOSA, Ana Aparecida. *Cidade e habitação em Minas nos séculos XVIII-XIX*. São Carlos. 2004. Disponível em: <http://www.eesc.usp.br/nomads/SAP5846/mono_Ana.htm>. Acesso em: 17 fev. 2007.
- BEAUREGARD, Robert A. The chaos and complexity of gentrification. In: SMITH, Neil; WILLIAMS, Peter. *Gentrification of the city*. London: Unwin Hyman, 1988. p. 35-55.
- BENÉVOLO, Leonardo. *História da cidade*. 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 2001.
- _____. *Introdução à arquitetura*. São Paulo: Mestre Jou, 1972.
- BERNT, Matthias; HOLM, Andrej. *Gentrification in East Germany: the case of Prenzlauer Berg*, 2002. Disponível em: <<http://www.openj-gate.org/include/redirect.asp?JCode=121093&Source=&type=J&url=http%3A%2F%2Fwww%2Eedifu%2Ede%2Fpublikationen%2Fdfk%2Fen%2F02%5F2%2F02%5F2%5Fbernt%2Eshtml>>. Acesso em: 15 fev. de 2007. Capítulo: Gentrification - a multidimensional process.
- BERQUE, Augustin. Paisagem-marca, paisagem-matriz: elementos da problemática para uma geografia cultural. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (Org). *Paisagem, tempo e cultura*. 2. ed. Rio de Janeiro: Eduerj, 2004. p. 84-91.
- BIDOUC-ZACHARIASEN, Catherine. Introdução. In: BIDOUC-ZACHARIASEN, Catherine (Org). *De volta à cidade*. São Paulo: ANNABLUME, 2006. p. 21-57.
- BRANDÃO, Carlos Antônio Leite. *Quid Tum?: o combate da arte em Leon Battista Alberti*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000.

BRANDÃO, Carlos Antônio Leite. *A formação do homem moderno vista através da arquitetura*. Belo Horizonte: AP Cultural, 1991.

_____. Da etimologia ao sentido do patrimônio. *Interpretar Arquitetura*, Belo Horizonte, n. 3, 2001. Disponível em: <<http://www.arq.ufmg.br/ia/>>. Acesso em: 20 abr. 2006.

_____. *O tempo da arquitetura*. Belo Horizonte: texto fruto de produção da pesquisa “Hermenêutica e Arquitetura”. Palestra proferida na UFBA, 2001. mimeografado.

BRANDI, Cesare. *Teoria da restauração*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2004.

BURKE, Peter. *Cultura popular na idade moderna*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

CALVINO, Ítalo. *As cidades invisíveis*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

CANCLINI, Nestor G. *Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade*. São Paulo: EDUSP, 1997.

CARTAS patrimoniais da UNESCO. *Carta de Veneza*. Veneza. 1964. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br>>. Acesso em: 10 jul. de 2006.

_____. *Declaração do México*. 1985. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br>>. Acesso em: 10 jul. de 2006.

_____. *Recomendação de Paris*. Paris. 1972. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br>>. Acesso em: 10 jul. de 2006.

_____. *Recomendação de Estocolmo*. Estocolmo. 1972. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br>>. Acesso em: 10 jul. de 2006.

CATTEDRA, Raffaele; MEMOLI, Maurizio. A reapropriação do patrimônio simbólico do centro histórico de Nápoles. In: BIDOU-ZACHARIASEN, Catherine (Org). *De volta à cidade*. São Paulo: ANNABLUME, 2006. p. 167-195.

CERVELLATI, Pier Luigi. El proyecto de la conservación. In: CIARDINI, Francesco; FALINI, Paola (Ed). *Los centros históricos*. Política urbanística y programas de actuación. Barcelona: Editora Gustavo Gili, 1983.

CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. Tradução de Luciano Vieira Machado. São Paulo: Estação Liberdade: Editora da UNESP, 2001.

_____. *O urbanismo*. 3. ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 1992

CIARDINI, Francesco; FALINI, Paola. Introducción. In: CIARDINI, Francesco; FALINI, Paola (Ed). *Los centros históricos: política urbanística y programas de actuación*. Barcelona: Gustavo Gili, 1983. p. 7-13.

CIPRIANI, Dalton. Cruzes nas fachadas qual significado. *Jornal Informativo Tiradentes Gerais*, Tiradentes, n. 34, p. 2, maio 2007.

COLLINS, George R.; COLLINS, Christiane C. *Camillo Sitte y el nacimiento del urbanismo moderno*. Barcelona: Gustavo Gili, 1980.

CONSELHO MUNICIPAL DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DE SÃO THOMÉ – COMPHAST. *Lei municipal nº 774/1997* de São Thomé das Letras. Regimento [1997?]

CONSELHO MUNICIPAL DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DE SÃO THOMÉ - COMPHAST. Livro de Atas, n. 1.

COSGROVE, Denis. A geografia está em toda parte: cultura e simbolismo nas paisagens humanas. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (Org). *Paisagem, tempo e cultura*. 2. ed. Rio de Janeiro: Eduerj, 2004. p. 92-122.

CRIEKINGEN, Mathieu van. A cidade revive: formas, políticas e impactos da revitalização residencial em Bruxelas. In: BIDOÛ-ZACHARIASEN, Catherine (Org). *De volta à cidade*. São Paulo: ANNABLUME, 2006. p. 89-120.

D'AURIA, Carla Alfonsina. *São Thomé das Letras na encruzilhada das fontes, dos tempos e dos saberes: um estudo sobre etnografia e historicidade com registros audiovisuais*. 2000. 432f. Dissertação (Mestrado em multimeios) – Instituto de Artes. Universidade de Campinas - UNICAMP, Campinas, 2000.

EISNER, Will. *Will Eisner's New York: the big city*. Nova York: The Will Eisner Library; DC Comics, 2000.

ELIA, Mario Manieri. El problema de los centros históricos menores en el Sur “interior”. In: CIARDINI, Francesco; FALINI, Paola. (Ed). *Los centros históricos: política urbanística y programas de actuación*. Editora Gustavo Gili, 1983. p. 74-82.

FERNANDES, Edésio; RUGANI, Jurema M. (Org). *Cidade, memória e legislação. A preservação do patrimônio na perspectiva do direito urbanístico*. Belo Horizonte: IAB-MG, 2002.

FRANCO, Isabela Braga. *A base psicográfica na segmentação de mercado: uma estratégia do marketing turístico*, 2004. 309f. Monografia (Disciplina Estágio em Turismo II) – Escola Superior de Turismo, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2004.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO - FJP. *Circuito do ouro: Campos das Vertentes: plano de organização espacial e preservação do centro histórico de Tiradentes: código de obras*. Belo Horizonte: FJP, 1980.

_____. *Circuito do ouro: Campos das Vertentes: plano de organização espacial e preservação do centro histórico de Tiradentes: código de posturas*. Belo Horizonte: FJP, 1980.

_____. *Circuito do ouro: Campos das Vertentes: plano de organização espacial e preservação do centro histórico de Tiradentes: lei de ocupação e uso do solo*. Belo Horizonte: FJP, 1980.

_____. *Circuito do ouro: Campos das Vertentes: plano de organização espacial e preservação do centro histórico de Tiradentes: organização espacial e preservação do centro histórico de Tiradentes*. Belo Horizonte: FJP, 1980.

GRIFITH, Jean M. Gentrification: perspectives on the return to the central city. *Journal of planning literature*, [s.l.], v. 10, n. 1, p. 241-255, ago.1995.

HALL, Peter. *Cidades do amanhã*. São Paulo: Perspectiva, 1995.

HERTZBERGER, Herman. *Lições de arquitetura*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

HURON, Amanda Maude. Gentrification: a review. _____. *Gentrification and individualization: the case of Fehrbelliner Straße 6*. Dissertação (Mestrado em planejamento regional) – University of North Carolina at Chapel Hill, Chapel Hill, 2002. cap. 3, p. 9-14.

INSTITUTO ESTADUAL DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DE MINAS GERAIS – IEPHA/MG. *Inventário de Proteção do Acervo Cultural de Tiradentes*. Belo Horizonte: IEPHA. 2002.

_____. *Processo de tombamento do núcleo histórico de São Thomé das Letras*. 1985. Pasta 77.

_____. *Processo de tombamento do núcleo histórico de São Thomé das Letras*. 1994. Pasta 97.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL – IPHAN. *Monumenta*. Disponível em: <<http://www.monumenta.gov.br/programa/index.php?p=19404&more=1&c=1&pb=1>>. Acesso em: 15 mar. 2007.

JANSON, H. W. *História da arte*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1989.

JEUDY, Henry-Pierre. *Memórias do social*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1990.

_____. *Espelho das cidades*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2005.

KOOLHAAS, Rem. *Rem Koolhaas: conversaciones con estudiantes*. Barcelona: Gustavo Gili, 2002.

LAUGIER, Marc-Antoine. *Essai sur l'architecture e observations sur l'architecture*. Tradução: Dr^a Ivone Salgado. Liege, Bruxelas: Pierre Mardaga, 1979. cap. 5 e 6. mimeografado.

LEFEBVRE, Henri. *A revolução urbana*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

LE GOFF, Jacques. *O apogeu da cidade medieval*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

LE MOS, Carlos A.C. *O que é patrimônio histórico*. São Paulo: Brasiliense, 1981. (Coleção Primeiros Passos)

MARX, Murillo. *Nosso chão: do sagrado ao profano*. São Paulo: EDUSP, 1989.

MELÉ, Patrice. (Re)investir nos espaços centrais das cidades mexicanas In: BIDOU-ZACHARIASEN, Catherine (Org). *De volta à cidade*. São Paulo: ANNABLUME, 2006. p. 197-227.

MEMÓRIA ARQUITETURA. *Plano de Inventário do Acervo Cultural de Tiradentes*. Tiradentes: Prefeitura Municipal de Tiradentes, 2005.

MOREIRA, Clarissa da Costa. *A cidade contemporânea entre a tabula rasa e a preservação*. Cenários para o porto do Rio de Janeiro. São Paulo: Ed. UNESP, 2004.

MUMFORD, Lewis. *A cidade na história*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1982.

PELEGRINI, Liliane. Muitos sabores. *O Tempo*, Belo Horizonte, 17 de ago. 2007. Caderno Fim de Semana – Magazine. p. 18-19.

Tiradentes: o roteiro do bom gosto. *O Tempo*, Belo Horizonte, 19 ago. 2007. Encarte Especial.

PAIM, Gilberto. *A beleza sob suspeita*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

PIRENNE, Henri. *As cidades da Idade Média*. Portugal: Publicações Europa-América, [19--?] (Coleção Saber).

RIBEIRO JÚNIOR, Amaury. Riqueza continua longe de Minas. *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 25 fev. 2007. Caderno economia, p. 1-3.

ROSSI, Aldo. *A arquitetura da cidade*. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

RUSKIN, John. *As pedras de Veneza*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

_____. *Las siete lamparas de la arquitectura: el sacrificio, la verdade, la fuerza, la beleza, la vida, el recuerdo, la obediencia*. Buenos Aires: [s.n.], 1955.

RYKWERT, Joseph. *A casa de Adão no paraíso: a idéia da cabana primitiva na história da arquitetura*. São Paulo: Perspectiva, 2003.

_____. *A sedução do lugar. A história e o futuro das cidades*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

SANTOS FILHO, Olinto Rodrigues dos. *Pintura colonial em Minas Gerais*. São Paulo: Instituto Cultural Itaú, 1994. (Cadernos História da pintura no Brasil, 7)

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo: razão e emoção*. 2. ed. São Paulo: HUCITEC, 1997.

SÃO TOMÉ das letras. Direção: Pedro Coimbra Pádua. IV Festival de Cinema Amador. Forma Filmes e Centro de Filmes Experimentais, 1968. 1 filme documentário em película transposto para DVD (15 min.), narrado, p&b.

SÃO TOMÉ das letras. Clube dos Excursionistas de São Lourenço. São Lourenço: Cinegráfica Amadores de São Lourenço, 1951. 1 filme documentário em película transposto para DVD (10 min.), narrado, p&b.

SASSEN, Saskia. The global city. Strategic site/ new frontier. In: ISIN, Engin F. *Democracy, citizenship and the global city*. Nova York: Routledge, 2000.

SCHULZ, Norberg. *Arquitectura occidental*. 4. ed. Barcelona: Editora Gustavo Gili, 2001.

SITTE, Camillo. *A construção das cidades segundo seus princípios artísticos*. São Paulo: Editora Ática, 1992. tradução da 4ª edição alemã de 1909.

SMITH, Neil. A gentrificação generalizada: de uma anomalia local à “regeneração” urbana como estratégia urbana global. In: BIDOZ-ZACHARIASEN, Catherine (Org). *De volta à cidade*. São Paulo: ANNABLUME, 2006. p. 59-87.

SMITH, Neil; WILLIAMS, Peter. Alternatives to orthodoxy: invitation to a debate. In: SMITH, Neil; WILLIAMS, Peter. *Gentrification of the city*. London: Unwin Hyman,1988. p. 1-12.

SMITH, Neil; WILLIAMS, Peter. From “renaissance” to restructuring: the dynamics of contemporary urban development. In: SMITH, Neil; WILLIAMS, Peter. *Gentrification of the city*. London: Unwin Hyman,1988. p. 204-224.

SOUZA, Washington P. A. *Ensaio sobre o ciclo do ouro*. Belo Horizonte: Imprensa Universitária; Ed. UFMG, 1978.

TADDEI NETO, Pedro. Preservação sustentada de sítios históricos: a experiência do programa monumental. In: UNESCO. *Políticas culturais para o desenvolvimento: uma base de dados para a cultura*. Brasília, DF: UNESCO, 2003. p. 105-115.

WERTHEIN, Jorge. Introdução. In: UNESCO. *Políticas culturais para o desenvolvimento: uma base de dados para a cultura*. Brasília, DF: UNESCO, 2003. p. 13-17.

ZEMELLA, Mafalda P. *O abastecimento da capitania das minas gerais no século XVIII*. São Paulo: HUCITEC-EDUSP, 1990.

APÊNDICE A – ENTREVISTA DE OLINTO RODRIGUES DOS SANTOS FILHO

1ª entrevista – Data: 23-05-2007.

- Pesquisador, historiador e técnico em restauro do escritório do IPHAN em Tiradentes.

(*) as perguntas com asterisco tiveram suas respostas transcritas a partir de anotações feitas no momento da entrevista, em substituição a trechos ilegíveis ou faltantes por falha no equipamento de gravação. Portanto, contêm apenas a essência da resposta, sem as particularidades de expressão do entrevistado.

Qual seu nome?*

Olinto Rodrigues dos Santos Filho.

Você é natural de Tiradentes?*

Sim, sou.

Qual atividade você exerce em Tiradentes?

Pesquisa histórica, acompanhamento de obras de restauro, montagem de exposições, entre outras atividades.

Há quanto tempo?

No IPHAN sou pesquisador desde 1986. Como autodidata publiquei pela primeira vez em 1976.

Quais as maiores dificuldades no princípio de sua atuação em Tiradentes, aqui no IPHAN?

Olha... no início na década de 70 e 80 a gente tinha muitos problemas com o estado de ruína que estavam praticamente quase todos os imóveis particulares do núcleo urbano mais antigo do século XVIII e XIX, e foi um desafio que foi aos poucos sendo recuperado pela nossa ação.

Hoje você enunciaria quais dificuldades?

Ó... hoje a gente tem um problema diferente do que tinha há 20... 30 anos atrás... né? Hoje a expansão urbana é que é o grande problema na atualidade. Por quê? O que aconteceu? A cidade foi crescendo, aí foram surgindo novos loteamentos e condomínios etc e tal... e isso foi engolindo de certa maneira o núcleo urbano original, que é muito pequeno... né? São cerca de

seiscentas casas, seiscentos imóveis e hoje a gente tem um entorno muito ocupado, principalmente na área da entrada da cidade em relação... ...pela estrada asfaltada né? A gente tem pelo... ...um lado mais ou menos preservado, que é o lado da serra, onde tem a mata do sopé da serra, pela própria conformação não tem praticamente ocupação nenhuma. Mas em compensação, o outro lado da entrada da cidade tem uma expansão... teve uma expansão muito grande... continua né? Já chegou até no limite com São João del Rei... com o município de São João del Rei, que é o rio Elvas. A área urbana já foi estendida até lá. E o controle destes loteamentos e a divisão de... principalmente... a diminuição dos lotes (pequena pausa para lembrar termo técnico) ...o parcelamento. Essa questão do parcelamento urbano hoje é uma questão muito séria, porque a gente tem propostas de lotes maiores para as áreas mais altas e mais próximas do centro urbano antigo, que possa ter um tratamento paisagístico que amenize as construções na paisagem do entorno, e tem uma legislação municipal com lotes mínimos de 300 metros, que na verdade não é cumprida, porque a prefeitura acaba admitindo divisão de lote de 300 para lote de 200, 150, e isso cria um problema muito grande porque vai criando um adensamento... é... principalmente nas áreas altas né? O que é muito problemático, como a Mucoca... o bairro da Mucoca e o da torre de televisão, que hoje são as áreas mais adensadas, que são loteamentos que foram doados pela prefeitura, ambos com lotes mínimos.

Existem leis de proteção a favor da preservação no município?*

Foi feita uma proposta de lei pela Fundação João Pinheiro, no ano de 80, para muitas cidades históricas, entre elas Tiradentes. Mas não foi implantada. Só no início, na gestão do prefeito da época que as orientações foram observadas, mas logo no mandato seguinte abandonaram. Não existe um plano diretor, hoje existe uma lei de parcelamento, ocupação e uso do solo e um código de obras, que são descumpridos constantemente, o que se agrava também pela prefeitura não fiscalizar com eficiência. A atuação do IPHAN é a mais presente. Como o tombamento não teve o seu perímetro elaborado, adota-se a nomenclatura como definidor da área de atuação onde agimos. Então, o núcleo histórico do século XVIII e a expansão urbana do século XIX são mais preservados, ou melhor, cuidados pelo poder público.

O que te marcava na paisagem urbana de Tiradentes na década de 80?*

O cinturão verde que se formava em torno da cidade, de seu núcleo histórico, era único. Nenhuma cidade histórica possuía essa característica, que com a expansão urbana foi sendo perdida.

Algo mudou até os dias atuais?*

Como disse anteriormente, o adensamento e a expansão urbana em torno do núcleo... do centro histórico, eliminou essa particularidade do sítio urbano de Tiradentes.

Você consegue identificar alguma mudança na paisagem cultural, ou melhor, nas manifestações culturais no período da década de 80 até hoje?

Quem sofreu mais com as alterações sociais e econômicas foram as manifestações da cultura popular que mudam de área geográfica, como a Folia de Reis. Porque a Folia de Reis... ela vai de casa em casa das pessoas conhecidas né? Então hoje uma folia não circula mais no centro histórico, porque não tem população local para receber, isso muda completamente. Então elas deslocaram mais para a área rural e para as periferias.

Como o senhor avalia essas mudanças ao longo do tempo?

Olha é... estas manifestações da cultura imaterial, na verdade elas são sujeitas a... elas são dinâmicas né? Então são sujeitas a mudanças. Isso não tem como segurar nem congelar né? Porque são manifestações vivas. Agora, no caso de Tiradentes, tem coisas que são muito drásticas. Por exemplo, o desaparecimento quase total das congadas no final dos anos 40 e começo dos anos 50, a partir daí a gente só vai ter uma congada no distrito de Santa Cruz, que hoje já não é mais... já se emancipou em outra cidade. Então é... em relação também à folia de reis é... é uma coisa também um pouco drástica, quando se apresenta hoje... tem as vezes umas apresentações na véspera do Natal ou depois do Natal, no presépio da praça. Mas aí são... não tem mais o caráter espontâneo, é uma apresentação mais programada, para turista, que não tem mais o mesmo sentido. É o que acontece também, o que aconteceu com... aqui não muito né? Mas Ouro Preto e a própria Espanha toda aconteceu com as procissões religiosas que viraram espetáculos para turistas.

Quais manifestações de crenças, folclore ou saberes mais lhe chamam atenção na atualidade, neste quadro cultural de Tiradentes?

Não saberia te dizer... porque o que ficou destas manifestações culturais foram mesmo as festas religiosas. A gente ainda tem a festa da Paixão; festa do Senhor dos Passos; Nossa Senhora das Dores; a Semana Santa, e depois agora em maio/junho a festa da Santíssima Trindade que é uma romaria local né? Que diria que é uma festa ainda que tem muito apelo popular. Não poderia destacar hoje...

Para você o que é ser tiradentino?

(comentário do entrevistador: gostaria de envolver a questão da identidade)

Olha hoje... ser tiradentino é um pouco complicado né? Você tem em Tiradentes hoje... continua sendo uma cidade provinciana, pequena, interiorana e, ao mesmo tempo, uma cidade cosmopolita né? Então você tem duas coisas conflitantes. Ao mesmo tempo que você está numa cidade bastante pequena e provinciana, você tem uma ligação com o mundo né? A gente aqui tem contato com gente de todos os lugares, e culturas, e níveis sociais, e além disto, a gente tem várias manifestações... é... vários eventos né? Que acontecem aqui, como concertos de grandes pianistas, organistas, grandes músicos, festival de cinema, com as novidades do cinema nacional, e várias outras coisas... cozinha internacional, com chef's de vários lugares. Então a gente fica no meio né? Com um pé na província e um pé no mundo, talvez seja isso!

O morador local possui uma associação forte desse patrimônio, da estrutura física, com a sua identidade?

Olha, ainda não perdeu essa ligação com o patrimônio. Principalmente com o patrimônio religioso, com as igrejas; porque as missas, os batizados, as festas, os casamentos acontecem nessas igrejas. Isso eu acho que é muito importante, porque faz essa ligação entre a pessoa que mora lá no final da várzea de baixo com o patrimônio construído. Agora nós temos também uma outra... uma outra população que não está nem aí, que não quer saber de nada, que é uma população de classes sociais mais pobres... que vieram para cá à espera de uma melhoria de vida né? Temos gente de toda a região aqui: Barroso, Resende Costa, Coroas, cidades pequenas, de Volta de Conceição da Barra... e essas pessoas vão se aglomerando nos bairros periféricos e não têm ligação... absolutamente nenhuma ligação com o patrimônio construído ou imaterial da cidade. Estão aqui só de passagem.

Em relação à área de tombamento onde o IPHAN atua, como você definiria este espaço geográfico?

Olha, o tombamento de Tiradentes é o tombamento do conjunto arquitetônico e urbanístico da cidade toda, e a cidade foi crescendo na segunda metade do século XX e em 94 foi feita uma delimitação da área de atuação do IPHAN, mas continua o conjunto urbano todo tombado. Pegou-se então o núcleo setecentista, e a área de expansão do século XIX até a estação ferroviária, e foi dividida em setores... é com... e feita um conjunto de normas com diferenciação para os vários setores. Em suma é isso né?

APÊNDICE B – ENTREVISTA DE ROGÉRIO DE ALMEIDA

2ª entrevista – Data: 23-05-2007.

- Coordenador do Centro de Cultura, Patrimônio, Memória e Cidadania de Tiradentes.

(*) as perguntas com asterisco tiveram suas respostas transcritas a partir de anotações feitas no momento da entrevista, em substituição a trechos ilegíveis ou faltantes por falha no equipamento de gravação. Portanto, contêm apenas a essência da resposta, sem as particularidades de expressão do entrevistado.

Qual seu nome?*

Rogério de Almeida.

Você é natural de Tiradentes?*

Nasci em São João del Rei e vim para Tiradentes aos 5 anos. Sou tiradentino de coração.

Qual atividade você exerce em Tiradentes?

Coordeno o Centro de Cultura e Patrimônio Municipal. Sou funcionário público da prefeitura.

Há quanto tempo?

Desde 2005. Em 2003 trabalhei no Instituto Cultural Biblioteca do Ó. Além disto, também fui no passado líder de movimento estudantil. Lutei muitos anos para a reativação da biblioteca que hoje está aqui no Centro Cultural. Na sua origem tinha cerca de 18 mil exemplares, e quando foi reativada já havia perdido aproximadamente 12 mil exemplares. Isso aconteceu porque enquanto lutávamos a favor da reabertura da biblioteca municipal, os exemplares estavam armazenados no porão do Museu da Fundação Rodrigo M. F. de Andrade, que é a Casa do Inconfidente Pe. Toledo, onde sofreram deterioração por causa de umidade e insetos.

Quais as maiores dificuldades no princípio de sua atuação na defesa da cultura em Tiradentes?

Bom... mexer com cultura nesse país não é fácil; mexer com livros e com documentos antigos e preservação da memória é mais complicado ainda. Primeiro porque a gente é uma cidade do interior e as coisas são muito mais difíceis, você de repente não tem tanta estrutura. Segundo, os responsáveis, os políticos, vamos dizer assim, não estão interessados neste tipo de coisa, porque não dá voto, porque com isso conscientiza-se as pessoas, e... aí a gente fica nessa batalha do dia-a-dia de querer que as pessoas comecem a ter um pouco mais de gosto por esse

tipo de trabalho. Porque nós somos muito ricos em cultura, mas somos muito pobres em memória, muito empobrecidos. Então o que eu acho que falta é o apoio dos poderosos mesmo, os políticos e governantes, em começar a fazer... criar incentivo a esse tipo de trabalho que a gente faz. Porque uma cidade sem passado, que não conhece seu passado, provavelmente vai ter muita dificuldade no futuro. Fora que a gente tem que saber que o que tá aqui hoje foi graças àqueles que passaram aqui para construir, senão a gente não existia né?

Qual dificuldade hoje você enunciaria, entre muitas, como sendo a principal?

É o descaso, o descaso com a tradição, o descaso com a identidade, o descaso com a cultura local... acho que esse é o maior problema que a gente tem aqui em Tiradentes é o descaso com a cultura local. Tudo hoje é direcionado hoje para a cultura de turista, e isso me irrita profundamente.

Existem leis de proteção a favor da preservação no município? Se existem, quais seriam e a partir de qual ano foram criadas?

Bem... a gente em termos de patrimônio histórico... arquitetura, patrimônio material... a gente é tombado pelo IPHAN né? Desde 1938. Então, nessa questão, temos muitas leis federais. A gente tem a lei de poluição visual, municipal, que é a lei 1.045, uma lei muito bem feita, muito bem elaborada. Foi feita pelo Yves, pela Mary Jô, uma artista plástica que fez um trabalho de sinalização na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Mas você anda pela cidade e vê um monte de coisa escrita, em um monte de local impróprio, quer dizer... então... como Tiradentes é uma cidade pequena, tem aquela coisa. Eu não posso tirar aquele cartaz, aquela faixa, aquele banner, porque é o irmão do prefeito... e o que é oposto põe para fazer raiva no atual... vira briga política. Então... a lei de poluição visual numa cidade de Tiradentes é muito séria, olha esta cidade aqui... imagina cheia de banner, faixa, muro pintado, que coisa que ia ficar isso aqui. Existem leis, só que o que segura a onda ainda em Tiradentes é a lei do patrimônio... neste sítio histórico aqui, ninguém mexe mesmo, graças ao IPHAN. É que a gente não tem Plano Diretor. Diga-se de passagem... e isso é muito sério.

O que te marcava na paisagem urbana de Tiradentes na década de 80?

(comentário do entrevistador: qualquer estrutura que fora conformação física... piso, monumento, edifícios... qualquer estrutura física)

Eu tenho uma de coração, uma que é ambiental e uma material... então vamos lá. A Matriz para mim é... belíssima... belíssima. E tem a serra né? Porque eu “nasci” nesta rua... (aponta a rua à frente) a rua da Câmara, então eu convivi muito na igreja da Matriz, porque meu pai... ele

também mexia com a festa dos Passos... aquela festa tradicional né? Meu pai fez esta festa quase 80 anos. Veio de pai para filho. Então veio do avô... do avô passou para ele... e agora a minha família continua fazendo isso. Então eu convivi na matriz por causa da irmandade Nosso Senhor dos Passos. Na matriz eu convivia... conheço (dá ênfase à palavra) aquela matriz... são 401 anjos, eu já contei cara, no tempo de criança, de paixão que eu tenho por aquilo. E ficava na janela para ver a Serra... um morro bacana, verde, maravilhoso. E tem um que é um monumento que fica lá na praça, que ninguém olha para ele. É um monumento de 1892, um monumento dirigido à memória do alferes, é o segundo depois de... é o primeiro depois do de Ouro Preto. E foi construído por um cara chamado Comendador Assis, que foi um órfão como eu. Que com o tempo, gostava tanto da cidade, que montou um clube que se chamava Clube da Sociedade Centenário da Morte de Tiradentes, e as pessoas da própria cidade é que pagaram para construir aquele monumento. Eles mesmos construíram com as suas próprias mãos, olha que bacana. Tiraram dinheiro do bolso para comprar material e iam para lá (aponta para a direção do Largo das Forras) para construir. Então é um monumento que para mim eu falo assim... esse é o povo de Tiradentes que se uniu, juntou e construiu um monumento bacana. Então aquele monumento é um monumento que eu tenho de coração sabe? Ninguém liga para ele. A gente conseguiu tombar na esfera municipal este ano, graças ao Olinto que me ajudou muito. Foi um pedido meu... “Olinto eu tenho vontade de fazer o tombamento dele, uma coisa minha.” Então é um monumento que eu tenho um carinho especial por ele. Agora... Matriz, Serra... a Serra então é maravilhosa né? O que é aquilo! (fez uma pausa) O maior refúgio de libélulas silvestres da América latina... são mais de 150 espécies.

Dentro deste aspecto, da paisagem urbana, algo mudou desde a década de 80 até os dias atuais?

(obs: foi necessário retomar a relação da data pelo fato do entrevistado não se ater à mesma na resposta anterior)

Mudou no entorno... no entorno mudou. (fez uma pausa) Na década de 80, eu te conto aqui ó! (aponta um casarão à frente) Neste centro histórico, quase todos eram de Tiradentes, hoje já não são mais. Hoje, se tiver dez famílias são muitas. Fácil ver. Mas o que mudou foi o entorno. Não teve planejamento. Então são casas mal planejadas, mal estruturadas, sem rede de esgoto, sem iluminação direito, sem saneamento. Então o que mudou foi isso. Foi esse êxodo né? A gente pode dizer que é um êxodo né? O tiradentino sai do centro e vai pro entorno, isso é um êxodo né? Municipal... do histórico para o não-histórico. Nisso teve uma modificação muito grande. Agora, o patrimônio em si está bem cuidado. Graças ao IPHAN está muito bem

cuidado. A igreja está bem cuidada, as casas estão bem cuidadas. Não é pelos moradores não, é porque o IPHAN fica no pé mesmo. Agora, o grande problema foi no entorno, teve uma mudança muito grande.

Você consegue identificar alguma mudança na paisagem cultural, no período da década de 80 até hoje?

(comentário do entrevistador: nas manifestações culturais de crenças, festas, folclore, isto é, cultura imaterial)

Teve... teve sim! Em 80 eu era criança, era moleque né? Tava no segundo ano... 10, 12, 13 anos. Então adorava né? Na festa da Semana Santa, quer ver... tinha os apóstolos de criança, e a gente ficava brincando porque depois davam um cartucho com amendoim pra gente... hoje não tem mais. Tinha festa de São João... hoje não tem mais. É... Eu ficava correndo atrás do Boi Bumbá, que era um rapaz que chamava Culói, que rodava aqui no centro histórico com um boi, eu ficava correndo atrás dele... aquela coisa de criança que fica puxando o rabo, fica cantando mula da cara preta, sabe aquela coisas? A gente ficava aqui na esquina dos quatro cantos pra contar lenda. Os mais velhos sentavam com a gente, e a gente ficava brincando de lenda... inventava. Hoje não tem mais Boi Bumbá, hoje não tem mais Pastorinhas, hoje não tem mais criança sentada nos quatro cantos para contar lenda cara, hoje não tem mais os antigos... os músicos antigos que ficavam fazendo serenata pelas ruas. Quer dizer... isso são recordações da minha infância que me emocionam (com voz embargada) por quê? Meu filho não tem isso cara! Eu aprendi a jogar bola nessa rua (aponta a rua direita), eu ficava brincando de bolinha de gude no Rosário, soltava pipa... hoje eu não vejo criança mais fazendo isso, eu não vejo mais festa de São João, eu não vejo mais criança tocar sino... o sineiro, que é aquele sacristão antigo que ficava dentro da igreja, geralmente um negão de voz bonita, que era tenor em orquestra... geralmente era assim, você já reparou? Que ficava correndo atrás da gente. Hoje não tem mais. Tiradentes hoje tem mostra de cinema que é muito bacana. Tiradentes tem mostra de gastronomia que é muito bacana. Mas será que isto é direcionado pra população daqui? Ou são eventos que vem de fora para gente de fora? (pausa) É tudo isso viu? Dá saudade!

Como o senhor avalia estas mudanças ao longo do tempo?

A mudança se deve ao turismo né? Agora, o que eu posso dizer em termos de conceito para mim... ah bicho... sei que faz parte, a cidade tem que ganhar dinheiro, mas a nossa identidade expirou. E hoje o meu trabalho na prefeitura é justamente o contrário, é tentar que as pessoas voltem a ter um pouquinho de coração pela... pelo seu município. Que tenham orgulho de

falar que é tiradentino, que tenham orgulho de falar que aqui já teve tudo isso... e que volte a ter. Acho que esse é o principal objetivo.

Quais manifestações de crenças, folclore ou saberes mais lhe chamam atenção na atualidade, neste quadro cultural de Tiradentes?

Pode ser festa religiosa?

Pode.

Festa de Nosso Senhor dos Passos. Não tô querendo ser (colocou a mão no peito para indicar parcialidade) da minha família não... mas é uma tradição que vem há mais de cem anos. E permanece até hoje, do mesmo jeitinho. E isso é uma coisa nossa. É o único lugar que ainda se faz festa de Passos, no mundo, fora da Semana Santa. Aqui e em São João del Rei. Continuamos com as mesmas características com que se fazia em 1800. Os homens carregam o andor de terno, barba feita... toda aquela coisa, silêncio, com velas, o comércio fechado. A gente ainda troca a roupa do Senhor dos Passos, uma imagem de roca, longe da população, só homem. Engraçado, criança não entra. Não é feito em frente ao turista, ao contrário da Semana Santa, que é feito em um teatro aberto, para todo mundo ver. A gente permanece da mesma forma como era feito há quase cem anos atrás, respeitando. Então é uma crença ainda que me deixa feliz... e permanece até hoje, e eu acho muito bacana. Porque foi parte dessa irmandade o pai do Tiradentes, o Tiradentes... foram todos da irmandade Nosso Senhor dos Passos. A gente continua mantendo a mesma coisa que era feita há cem anos atrás, e é uma tradição que vem sendo passada de pai para filho.

Para você o que é ser tiradentino?

Olha... eu vim morar aqui com 5 anos. Como te falei, ninguém escolhe a terra para nascer, mas escolhe para morar. Tudo que eu aprendi na minha vida, eu agradeço a esta cidade. Não só à minha família, mas à cidade. Porque a família ensina, mas a cidade te ensina... seus amigos, este ar que a gente respira, esta energia que os monumentos te passam, esta muralha (aponta em direção à Serra de São José). Então, ser tiradentino cara, é ter uma alma tão limpa, tão boa, tão feliz que... eu não troco isso daqui por nenhuma metrópole, por nenhuma... eu sou apaixonado por isso daqui. Acho que eu sou um dos mais apaixonados. Mesmo sabendo dos defeitos, e dos erros que têm, e acho que eu tenho oportunidade de hoje estar sendo colocado num local, que dá para eu fazer alguma coisa, pra tentar, dentro desse meu mundinho mudar um pouquinho. Mesmo que seja pouquinho. De repente é fazer aquele álbum de figurinha pra crianças (projeto de educação patrimonial), é de repente resgatando a memória de alguns prefeitos,

pra preservar a memória. Então... eu acho que é ver o tiradentino ter mais amor à essa terra, sabe? Eu não sou legítimo daqui, mas eu sou de coração firme. Eu não troco isso daqui por nada não! Tiradentino hoje é ter uma alma purificada. Feliz com a vida. É a terra do alferes né? (expressão de sorriso aberto) O mártir da liberdade!

A população local tem sua identidade vinculada ao patrimônio construído, edificado?

Será? Tiradentes perdeu muito da sua identidade... eu volto a repetir isso! Eu acho que perdeu. Mas isso assim... mas eles ainda respeitam isso. Eles sabem que tem que preservar, o que não pode fazer... tem muita briga com o IPHAN. Sabem disso. Ainda tem... tem uma pequena identidade. Mais com o patrimônio edificado que com o imaterial. Com o imaterial eu acho que já se perdeu... mas tem... um pouquinho tem. É muito complicado. O tiradentino é complicado. A questão do ciclo do ouro tá no DNA. As pessoas aqui querem uns ser mais... aqui tem um defeito muito grande, que é a ganância. Por isso a gente tem quase 150 pousadas. Imagina... uma cidade de 6 mil habitantes com 150 pousadas... já imaginou isso? É muita pousada. É uma briga infernal. Tanto hoje você vê que o custo de vida... você tá passando um tempo aqui... você viu que o custo de vida aqui é alto. É muito alto. Aí foi o que eu te falei do legado do ciclo do ouro... um querendo mais do que o outro. Aí fica essa briga infernal. Eu tenho muito medo do que possa vir a acontecer no futuro. Agora, muita gente xinga o IPHAN, porque o patrimônio não deixa... tudo é assim. (simula uma conversa) Você vai construir um puxadinho... Ah! Tem que ver com o patrimônio! Será que o patrimônio deixa? (patrimônio no diálogo é o IPHAN) Só que ele não percebe que se Tiradentes é hoje o que é... agradeça a esse patrimônio que temos aqui. E isso não é todo mundo que tem não. Tem essa consciência, não! Nem todo mundo... são pouquíssimos que percebem isso.

Em relação à área onde você atua, como você define este espaço geográfico?

Minha área de atuação é todo município. Por exemplo... um projeto que a gente fez... uma exposição que a gente fez, pra você ter uma idéia... “Tiradentes, memória arquitetônica”, que são estas fotografias antigas, a gente fez em banners... são 150 fotos. Eu estou levando para as escolas rurais. Vai ser uma exposição itinerante. Eu tô levando isso... vou levar o Olinto para dar uma palestra para a criançada. E a gente escolheu primeiro para as escolas rurais, que são os distritos. Porque não têm o acesso que a gente tem aqui. Eu tô criando um projeto agora que se chama “Tiradentes aqui se faz cultura”, são quinze dias. Sabe onde vão ser os eventos? Nos bairros. Vou tirar tudo do centro. Vou fazer uma abertura com show de sanfona, que eu acho bárbaro. Um encontro de sanfoneiros, na abertura. Vou fazer oficina de reciclagem num bairro, vou fazer orquestra num outro bairro, eu quero ver a Orquestra Ramalho tocando num

bairro que é o mais carente da cidade, onde tem um índice de violência muito grande. Vou levar a orquestra pra lá. E já está combinado. Imagina que bárbaro... a orquestra tocando no meio de um bairro que ninguém nunca foi. Olha que bacana! Essa é a idéia. Então a idéia é... como é que é mesmo?... se Maomé não vai à montanha; a montanha vai a Maomé. Então a gente vai levar aos bairros. A idéia é essa integração né? E essa democratização do acesso à cultura... o fomento da cultura nos bairros. Porque quem sabe lá a gente vai despertando né? Então, isso já está para ser feito. E vamos começar com a exposição itinerante. Vamos rodar as escolas rurais. Você sabe que eu tenho vontade de fazer uma exposição de arte num curral? Sabia disso? Numa roça... e você sabe que eu tenho artistas, amigos meus que já toparam a idéia? Que já toparam e que acharam bárbara a idéia. Vamos pra um curral. Vamos fazer uma exposição num curral! Numa roça qualquer... olha que bacana! Imagina... eu fico imaginando a cara, a face de um roceiro vendo uma exposição de arte impressionista. Sabe aquela coisa surreal! Vai ficar muito interessante! Eu acho isso bacana, e já tenho amigos que toparam a idéia. A gente já tá programando. Vamos fazer uma exposição de arte num curral. (demonstra alegria com riso contido)

Como você analisa a integração de alguns novos moradores, a partir da década de 80 e 90, com os moradores locais?

Como tudo na vida tem seu lado bom e seu lado ruim. Os ETs né? Vamos deixar claro aqui. Os ETs são os “extra tiradentinos”, os “minhocas” são os da terra. Então... geralmente os minhocas são empregados dos ETs, certo? Mas assim como tem muito ET babaca, tem ET muito bacana. Como tem muito minhoca babaca, tem muito minhoca bacana. Então assim... os ETs vieram, os extra tiradentinos, ocuparam as casas do centro histórico. Mas a grande maioria se preocupa com a cidade. Eu acho que às vezes eles se preocupam até mais que os próprios moradores da cidade. A verdade é essa. Lógico que tem uns ETs aí que podiam voltar para casa né? Bem longe... para Austrália, pro Pantanal e uma sucuri devorar... (dá um sorriso aprovando a piada) alguma coisa desse jeito. Mas uma coisa eu te digo, tem muito... tem muito ET que ajuda o município. Por exemplo, o Centro Cultural Yves Alves hoje é administrado por uma pessoa de fora e que há dez anos, tá segurando a onda daquele Centro Cultural. E às vezes tirando dinheiro do seu próprio bolso. No Instituto Cultural Biblioteca do Ó, a diretora-executiva é uma artista plástica que há 25 anos mora em Tiradentes. E que há 25 anos faz oficina para criança. Yves Gomes Ferreira Alves, que é um ET... e se Tiradentes hoje está conhecida internacionalmente... agradeça a ele. Então, tem essa coisa. Os ETs têm uma turma muito legal... 80 por cento que se preocupa; que fazem parte do conselho do

patrimônio; que fazem parte do CODEMA, que é o conselho do meio-ambiente. Por exemplo, aqui mesmo, quem me ajuda no arquivo, é a Lucy Fontes, que é uma mulher aposentada. Nós temos o privilégio que todos os profissionais de vários ramos... isso eu pego arquitetura, direito, medicina, professor, psicologia, enfim, vários seguimentos... se aposentam e vem morar em Tiradentes. E com muita coisa para dar ainda. Então o que eles fazem? Contribuem com o município de forma voluntária. A mulher toma conta, que ajuda nesse arquivo é pós-doutorada em simbologia... voluntária. No Centro Cultural Yves Alves, a mulher é advogada do BNDES, aposentada. Então quer dizer... são várias pessoas... Mary Jô, do Instituto Cultural Biblioteca do Ó, é artista plástica, formada em belas artes, já foi professora... hoje aposentou, cuida do Instituto Cultural Biblioteca do Ó. Quer dizer... então a gente tem essa facilidade. Os ETs ajudam muito. Até pelo fato da grande maioria aqui não ter mão-de-obra qualificada. Aí o que acontece? Nos ensinam... eu mesmo não tenho qualificação para mexer em arquivo. Eu não sou formado. Mas eu aprendo... eu aprendo a todo momento com eles. Porque são generosos com a gente. Então nesta questão, os ETs têm um lado bacana sim.

Você consegue observar uma diferença entre a pessoa que não é nativa e vem morar em Tiradentes e o não-nativo que vem em movimentos sazonais, em determinadas festas ou tem uma propriedade que só utiliza eventualmente?

Dá. Dá... Dá para distinguir sim. Mas esses que vêm eventualmente é porque ainda estão trabalhando. Quando aposentar vem morar em definitivo. Te dou um exemplo claro agora. O vice-presidente da Abril, depois foi conselheiro... foi consultor da radiobrás, aposentou... ele vinha aqui dessa forma, eventualmente. Vinha, ficava 15 dias no feriadão, que a gente fala né? Semana Santa, Carnaval... Aposentou, hoje está todos os dias aí! Ajudou a fazer um jornalzinho na escola, para os meninos... quer dizer. Então... vem morar aqui depois. Quando se aposentam vem morar aqui... todos eles. Escolheram mesmo a cidade para deixar seus restos. (faz gesto para dar tom de honradez)

Como você avalia essa relação de quem vem de fora com o morador, esse diálogo, na produção dessa identidade?

(obs: em sua análise anterior o entrevistado centrou atenção nas diferenças, por isso a pergunta foi retomada com outro formato, enfatizando as relações de identidade)

É muito conturbado. É... é assim. Eu, acho que a gente deve muito ao pessoal de fora também. Agora o pessoal de fora também, implica muito com o povo daqui. É... essa questão da identidade... você quer fazer uma festa, o povo de fora manda baixar o som, porque fala que está incomodando. E ao mesmo tempo, o pessoal daqui também tem que entender o seguinte,

a cidade topograficamente não necessita de som alto. Ela é baixa. Se você põe o som um pouquinho (simula o giro de uma tecla de volume) ele já expande. Só que o de fora implica, justamente, com as épocas em que o povo daqui tem o direito de brincar um pouquinho. Por exemplo, carnaval é época de festa. Aí o povo daqui vai fazer os blocos tradicionais... domésticas, bloco da caveira, aquelas coisas nossas aqui né? O povo de fora chama a polícia porque tá incomodando, não sei o que... então aí, começam a ter os atritos. Aí os atritos são intensos. Mas ao mesmo tempo, os de fora não são contra os que moram aqui, não são contra de repente ter um congado, de ter uma Folia de Reis. Não são contra. Eles são contra de repente... um carnaval, um baile... E a gente tem que entender que é um direito também. É um direito de qualquer cidadão ter direito a uma festa. De repente o que falta é... aí volta aquela questão. É de ter um local direcionado, com uma acústica bacana, que não possa passar som... é um trabalho que devia ter. Mas a questão não é os que moram aqui com os nativos. Eu acho que são os eventos que são realizados aqui que não são feitos para os nativos. Porque os que já moram aqui querem até contribuir com a cidade. Agora os eventos que são realizados na esfera municipal, estadual, enfim... é que não são direcionados para a população daqui. Eu acho que até tem que ter evento para turista, mas tem que ter evento direcionado para a população. Tem que ter um contra balanço né?

Em determinado momento você afirmou que poucas famílias originárias de Tiradentes existem agora neste centro histórico. Sobre esse processo, esta mudança, você identifica como aconteceu? Foi algo natural? Houve algum marco em sua visão, de postura do poder público ou não? Você tem algum exemplo próximo?

Olha... a questão é financeira mesmo. A gente mora em um país do capital né? Capitalista né? Uma casa no centro histórico hoje é avaliada em 300 a 400 mil reais. Geralmente os donos dessas residências no centro histórico já são pessoas mais velhas, e que naquela época de 70... década de 60 e 70, tinham 4 filhos, 5 filhos, 3 filhos. Aí o que acontece? Os pais falecem... um outro irmão não tem condição de comprar a parte dos outros irmãos. Os pais faleceram... como é que nós vamos fazer? (expressão de interrogação) Uma casa de 400 mil reais eu vou comprar... vou dar 300 mil? Eu não tenho esse dinheiro, como os outros irmãos também não têm. Aí põem à venda. Aí é vendido. Hoje todo mundo... ninguém não vai querer ter 100 mil reais no bolso né? Quem que não quer? Então é vendido. Então o fator é a morte dos familiares, principalmente a morte dos pais... dos troncos, e os filhos não conseguem comprar. E o segundo é porque a casa... de repente o estado de conservação em que a casa esteja, se estiver em um estado muito ruim, a família não tem como bancar a restauração. Aí o que

acontece? Tem que ser vendido, para uma pessoa que tem poder aquisitivo maior... melhor para poder restaurar e morar. Não tem como. E aí o que acontece? O centro histórico hoje não é habitado pelos minhocas, e os minhocas hoje moram no entorno, que não tem planejamento, não tem saneamento. E os que moram no centro histórico são os ETs, que de certa forma contribuem com a cidade, mas... o centro histórico hoje você pode dizer que é um parque temático. Não é mais da população. A população hoje tá no entorno. Eu mesmo... minha mãe faleceu... tem 2 anos, eu tive que vender. Eu e mais minhas 3 irmãs colocamos a casa de minha mãe à venda. Foram 400 mil reais. 100 mil para cada filho, pelo fato de que ninguém tinha condições de comprar a casa do outro... a parte do outro. Não tem jeito... então como é que vai fazer? Vai deixar a casa cair? Tem que vender! Todos têm filhos... eu vou investir esse dinheiro na educação dos meus filhos. Quer dizer, não tem como! Não tem jeito! Mas a grande maioria que vem morar aqui é gente bacana... 80 por cento. Quem mora aqui tá a fim de ajudar. Eu volto a repetir... de repente os eventos é que estão sendo feitos para turista. Que é o público que vem e vai embora. Que é o turista, não é o viajante. Aí a gente tá perdendo nossa identidade aí. Porque a gente tinha que fazer uns eventos para resgatar nossa memória. Porque os que moram aqui... pelo incrível que pareça, até tentam viu? É isso!